

Cadernos do
LEPAARQ

VOL. I Nº. 2 2004 ISSN 1806-9118



Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do
Lepaarq

Textos de

Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Vol. I | nº2 | 2004 | ISSN 1806 - 9118



SUMÁRIO

PÁGINA

EDITORIAL

Fábio Vergara Cerqueira

7

ARQUEOLOGIA DA RESISTÊNCIA ESCRAVA

Charles Orser Jr, Pedro Paulo de Abreu Funari

11

HISTÓRIA, MEMÓRIA E TECNOLOGIA: MUSEU DE TELECOMUNICAÇÕES DE PELOTAS

Maria Leticia Mazzuchi Ferreira, André Luis Borges Lopes

27

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA: ENTRE A CULTURA MATERIAL E O PATRIMÔNIO INTANGÍVEL

Luiz Oosterbeek

41

DO PONTO DE VISTA DA DIFERENÇA: CULTURA, MEDIAÇÃO E FRONTEIRA

Edgar Rodrigues Barbosa Neto

55

PELOTAS, "CIDADE DE GAYS": UM ESTUDO SOBRE OS USOS POLÍTICOS DE UMA REPRESENTAÇÃO

Gláucia Lafuente Cavalheiro

77

ACERVO ARQUEOLÓGICO DE FAIANÇA FINA DA CASA 8 (RESIDÊNCIA CONSELHEIRO FRANCISCO ANTUNES MACIEL) - PELOTAS/RS

Fábio Vergara Cerqueira, Luciana Peixoto, Jorge Viana

112

RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA: "AVENDANO JÚNIOR: A TRADIÇÃO DO CHORO EM PELOTAS"

Ana Paula Lima Silveira

137

ARTIGOS

RELATÓRIOS E NOTÍCIAS
INSTITUCIONAIS

EDITORIAL

Neste segundo número do *Cadernos do LEPAARQ*, que ora lançamos, concluímos a etapa inicial de estruturação do periódico, garantindo, no primeiro ano, a periodicidade semestral, regra que deverá ser mantida ao longo dos próximos volumes.

No presente número, trazemos textos das três áreas de divulgação científica que integram nossa proposta editorial, Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, atendendo nossa preocupação com o desenvolvimento da pesquisa e política de preservação do patrimônio cultural.

No campo do patrimônio, o artigo da Profa. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, “*História, Memória e Tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas*”, aborda o importante projeto de organização do Museu de Telecomunicações, o qual tem como seu objetivo principal estabelecer o diálogo entre o passado e o presente, com uma proposta museológica que transita entre a história das telecomunicações e as novas tecnologias. Enquanto espaço de memória, o museu propõe-se superar a barreira entre a História e a Tecnologia, entre o humanismo e a técnica, envolvendo a parceria entre duas instituições de ensino público superior: a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e o Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET/RS).

No âmbito da Arqueologia, os dois artigos publicados trazem uma importante contribuição, respectivamente, ao campo da Arqueologia histórica e da Arqueologia pré-histórica. O texto de Charles E. Orser Jr. e Pedro Paulo A. Funari, “*Arqueologia da Resistência Escrava*”, apresenta os resultados de pesquisa de um dos mais pungentes temas da Arqueologia histórica do continente americano, a escravidão. Os dois autores, os quais estão entre os principais arqueólogos do continente dedicados ao estudo das evidências materiais dos séculos de escravidão nas Américas, afirmam que “a Arqueologia da escravidão no Novo Mundo tem se expandido exponencialmente durante as duas últimas décadas, tornando-se, provavelmente, a área de maior influência dentro da Arqueologia Histórica na atualidade”. A escavação das ocupações constituídas por escravos fugidos, os quilombos, como o caso de Palmares no Brasil, abre um caminho novo mas necessário para o avanço do estudo da escravidão, uma vez que busca evidenciar a cultura material das comunidades quilombolas.

O artigo de Luiz Oosterbeek, “*Arqueologia Pré-Histórica: entre a Cultura Material e o Patrimônio Intangível*”, discute o papel da memória na reconstrução do passado, ao abordar noções e conceitos de arqueologia, patrimônio, identidade e cultura. Essa discussão induz a uma reflexão sobre a construção do patrimônio e a sua função na sociedade contemporânea. O autor defende que o maior destaque conferido atualmente à dimensão imaterial do patrimônio coloca uma nova realidade para pensar a disciplina da Pré-história – mais que isso, entende que “a pré-história se situa no campo ideal da interpenetração das dimensões material e imaterial”.

O LEPAARQ, na sessão de divulgação científica de suas pesquisas institucionais, faz uma breve apresentação de parte de seu acervo arqueológico de faiança fina, resultante das escavações realizadas no sítio *Casa 8*, no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas, o qual integra o Programa BID/Monumenta, importante iniciativa do Banco Mundial, administrada pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria Municipal de Cultura, que visa à restauração e revitalização de centros históricos brasileiros. O relatório apresenta uma síntese da catalogação da louça, estudo descritivo e interpretativo que se encontra sistematizado na monografia de Luciana da Silva Peixoto, “*Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel*”, apresentada para obtenção do título de Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material, em outubro de 2004.

Na seara da Antropologia, este número publica dois artigos, um teórico e outro etnográfico. O artigo de Edgar Rodrigues Barbosa Neto, “*Do Ponto de Vista da Diferença: Cultura, Mediação e Fronteira*”, o autor, dialogando com a obra de Clifford Geertz, “*Nova Luz sobre a Antropologia*”, publicada no Brasil em 2001, pretende demonstrar, conforme suas palavras, que “a fronteira que é flexibilizada pela transversalidade da diferença – trata-se, afinal, de uma categoria que se encontra simetricamente posicionada em vários lugares – não contradiz o fato de que, na passagem de um para outro desses lugares, outras fronteiras sejam produzidas”.

O artigo de Gláucia Lafuente Monteiro reveste-se de especial importância para os propósitos institucionais da editoria de nossa revista, pois foi selecionado entre as monografias da primeira turma do Programa de Pós-graduação em Memória, Identidade e Cultura Material. O motivo da escolha de “*Pelotas, ‘Cidade de Gays’: um Estudo sobre os Usos Políticos de uma Representação*” se assenta sobre a capacidade que a autora teve de realizar uma pesquisa reveladora sobre uma questão crucial para a identidade cultural de Pelotas, cidade sede do

laboratório responsável por esta publicação: a “fama” da homossexualidade atribuída aos seus habitantes masculinos. Dando seqüência ao seu estudo anterior, em que analisava esta fama como fator distintivo de identidade cultural¹, portanto como positividade, no presente artigo propôs-se avaliar o impacto dos usos políticos desta representação nos últimos anos.

Este número conta ainda, na área da Antropologia da música, com o relatório do projeto de pesquisa “*Avendano Júnior: A Tradição do Choro em Pelotas*”, de Ana Paula Lima Silveira. Trata-se de um projeto coordenado pelo flautista Prof. Ms. Raul Costa d’Ávila, desenvolvido em parceria entre o Conservatório de Música e o Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL. Esta pesquisa tem como escopo primordial o compromisso com a valorização e a preservação deste tesouro da memória da cultura popular brasileira, que se encontra, no entanto, vivo e ativo por meio do compositor e cavaquinista Avendano Júnior e do grupo musical que o acompanha, o Regional, os quais nos possibilitam, nas sextas e sábados à noite, o reencontro, no Bar Liberdade, com o repertório musical do choro.

No momento em que redigimos este editorial, vivemos um fato especial para o nosso laboratório: estamos promovendo, em parceria com o Curso de Bacharelado em Turismo de nossa universidade, e numa promoção conjunta com a Universidade Federal de Santa Maria e com o Instituto Politécnico de Tomar/Portugal, o *Seminário Internacional Turismo e Arqueologia: Patrimônio Cultural e Ambiental*. Este evento resulta da precedência de inúmeros projetos conjuntos alinhavados entre os parceiros que se juntaram para promover este encontro, conscientes da necessidade de se organizar um fórum interdisciplinar de comunicação de projetos e discussão de políticas públicas e aspectos conceituais relacionados aos temas envolvidos. O seminário se ancora sobre seis princípios básicos: 1) a indissociabilidade entre patrimônio cultural e ambiental; 2) o necessário enfoque interdisciplinar nas temáticas do patrimônio; 3) a igualdade de relevância do patrimônio material e imaterial; 4) o papel da Arqueologia e da Antropologia no estudo e desenvolvimento, respectivamente, do patrimônio material e imaterial; 5) o papel da gestão do turismo cultural para a sustentabilidade das políticas de preservação do patrimônio cultural e ambiental; 6) a necessidade da gestão do turismo cultural estar fundamentada em pesquisas empíricas e reflexões teóricas de caráter científico e acadêmico, para o adequado desenvolvimento e

¹ MONTEIRO, Gláudia Lafuente. “O folclore gay de Pelotas”: sobre uma representação que se atualiza na História da Cidade. In: *História em Revista*. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL. Pelotas: Ed. UFPEL. Vol. 4, Dez/1998, p. 113-30.

preservação do patrimônio, em suas múltiplas acepções. Em uma próxima edição especial, os *Cadernos do LEPAARQ* publicarão as palestras e conferências apresentadas durante o encontro.

Nosso especial agradecimento ao Prof. Manoel Luiz Brenner de Moraes, diretor da Editora e Gráfica Universitária da UFPEL, que apoiou nossa publicação, preocupando-se com sua qualidade, tendo demonstrado grande seriedade e eficiência no período em que ocupou seu cargo à frente da direção desta editora.

ARQUEOLOGIA DA RESISTÊNCIA ESCRAVA

Prof. Dr. Charles E. Orser Jr.²

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari³

RESUMO: A Arqueologia da escravidão no Novo Mundo tem expandido exponencialmente durante as duas últimas décadas tornando-se, provavelmente, a área de maior influência dentro da Arqueologia Histórica na atualidade. Como parte do esforço dessa pesquisa, arqueólogos têm examinado vários tipos de sítios e realizado diversas e importantes contribuições para a literatura. Tem-se estudado, mas não com muita frequência, sítios relacionados a escravos fugidos. Argumentamos que a arqueologia da resistência e rebelião escrava deveria constituir um elemento chave para a Arqueologia da escravidão no Novo Mundo e nós propugnamos a escavação dos quilombos como arenas excelentes para tal estudo. Apresentamos um exemplo de Palmares, no nordeste do Brasil, como parte dessa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Mundo; escravidão; resistência; rebelião; Palmares; Brasil.

ABSTRACT: The archaeology of New World slavery has exponentially expanded during the past two decades to become perhaps the most influential area within today's historical archaeology. As part of this research endeavor, archaeologists have examined many kinds of sites and have made diverse and important contributions to the literature. Sites associated with fugitive slaves have been studied, but not as frequently. We argue that the archaeology of slave resistance and rebellion should be a key element of New World slave archaeology, and we promote the excavation of runaway polities, or maroons, as excellent arenas for such a study. We present an example from Palmares in northeastern Brazil as part of this exploration.

KEY-WORDS: New World; slavery; resistance; rebellion; Palmares; Brazil.

² Professor Catedrático de Antropologia, da Illinois State University, Estados Unidos, e Professor Adjunto de Arqueologia, Universidade Nacional da Irlanda, "Galway". Autor da obra *A Historical Archaeology of the Modern World* (Plenum, 1996) e editor fundador do *International Journal of Historical Archaeology*.

³ Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, Brasil, pesquisador-associado da Illinois State University e Universidad de Barcelona. Co-editor, junto ao M. Hall e S. Jones, do *Historical Archaeology: Back from the Edge* (Routledge, 1999), além de autor de diversos livros e artigos sobre Arqueologia Histórica.

INTRODUÇÃO

A investigação da escravidão amadureceu nos últimos anos para se tornar um marco de pesquisa da Arqueologia Histórica no Novo Mundo (ORSER, 1990, 1998; SINGLENTON, 1995, 1999). Arqueólogos têm examinado tópicos como a cultura material da escravidão, dieta e subsistência escrava e o desenvolvimento e manutenção da cultura material associada à escravidão. Muitos arqueólogos também começaram a considerar as dimensões arqueológicas das religiões, mitos e simbolismo escatológico dos escravos. Algumas das mais importantes e robustas investigações teóricas envolvem o exame da expressão material da etnicidade escrava e a categorização racial estabelecida pelos grupos dominantes. Arqueólogos explorando esses amplos tópicos têm, algumas vezes, incluído investigações sobre a resistência escrava no interior de suas pesquisas, fazendo com isso um pequeno, mas importante, segmento dessa nascente área da especialização arqueológica. Neste trabalho, exploramos a natureza arqueológica da resistência escrava e propomos que a Arqueologia da resistência e rebelião escrava deve ser um ponto de partida da Arqueologia da escravidão no Novo Mundo. Incluímos um exemplo de Palmares, Brasil, para reforçar nosso argumento.

A ARQUEOLOGIA DA RESISTÊNCIA E DA REBELIÃO

Os arqueólogos que começaram, no final da década de 1960, a examinar as características da escravidão e da vida escrava abordaram o objeto como um exercício de identificação cultural. Os objetivos dessa primeira Arqueologia relacionada às necessidades dos escravos incluíam o completamente mundano, mas absolutamente necessário trabalho, de determinar a natureza da cultura material dos escravos. Tinham poucas expectativas *a priori* acerca do que poderiam encontrar enterrado e abandonado em assentamentos escravos, já que sítios desse tipo nunca haviam sido escavados de maneira séria anteriormente (veja, por exemplo, FAIRBANKS, 1983, 1984). Tendo a clareza da falta de conhecimento arqueológico preciso sobre a cultura material da escravidão no Novo Mundo, arqueólogos não conseguiram refutar a crença bastante comum de que os escravos não tinham uma cultura material ativa e expressiva. Examinando a vida escrava no Novo Mundo, os arqueólogos demoliram completamente esse mito, bem como cresceram exponencialmente tanto as sofisticadas interpretações arqueológicas como os recortes de suas pesquisas (SINGLENTON e BOGRAD, 1995).

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

A Arqueologia da resistência e rebelião escrava desenvolveu-se como parte de um grandioso projeto de entendimento da experiência da diáspora africana, e foi também beneficiada por duas principais influências que se originaram fora da disciplina: a pesquisa minuciosa realizada por historiadores e antropólogos dos elementos históricos e sociais das revoltas escravas (por exemplo, APHEKER, 1943; JAMES, 1969; PRICE, 1979), e a crescente percepção por alguns arqueólogos de que muitos dos desenvolvimentos no movimento pelos direitos civis ao redor do mundo estavam ancorados nas tradições de resistência que freqüentemente eram sustentadas por longas raízes históricas. Como alguns arqueólogos começaram a reconhecer que a pesquisa da cultura material da escravidão era intelectualmente insatisfatória como um fim em si mesma e por si só, muitos deles começaram a se dedicar a suas pesquisas esclarecendo as tensões e conflitos inerentes ao sistema que escravizava alguns homens e mulheres para o benefício financeiro de outros. O tópico da liberdade necessariamente aflorou uma vez que essa nova linha de questionamento foi adotada (LEONE et al. 1995), e isso tornou possível à percepção da arqueologia da escravidão no Novo Mundo como pertinente para revelar o caráter histórico e social dos esforços conscientes de homens e mulheres escravizados para forjar a liberdade em seus próprios termos. Os estudos das últimas décadas têm mostrado como os escravos não eram passivos, humilhados, mas, ao contrário, não havia tentativa de dominação que não fosse contrastada.

Alguns arqueólogos usaram os materiais provenientes de suas escavações em sítios de fazendas para argumentar a natureza polivalente da cultura material, com no mínimo alguns artefatos sendo usados de maneiras obscuras ou ambíguas, sugerindo a resistência escrava. Eles começaram a perceber que alguns artefatos escavados, quando completamente contextualizados dentro da comunidade escrava, poderiam ter sido usados de forma funcional e simbólica. Portanto, os escravos poderiam ter utilizado aparentemente alguns objetos utilitários – tais como cerâmicas e cachimbos – para promover a coesão do grupo e identidades e subjetividades próprias (veja FERGURSON, 1991; ORSER, 1991). Arqueólogos inclinados ao estudo da resistência encontraram no trabalho do cientista político James Scott (1985, 1990) um caminho mais fácil para fazer as conexões conceituais entre artefato/resistência. Em dois estudos amplamente lidos sobre a Malásia moderna, Scott demonstrou que os conflitos entre proprietários de terra e trabalhadores rurais, ao invés de ser esporádico, eram de fato elementos de um processo contínuo que muitas vezes era extremamente sutil.

A aceitação da interpretação de Scott teve várias implicações importantes para a pesquisa arqueológica. Primeiro, arqueólogos puderam presumir que muitos

exemplos de resistências diárias não deixavam traços no material. Sabotagem do maquinário, ferramentas e possessões pessoais, destruições sub-reptícia de plantações ou mutilação de animais, ignorância ou desconhecimento dissimulada, auto-mutilação e suicídio que não são visíveis arqueologicamente. Tais “atos individuais de resistência” (APTHEKER, 1943: 140-49) podem ter sido extremamente de curta duração e esporádicos. Pelo contrário, entretanto, os estudos de Scott mostraram como essa resistência pode ser diária, talvez até um lugar comum - mesmo nas fazendas, onde aqueles em posição de poder frequentemente governam com brutal eficiência. A interpretação de Scott também implicou na dificuldade dos arqueólogos em identificar essa arte da resistência na cultura material, pois se pode presumir que eles eram ambos comuns em números e tinham outras funções completamente mundanas. Cerâmicas e pequenos amuletos de metal feitos para o pulso por escravos (ORSER, 1994: 39), são exemplos de cultura material que podem conter mensagens obscurecidas da resistência cotidiana de combinações cujas leituras não são interpretadas como sinal de resistência. As complexidades inerentes nessas artes de resistências diárias significam que arqueólogos em busca ativa por evidências tangíveis da resistência escrava vão encontrar o mesmo problema enfrentado inicialmente por arqueólogos que buscavam evidência de africanismos nas fazendas do Novo Mundo (veja ORSER, 1998: 67-9).

Arqueólogos procurarão por algo que eles já haviam determinado como existente dentro do contexto sócio-histórico passado de um sítio de uma determinada fazenda. Assim que, enquanto alguns arqueólogos, examinando os resquícios materiais deixados pelos africanos no Novo Mundo, presumiram a presença de africanismos – baseado em suas crenças inabaláveis no poder e na tenacidade da cultura tradicional – outros arqueólogos acreditavam que homens e mulheres escravizados não poderiam aceitar seus cativeiros sem luta. Esse segundo grupo de arqueólogos deve aceitar a possível presença de símbolos de resistência nos sítios de fazendas. Seguindo recentes tendências em pesquisas arqueológicas em geral, e compreendendo as dificuldades em mapear as resistências cotidianas, muitos arqueólogos engajados no estudo da diáspora Africana começaram a se concentrar na religião, ritual e simbolismo (exemplo, ORSER, 1994; STINE et al. 1996; WILKIE, 1995; YOUNG, 1996).

Como parte desse sutil re-enfoque de ênfase, alguns arqueólogos podem estar prontos para abandonar a resistência como tópico, preferindo ao invés disso promover a ‘acomodação’ (LIGHTFOOT et al. 1998; GARMAN, 1998; WEBSTER, 1999). Acreditamos, ao contrário, que essa mudança de foco não é

inteiramente saudável para o exame arqueológico da vida africana no Novo Mundo. Enquanto rejeitamos a determinação de que *todos* os escravos *a priori* resistiam as suas condições durante todo tempo, nós, contudo, argumentamos que qualquer tentativa de diminuir a resistência entre homens e mulheres escravos ignora as severas realidades da vida humana escravizada, as pesquisas empíricas dos últimos anos e retoma modelos interpretativos normativos e homogeneizadores já muito criticados (FUNARI, HALL e JONES, 1999). Qualquer tentativa de ignorar a importância da força entre homens e mulheres presos à escravidão serve meramente ao restabelecimento das velhas crenças de que a resistência e rebelião escrava raramente ocorriam (APTHEKER, 1943: 13), que os escravizados eram humilhados e aceitavam os ditames dos seus dominadores, uma abordagem conservadora e mesmo francamente reacionária.

O exame arqueológico da resistência africana no Novo Mundo, não importa quão difícil possa parecer, certamente irá continuar a constituir uma importante linha de pesquisa na Arqueologia Histórica. Ainda assim, as dificuldades encontradas pelos arqueólogos para fazer afirmações não ambíguas sobre as dimensões culturais, sociais e materiais das resistências cotidianas nas fazendas são admiráveis. Um caminho para se superar essas dificuldades analíticas é fazer com que os arqueólogos interessados em resistências se concentrem em um tipo de comunidade histórica dedicada à resistência e à rebelião: os assentamentos de escravos fugidos. A organização quilombola inquestionavelmente providencia a melhor oportunidade para arqueólogos fazerem importantes progressos especialmente na arqueologia da resistência escrava e no entendimento da resistência no geral.

ASSENTAMENTOS ESCRAVOS E PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Assentamentos escravos fornecem um campo fértil para a investigação arqueológica da expressão material da sobrevivência cultural e criação da comunidade por homens e mulheres que eram forçados a viver em um ambiente estranho entre indivíduos com quem eles poderiam não “se reconhecer” na linhagem, tradição, ou linguagem familiar. Um crescente número de arqueólogos tem reconhecido o potencial proveniente das organizações de escravos fugidos, e o esforço arqueológico em localizá-los e em escavá-los começaram por todo o hemisfério ocidental (AGORSAH, 1990, 1993; DEAGAN and MACMAHON,

1995; GARCÍA ARÉVALO, 1986; GUIMARÃES, 1990; NICHOLS, 1988; WEIK, 1997).

Uma das razões pela qual o assentamento de escravos fugidos providencia excelentes áreas de pesquisa para arqueólogos interessados em amplos tópicos de manutenção cultural e na criação de suportes das comunidades vem de seu aparente isolamento geográfico. Escravos fugidos planejavam seus assentamentos como lugares isolados geralmente situados aparte da sociedade que eles estavam abandonando. Como resultado, fugitivos designavam suas aldeias e agrupamento de aldeias como lugares discretos, distinguíveis com base em seu isolamento. Contudo, seria uma falta de visão propor que o assentamento escravo era completamente isolado. A pesquisa demonstra e o senso comum dita que, mesmo os fugitivos, não podiam viver em isolamento, mas tinham que estabelecer e trabalhar para manter uma série de complexas alianças e associações, muitas das quais se estendiam para além dos limites de seus assentamentos (ORSER, 1994b). A natureza dessas conexões, e seus significados dentro da sobrevivência de um contexto cultural, são tópicos justificáveis para a investigação arqueológica.

Ao mesmo tempo, a natureza freqüentemente isolada do assentamento escravo apresenta desafios arqueológicos severos. Em primeiro lugar, as características próprias ao quilombo – como habitações de homens e mulheres desafiadores da escravidão, o centro do regime escravista - significa que a maioria das explicações históricas dos quilombos tem sido feita por pessoas de fora e não, necessariamente, favoráveis ao quilombo. Por essa razão, pesquisadores devem aproximar-se dos escritos históricos contemporâneos sobre os escravos fugidos com cautela, reconhecendo que eles podem ter sido enviesados ou mesmo inverídicos. Todo arqueólogo histórico encontra esse problema na maioria dos sítios estudados, mas isto é um assunto sério nos casos em que homens e mulheres sobre os quais se escreve estão sendo retratados por pessoas de fora como “criminosos” ou “foras da lei”. Porque poucos escritos europeus podem ser considerados não isentos, os pesquisadores de hoje em dia devem avaliar cuidadosamente suas estimativas do tamanho da população, seus comentários sobre a simplicidade da cultura material quilombola, suas observações sobre a confiabilidade do fornecimento de comida, e os seus julgamentos sobre a força militar dos assentamentos.

Ao mesmo tempo, a natureza do isolamento do quilombo freqüentemente significa que eles dificilmente serão localizados no território. A criação da comunidade quilombola em remotos lugares inacessíveis, tais como pântanos e montanhas, pode significar problemas logísticos para os arqueólogos. Também podemos supor que muitos assentamentos quilombolas serão difíceis de se

identificar, dada a necessidade de freqüentes mudanças e a possível destruição dos assentamentos por inimigos europeus. A construção de moradias e outras estruturas a partir dos materiais disponíveis no local podem colocar um problema adicional: o da não preservação das estruturas do quilombo no solo, ou, em alguns casos, pode até mesmo parecer com assentamentos de nativos americanos, indígenas.

Um elemento igualmente importante para a Arqueologia dos assentamentos quilombos é que os sítios de aldeias freqüentemente serão venerados pela comunidade descendente, e em alguns casos, elas podem até constituir lugares de devoção. A relevância atual do passado quilombola é significativa para a prática arqueológica porque a investigação dos “locais que importam” ajuda a segurar a ampla relevância cultural da Arqueologia Histórica (McDAVID and BABSON, 1997; ORSER, 1998: 76-8).

UM EXEMPLO DE ARQUEOLOGIA DA RESISTÊNCIA: PALMARES, BRASIL

Palmares, uma organização de escravos fugidos no Brasil no século XVII, fornece um excelente exemplo da importância da luta e resistência estudadas pela arqueologia. Pesquisas arqueológicas delimitadas em Palmares apontaram para evidências de que as pessoas fugidas não viviam isoladas, que as explicações históricas do estado rebelde são preconceituosas, que as comunidades quilombolas freqüentemente se parecem com assentamentos indígenas, e que os descendentes de quilombolas têm múltiplos caminhos para reverenciar essa importante resistência política.

Os portugueses desenvolveram as plantações de açúcar no Brasil no início de sua história colonial, e por volta de 1570 já havia vários estados que combinavam a força de trabalho de africanos e nativos da América do Sul. Essas fazendas portuguesas estavam situadas no nordeste da colônia, enquanto o processamento do açúcar e seu financiamento provinham dos holandeses, que ocuparam Pernambuco em 1629 e permaneceram no Recife até 1654. Escravos fugidos se situaram nas áreas montanhosas de florestas, uns 70 km da costa, no início do século XVII. Durante os anos iniciais, Palmares derivou seu nome das muitas árvores de palmeiras e referiu-se aos seus refúgios espalhados. Várias aldeias cresceram ao pé das montanhas distantes entre 60 e 90 km das áreas de fazendas, em direção ao interior do continente, e estenderam-se aproximadamente acima de 150 km, paralelas à costa (ALLEN, 1999: 144).

A primeira expedição contra Palmares em 1612 atestou a importância da organização já nos primeiros anos do século. Como o assentamento continuava a crescer, os holandeses começaram a considerar Palmares como uma séria ameaça, e atacaram-no diversas vezes. Em meados da década de 1640, Palmares já comportava nove aldeias separadas. Depois de os holandeses deixarem o Brasil, os Portugueses investiram diversas expedições contra Palmares, com uma campanha sistemática para destruí-lo, o que começou na década de 1670 (FUNARI, 1999). Entre 1670 e 1678, sobre o domínio de Ganga Zumba ou Grande Rei, parece ter havido um comércio ativo entre Palmarinos e colonos da costa (ROWLANDS, 1999: 333). O declínio no preço do açúcar e a competição com o Caribe conduziram ao aumento das contradições sociais entre as elites, e a violência foi usada para manter a ordem na sociedade escravocrata, incluindo um aumento dos ataques contra Palmares.

Os ataques patrocinados pelas autoridades não previam uma relação contínua, não oficial e não sancionada, entre moradores dos quilombos e colonos comuns da costa, uma vez que os interesses das elites das fazendas e os das pessoas comuns não eram os mesmos. Enquanto que fazendeiros sofriam por causa da fuga de seus escravos, os colonos poderiam obter vantagens com seus relacionamentos com escravos fugidos, através da manutenção de um comércio constante e regular. No final da década de 1670, um novo governante de Palmares, Rei Zumbi, responsabilizou-se pela defesa do quilombo. Desbravadores do sul do Brasil, conhecidos como paulistas ou bandeirantes, destruíram Macaco, a capital de Palmares, em 1694, e nos anos seguintes, executaram seus líderes, incluindo Zumbi. Macaco era também conhecida como “Serra da Barriga”, e os autores deste artigo realizaram trabalhos de campo arqueológicos e identificaram diversos sítios ali (ORSER, 1994b). Muito foi escrito sobre Palmares a partir das evidências históricas, mas não havia trabalhos arqueológicos antes da década de 1990. Os levantamentos feitos a pé para localizar os materiais arqueológicos foram seguidos por testes. No final da década de 1990, o campo de trabalho continuava a ser vasculhado (ALLEN, 1999), e a maioria das evidências materiais consiste em rústicos potes e cerâmicas. Três específicos tipos foram identificados nas coleções: cerâmica nativa e não esmaltada; cerâmica européia e esmaltada; e cerâmicas feitas localmente e esmaltadas.

O estudo arqueológico de Palmares evidencia a noção de que homens e mulheres da comunidade lutavam pela liberdade e resistiam contra opressão (FUNARI, 1995a). Documentos freqüentemente presumem que os escravos internalizavam as *Weltanschauungen* e os costumes e pontos de vista de seus senhores (análise em GLASSMAN, 1995: 140), produzindo uma descrição

preconceituosa dos grupos subalternos (cf. FUNARI, 1997: 197). Em 1613, as pessoas de Palmares eram descritas como “habitantes preguiçosos e agressivos que fugiam do trabalho” (CARNEIRO, 1988: 50), e na década de 1670, eles eram vistos como “bárbaros que esqueceram sua subjugação” (ALLEN, 1999: 147). As cerâmicas produzidas ou usadas na capital contam uma estória diferente na medida em que revelam a autonomia cultural da comunidade (cf. GLASSMAN, 1991: 278). Essa autonomia, entretanto, não implica a falta de contato com o exterior, uma vez que as cerâmicas fornecem claras evidências de interação com nativos sul-americanos e europeus migrados. Interação com os europeus é evidente no uso de estilos cerâmicos europeus, com quatro variedades de “estilos de decoração esmaltada” nas cerâmicas grosseiras em uso. Esses artigos não eram muito diferentes daqueles portugueses e holandeses contemporâneas, sugerindo relações com diferentes colonizadores. Os produtos eram utilitários, sugerindo que eles eram destinados para as não elites que viviam na costa. Se essa interpretação estiver correta, então as cerâmicas rústicas indicam contatos entre residentes do quilombo e colonos europeus não pertencentes à elite.

Contatos com nativos brasileiros é também sugerido pelo estilo da cerâmica nativa. Esses vasilhames Tupinambas são similares às cerâmicas africanas Ovimbundu, indicando provavelmente uma convergência de tradições africanas e nativas. Não há dúvidas de que a cerâmica é do estilo nativo sul-americano, provavelmente porque ele foi feito por mulheres nativas brasileiras, que eram casadas com os habitantes do quilombo. Os africanos fugidos talvez estivessem se sentindo confortáveis com a cerâmica Tupinambá especialmente porque ela se assemelhava com a feita por nativos de suas terras natais. Nós não temos evidências que sugiram que a maior parte dos homens africanos controlava a produção de cerâmica, nem na África nem nas Américas, e, por isso, preferimos supor que a cerâmica, como uma atividade feminina, era feita por nativas sul-americanas. Tipos cerâmicos feitos localmente eram torneados e, até agora, não foram identificados em outro lugar. A cerâmica usada em Palmares atesta, portanto, tanto a integração dos fugitivos dentro de um mundo mais amplo de trocas – da costa brasileira à África e à Europa – quanto o caráter único de sua organização. O mundo material de Palmares não era nativo, Europeu ou africano; ele era específico, forjado em suas lutas pela liberdade. A mesma conclusão foi recentemente encontrada por Cláudio R. Crôs (1997:81): “Palmares estava no coração de uma vasta área de 27.000 Km quadrados, ocupado pela federação de 11 assentamentos e diversos pequenos vilarejos onde viviam, livres, 20 a 30 mil africanos, pessoas mestiças e até mesmo nativos sul-americanos”. Mas a liberdade tinha um preço: guerra.

Palmares era uma comunidade em guerra, lutando pela sua própria existência, e o estado de contínua guerra influenciou fortemente todos os aspectos da vida nas aldeias. Arqueologicamente, isto é possível de notar por todos os sítios da Serra da Barriga que estão localizados na face sul, em uma posição estratégica em relação ao Rio Mundaú, usado pelas trocas coloniais para atacar a capital. Essa paisagem é um artefato natural e cultural. O seu significado e os usos nos quais foi colocada eram entendidos pela população palmarina e eram prescritas culturalmente (cf. PALMER, 1998: 183). A resistência está, portanto, inscrita nos assentamentos em padrões de assentamento próprios e específicos.

Relatos históricos são, por definição, sempre tendenciosos contra os resistentes. Embora a escravidão tenha sido espalhada pela África, não é possível avaliar um documento contemporâneo no qual o autor tenta explicar o crescimento do quilombo pela força, declarando que os "escravos eram tirados das plantações contra suas próprias vontades" (CARNEIRO, 1988: 66). Nessa narrativa, os Palmarinos ameaçavam os escravizados com suas facas, impelindo-os a se juntarem ao quilombo. A mesma interpretação tendenciosa foi frequentemente reafirmada por autores posteriores talvez mais notavelmente pelo historiador alemão Heinrich Handelman que, em 1860, reproduziu o mesmo argumento:

Os habitantes de Palmares mantiveram pessoas de sua própria raça na escravidão, negros e de cor, se eles caíssem nas mãos dos fugitivos em expedição, eles eram separados pelos vencedores e usados, eles e seus descendentes, como escravos domésticos. Somente quando eles eram recrutados ao quilombo por suas próprias vontades, eles eram recebidos como cidadãos. (HANDELMANN, 1987: 446)

Handelman, portanto, faz a suposição de que escravos preferiam ficar como bens móveis nas fazendas do que se tornarem servos em Palmares. A evidência arqueológica disponível, no entanto, não apóia a idéia de que a vida em Palmares pudesse ser mais cruel do que nas fazendas – mesmo para os servos – considerando que não há evidência no quilombo de instalações desumanas como as existentes nos engenhos de açúcar. A despeito dos preconceitos do historiador alemão, é sintomático que ele use a palavra *Bürger* para se referir aos Palmarinos, já que ela pode significar ao mesmo tempo cidadão e homem livre.

Palmares como um todo, com seus 20.000 habitantes, abrigaram provavelmente um em cada três escravos da colônia e a evidência arqueológica da capital de Palmares, apesar da destruição desse sítio, é suficiente para evidenciar a afirmação de que ele foi um assentamento imenso, comparável somente com as maiores cidades da colônia. Os resquícios dessa organização têm chamado a atenção

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

apenas recentemente, mas a cultura popular e a tradição mantêm vivos diversos rituais comemorativos da saga desses rebeldes. Os habitantes de muitas cidades do nordeste do Brasil organizam festivais para celebrar os santos patronos de suas igrejas. Muitas dessas celebrações incorporam uma batalha simulada que lembra Palmares. Chamado 'Quilombo', o combate marca a luta de escravos fugitivos e brasileiros nativos e ocorre ao redor de uma fortaleza. Dentro da área protegida estão dois tronos; um para o rei negro e outro para a rainha, uma mulher não africana. Em um determinado ponto da encenação, os nativos aparecem armados com arcos e flechas, e liderados pelo rei coberto por uma túnica vermelha e carregando uma espada. Este diálogo ocorre entre os dois grupos:

Nativos: "Vamos, vamos, facas não são capazes de matar nem mesmo mulheres".

Africanos: "Não se preocupe, homem negro, o homem branco não pode chegar até aqui. Se ele vier, o diabo irá pegá-lo" (CARNEIRO, 1988: 80-1).

O combate termina com a vitória dos nativos, que capturam o rei e a rainha. Tocam os sinos da igreja, a cidade é destruída, os Palmarinos são vendidos e a rainha é dada ao homem de maior poder local.

Essa história reinterpreta Palmares por um caminho conservador, mas ela também trai alguns fatos históricos: o caráter multicultural de Palmares, as tropas de indígenas usadas para atacar o assentamento, e a herança mestiça indígena/portuguesa do bandeirante Domingos Jorge Velho que comandou o assalto final (FUNARI, 1995b). Ativistas negros e ativistas sociais em geral têm reinterpretado Palmares por diversas décadas, construindo uma comunidade simbólica de descendentes dos rebeldes (McGUIRE, 1992: 828). Desde a década de 1970, a Serra da Barriga tem sido usada como um local para encontros de tudo aquilo que diz respeito à elevação da consciência negra no Brasil, e na década de 1980 - com a restauração dos civis no poder - o local foi declarado Patrimônio Nacional (SANTOS, 1995). O estudo arqueológico da Serra da Barriga tem focado a discussão na importância do sítio para uma interpretação mais democrática, menos parcial e racista de toda a sociedade brasileira. Dado esse recorte de alta importância, os meios de comunicação nacionais dedicaram especial atenção ao sítio e contribuíram com o debate mais amplo sobre a história e cultura de Palmares.

CONCLUSÃO

A Arqueologia está em uma excelente posição para estudar a interação dinâmica entre governantes e governados, focando os conflitos e confrontos sociais (FUNARI et al. 1999). A Arqueologia Histórica é capaz de alterar as grandes narrativas de poder que são freqüentemente representadas nos documentos, como mostramos no estudo comparativo entre fontes escritas sobre Palmares e cultura material dos sítios arqueológicos. Além disso, acreditamos que o exemplo de Palmares aponta para a importância, para o reconhecimento de que a Arqueologia lida com evidência de conflito bem como de flexibilidade, e que os arqueólogos não podem reivindicar serem observadores neutros da evidência (FUNARI, 1996). A evidência material de Palmares é, entretanto, clara o suficiente para desafiar as interpretações preconceituosas e conservadoras sobre o assentamento (FUNARI e PODGORNÝ, 1998). Reconhecendo que o que, nós, como arqueólogos fazemos precisa ser visto no contexto da história e sociedade (SHANKS, 1994: 32), a Arqueologia da resistência e rebelião escrava pode ter uma importante função de estimular a consciência crítica e balizada. Palmares é um lembrete de que a Arqueologia pode ter êxito nessa função.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa arqueológica na Serra da Barriga contou com o apoio da *National Science Foundation*, *Illinois State University*, *National Geographic Society*, *UNESP*, *UNICAMP*, *UFAL*. Este artigo, na substância, foi publicado, no seu original em língua inglesa, em *World Archaeology* 33, 2001, 61-72. Agradecemos a Aline Veira de Carvalho a tradução ao português. Charles E. Orser gostaria de agradecer Janice Orser por ajudar com este ensaio. Pedro Funari gostaria de agradecer aos seguintes colegas por sua colaboração: Scott Joseph Allen, Zezito de Araújo, Jonathon Glassman, Martin Hall, Siân Jones, Leandro Karnal, Randall McGuire, Irina Podgorny, Michael Rowlands e Michael Shanks. Somos os únicos responsáveis pelas idéias aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGORSAH, E. K. Archaeology of maroon heritage in Jamaica. In: *Archaeology Jamaica*, 1990, 2: 14-9.
- _____. Archaeology and resistance history in the Caribbean. In: *African Archaeological Review*, 1993, 11: 175-95.
- ALLEN, S. J. A cultural mosaic at Palmares? Grappling with the historical archaeology of a seventeenth-century Brazilian quilombo. In: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Ed. P. P. A. Funari. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1999, pp. 141-178.
- APTHEKER, H. *American Negro Slave Revolts*. New York: Columbia University Press, 1943.
- CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1988.
- CRÔS, C. R. *La Civilisation Afro-Brésilienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DEAGAN, K. and MACMAHON, D. *Fort Mose: Colonial America's Black Fortress of Freedom*. Gainesville: University Press of Florida/Florida Museum of Natural History, 1995.
- FAIRBANKS, C. H. Historical Archaeological Implications of Recent Investigations. In: *Geoscience and Man*, 1983, 23: 17-26.
- _____. The Plantation Archaeology of the Southeastern Coast. In: *Historical Archaeology*, 1984, 18 (1): 1-14.
- FERGUSON, L. Struggling with pots in colonial South Carolina. In: *The Archaeology of Inequality*. Eds R. H. McGuire and R. Paynter. Oxford: Blackwell, 1991, pp. 28-39.
- FUNARI, P. P. A. La cultura material y la arqueología en el estudio de la cultura Africana en las Américas. In: *América Negra*, 1994, 8:33-47.
- _____. The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the History of African American culture. In: *Historical Archaeology in Latin America*, 1995a, 7: 1-41.
- _____. A cultura material e a construção de mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional Brasileira. In: *Idéias*, 1995b, 2 (1): 29-48.
- _____. Pluralism and divisions in European archaeology. In: *Journal of European Archaeology*, 1996, 4: 384-85.
- _____. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. In: *International Journal of Historical Archaeology*, 1997, 1: 189-206.
- _____. Maroon, Race and Gender: Palmares material culture and social relations in a runaway settlement. In: *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Eds. P. P. A. Funari, M. Hall, and S. Jones. London: Routledge, 1999, pp. 308-27.

- FUNARI, P. P. A., JONES, S. and HALL, M. Introduction: Archaeology in History. In: *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Eds P. P. A. Funari, M. Hall, and S. Jones. London: Routledge, 1999, pp. 1-20.
- FUNARI, P. P. A. and PODGORNÝ, I. Is Archaeology only ideologically biased rhetoric? In: *European Journal of Archaeology*, 1998, 1: 416-24.
- GARCÍA ARÉVALO, M. A. El Maniel de Jose Leta: Evidencias arqueológicas de un posible asentamiento cimarrón en la región sudoriental de la Isla de Santo Domingo. In: *Cimarron*, 1986, pp. 33-55.
- GARMAN, J. C. Rethinking 'resistant accommodation': toward an Archaeology of African-American lives in Southern New England (1638-1800). In: *International Journal of Historical Archaeology*, 1998, 2: 133-60.
- GLASSMAN, J. The bondman's new clothes: the contradictory consciousness of slave resistance on the Swahili coast. In: *Journal of African History*, 1992, 32: 277-312.
- _____. No words of their own. In: *Slavery and Abolition*, 1995, 16: 131-45.
- GUIMARÃES, C. M. O quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia. In: *Estudos Ibero-Americanos*, 1990, 16: 161-74.
- HANDELMANN, H. *Geschichte von Brasilien*. Zurich: Manesse, 1987.
- JAMES, C. L. R. *History of Pan-African Revolt*. 2nd ed. Washington: Drum and Spear Press, 1969.
- LEONE, M. P., MULLINS, P. R., CREVELING, M. C., HURST, L., JACKSON-NASH, B., JONES, L. D., KAISER, H. J., LOGAN, G. C., and WARNER, M. S. Can an African-American Historical Archaeology be an alternative voice? In: *Interpretive Archaeology: Finding Meaning in the Past*. Eds. I. Hodder, M. Shanks, A. Alexandri, V. Buchli, J. Carman, J. Last, and G. Lucas. London: Routledge, 1995, pp. 110-24.
- LIGHTFOOT, K. G., MARTINEZ, A. and SCHIFF, A. M. Daily practice and material culture in pluralistic social settings: an archaeological study of culture change and persistence from Fort Ross, California. In: *American Antiquity*, 1998, 63: 199-222.
- MCDAVID, C. and BABSON, D. W (eds). In the realm of politics: Prospects for public participation in African-American and plantation Archaeology. In: *Historical Archaeology*, 1997, 31 (3): 1-152.
- MCGUIRE, R. Archaeology and the first Americans. In: *American Anthropologist*, 1992, 94: 816-36.
- NICHOLS, E. *No easy run to freedom: maroons in the Great Dismal Swamp of North Carolina and Virginia, 1677-1850*. Master's Thesis. Department of Anthropology, University of South Carolina, Columbia, 1988.
- ORSER Jr, C. E. Archaeological approaches to New World plantation slavery. In: *Archaeological Method and Theory*. Ed. M. B. Schiffer. Tucson: University of Arizona Press, vol. 2, pp. 111-154, 1990.

- _____. The continued pattern of dominance: landlord and tenant on the postbellum cotton plantation. In: *The Archaeology of Inequality*. Ed. R. H. McGuire and R. Paynter. Oxford: Blackwell, 1991, pp. 40-54.
- _____. The Archaeology of African-American slave religion in the antebellum South. In: *Cambridge Archaeological Journal*, 1994a, 4: 33-45.
- _____. Toward a global Historical Archaeology: an example from Brazil. In: *Historical Archaeology*, 1994b, 28 (1): 5-22.
- _____. The Archaeology of the African Diaspora. In: *Annual Review of Anthropology*, 1998, 27: 63-82.
- PALMER, C. From theory to practice: experiencing the nation in everyday life. In: *Journal of Material Culture*, 1998, 3: 175-99.
- PRICE, R. (ed.) *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- ROWLANDS, M. Black identity and sense of past in Brazilian national culture. In: *Historical Archaeology: Back from the Edge*. Eds. P. P. A. Funari, M. Hall, and S. Jones. London: Routledge, 1999, pp. 328-344.
- SANTOS, J. R. dos. Memorial Zumbi. In: *Carta*, 1995, 7: 65-72.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- _____. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SHANKS, M. Archaeology: theories, themes and experience. In: *Archaeological Theory: Progress or Posture?* Ed. I. M. MacKenzie. Avebury: Aldershot, 1994, pp. 19-39.
- SINGLETON, T. A. The archaeology of slavery in North America. In: *Annual Review of Anthropology*, 1995, 24: 119-40.
- _____. "I, Too, Am America": *Archaeological Studies of African American Life*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1999.
- SINGLETON, T. A. and BOGRAD, M. D. *The Archaeology of the African Diaspora in the Americas*. Tucson: Society for Historical Archaeology, 1995.
- STINE, L. F., CABAK, M. A. and GROOVER, M. D. Blue beads as African-American cultural symbols. In: *Historical Archaeology*, 1995, 30 (3): 49-75.
- WEBSTER, J. Resisting traditions: ceramics, identity, and consumer choice in the Outer Hebrides from 1800 to the present. In: *International Journal of Historical Archaeology*, 1999, 3: 53-73.
- WEIK, T. The archaeology of maroon societies in the Americas: resistance, cultural continuity, and transformation in the African diaspora. In: *Historical Archaeology*, 1997, 31 (2): 81-92.
- WILKIE, L. A. Magic and empowerment on the plantation: an archaeological consideration of African-American world view. In: *Southeastern Archaeology*, 1995, 14: 136-48.
- YOUNG, A. L. Archaeological evidence of African-style ritual and healing practices in the upland South. In: *Tennessee Anthropologist*, 1996, 21: 139-55.

Recebido em: 15/04/2004
Aprovado em: 21/07/2004
Publicado em: 24/09/2004

HISTÓRIA, MEMÓRIA E TECNOLOGIA: MUSEU DE TELECOMUNICAÇÕES DE PELOTAS

Prof^a. Dr^a. Maria Letícia Mazzuchi Ferreira⁴

Lic. André Luis Borges Lopes⁵

RESUMO: O Museu de Telecomunicações UFPEL-CEFET, Pelotas, tem como seu objetivo principal estabelecer o diálogo entre o passado e o presente, ou seja, uma proposta museológica centrada no processo histórico das telecomunicações e nas novas tecnologias do presente. O museu, concebido como um espaço onde história e tecnologia andam juntas é, portanto um espaço da curiosidade, da pesquisa, do aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Museu; Telecomunicações; Patrimônio Industrial.

ABSTRACT: The Museum of Telecommunications UFPEL-CEFET of Pelotas, aims as its main project the dialogue between the past and the present, that is to say a museum display which will be based on the historical life of telecommunications and also on the actual new technologies. This museum, built as a space where history and technology are going together, will be that connection, the space of the discovery, of the research and of the learning.

KEY-WORDS: Museum; Telecommunications; Industrial Heritage.

*A bengala, as moedas, o chaveiro,
A dócil fechadura, as tardias
Notas que não lerão os poucos dias
Que me restam, os naipes e o tabuleiro.
Um livro e em suas páginas a seca
Violeta, monumento de uma tarde
Sem dúvida inesquecível e já esquecida,
O rubro espelho ocidental em que arde
Uma ilusória aurora. Quantas coisas,
Limas, umbrais, atlas, taças, cravos,
Nos servem como tácitos escravos,
Cegas e estranhamente sigilosas!*

⁴ Professora do Departamento de História e Antropologia, ICH, UFPel, Brasil.

⁵ Licenciado em História.

*Durarão para além de nosso esquecimento;
Nunca saberão que nos fomos num momento.*
(BORGES, J.L., As coisas)

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade apresentar a experiência que tem sido para nós, professores, alunos e ex-alunos do Curso de História da Universidade Federal de Pelotas, da constituição e implantação do Museu de Telecomunicações da cidade de Pelotas. Esse museu vem se consolidando como um espaço extremamente participativo, envolvendo não apenas a UFPel, através da equipe vinculada ao Instituto de Ciências Humanas, como ao Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET/RS), através do Curso Superior em Telecomunicações.

A trajetória desse projeto começa em março de 2003 quando toda uma mobilização, liderada pelo Centro de Diretores Lojistas, traz à tona nos diários pelotenses, a perda que se via acontecer naquele momento, com o deslocamento do acervo do antigo Museu CTMR para Brasília⁶. A argumentação utilizada era que parte da história da cidade era levada junto com as peças, tendo em vista a importância que havia tido a CTMR no âmbito local. Essa mobilização, pautada sobre a ideia da memória subtraída, merece por si uma análise mais profunda, pois se percebe que, de fato, outros significados eram atribuídos ao deslocamento do acervo para outro lugar. O esvaziamento de uma empresa que representou, durante muitas décadas, um avanço da cidade no setor de telecomunicações, trazia consigo um sentimento de impotência, enfatizando um presente empobrecido face a um passado imaginado como rico e próspero, passado este do qual a CTMR passou a ser emblemática.

Assim, o antigo museu passou a simbolizar essa memória, ou, na expressão de Nora, passou a ser um lugar de memória, logo investido de significados emocionais, de memórias que buscam se tornar coletivas (NORA, 1989 :7). As ações públicas levadas a termo nesses começos de 2003 refletiam, em sua essência, essa ambigüidade de preservar o que já não mais existe; ou, parafraseando Nora, falamos muito de memória porque é só isso que fica, na ausência do referente.

⁶ A CTMR (Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência) foi adquirida pela Brasil-TELECOM em 1999. Integrando o patrimônio aquisitado estava o acervo do chamado “Museu da CTMR”, uma exposição permanente que funcionava desde os anos 80, no subsolo do prédio central da companhia, à rua XV de novembro. Esse acervo, sobre o qual nos debruçaremos a seguir, foi removido do prédio em questão, tendo em vista o mesmo estar sendo desativado para ser posto à venda.

Como resultado da campanha desenvolvida na comunidade e de diálogos mantidos com a Direção da BRASIL-TELECOM, o acervo CTMR voltou para Pelotas e é nesse momento que se constitui um Comitê Gestor do Futuro Museu Gaúcho do Telefone, composto por diversas entidades locais e por representante da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC). A fundação desse Comitê Gestor, que simbolicamente passou a representar uma interlocução entre acervo-passado e museu-futuro, foi um passo importante para a UFPel, que passou a garantir sua presença e participação, primeiramente na organização de uma exposição anunciando o projeto futuro, e posteriormente, requerendo para si as atribuições de propor ações museológicas, disponibilizar um imóvel para sediar o museu, envolver docentes e discentes num projeto que, muito precocemente, se revelou de fundamental importância⁷.

A montagem da exposição, que ocorreu durante o mês de junho, nas dependências da Biblioteca Pública, foi revelando, nos seus diversos momentos, que muito mais do que um acervo composto por telefones antigos, centrais telefônicas, objetos técnicos, mobiliário da empresa, quadros, etc., estávamos diante de diversas possibilidades de recriar o passado, a história de uma empresa, as memórias que cada objeto parecia reter. Essa exposição foi reveladora de um imenso potencial de pesquisa que se alojava no acervo. Os anúncios de sua abertura, feitos pela imprensa local, começaram a suscitar um grande número de telefonemas, em sua maioria feita por ex-funcionários da CTMR, buscando informações de onde e quando poderiam ver o “museu”. Dentre esses tantos apelos, um especialmente foi de grande importância, pois se tratava do ex-funcionário do Almoarifado e um dos mentores do Museu CTMR, Sr. Geraldo Lamas. Através dele, o acervo passou a adquirir voz e traduzir experiências, momentos marcantes na vida da empresa, bem como inventividade e técnica produzidas no local. A figura desse ex-funcionário nos fez pensar que, para que a exposição tivesse um sentido maior do que apenas objetos dispostos ao olhar, era necessário buscar as inúmeras vozes que dela poderiam surgir. Foi nesse contexto que se originou o Projeto de pesquisa denominado Museu de Vozes, e que tem por função constituir um banco de depoimentos orais sobre a CTMR⁸.

⁷ Em outubro de 2003 a UFPEL, através do Instituto de Ciências Humanas e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, solicita formalmente a guarda do acervo CTMR, e disponibiliza o imóvel de sua propriedade, localizado na Rua Félix da Cunha, 518, para abrigar o futuro museu.

⁸ É uma referência nesse sentido à monografia de conclusão do Curso de História de André Luis Borges Lopes, denominada *CTMR: História e Memória (1950-1980)*, na qual o autor apresenta o resultado, ainda parcial, das entrevistas feitas junto a ex-funcionários e V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

O contato com o acervo, os primeiros passos dados em direção ao registro formal dos objetos, a recepção de visitantes que, em sua maior parte, eram egressos da Companhia, foram gerando um interesse muito grande no grupo de trabalho, repercutindo entre os estudantes de História, como se construíssemos, a cada dia, mais um pedaço de uma teia que passou a nos envolver definitivamente, evocando aquilo a que não se pode furtar o historiador: a paixão⁹.

Da exposição à idéia de uma ação efetiva na organização do museu, apenas um passo¹⁰. A luta, nesse momento, era conseguir um espaço para abrigar o museu, e esse nos veio por concessão da Universidade: uma casa, inventariada pelo patrimônio municipal, localizada em pleno centro histórico da cidade, e disposta de infra-estrutura como luz e telefone. O imóvel, para que apresente as condições necessárias para albergar o acervo e sediar todas as ações museológicas, deve sofrer intervenções em seu interior. Sem verba disponível para tanto, coube ao grupo de trabalho, buscar alternativas e parcerias para viabilizar o museu. Foi nesse período que se tomou a decisão de conferir um outro nome ao Museu Gaúcho do Telefone. Esse outro nome, Museu das Telecomunicações, veio em decorrência tanto do trabalho de pesquisa que se havia iniciado, quanto da necessidade de ampliar, para além do telefone e para além da CTMR, as propostas museológicas em questão. O surgimento de representantes de outros setores da comunicação, como os telegrafistas, nos ajudou a pensar que tanto no museu, quanto no museu de vozes, outros agentes e outras tecnologias deveriam ser representados. Assim, o museu de vozes passou a ser composto por um acervo oral de profissões já extintas, como os telegrafistas, e em extinção, como as telefonistas, assim como narrativas de experiências profissionais em diferentes setores das telecomunicações.

Essa alteração do nome e da proposta do museu levou-nos a buscar um diálogo mais intenso com o CEFET/RS, e mais especificamente com representantes do Curso Superior em Telecomunicações. Essa parceria vem se demonstrando extremamente rica, pois propicia trocas importantes entre duas áreas do

representantes da direção da CTMR. De grande interesse se apresentaram as entrevistas com as telefonistas, que trataremos posteriormente.

⁹ O grupo inicial era composto por dois professores, Maria Leticia Ferreira e Fábio Vergara Cerqueira, e por alunos da graduação em História: André Luis Borges Lopes, Clara Machado, Cláudia Vieira de Souza, Cristiano Gastal Sória, Taiane Mendes Taborda, Vanessa Volcão, Vinicius Goulart. Além disso, um número grande de alunos passou a colaborar no monitoramento da exposição que, contrariando os prazos iniciais, se estendeu por quase dois meses.

¹⁰ Alocada em uma parte do salão nobre da Biblioteca Pública Pelotense, no dia 12 de Junho de 2003, às 14h e 30 min, foi aberta a exposição *CTMR: História e memória*, mostrando ao público pelotense, raridades do tempo do telefone (LOPES, 2004 : 2).

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

conhecimento: as Ciências Humanas e Tecnológicas. Desse contato, propostas vêm sendo articuladas e novas ações vão sendo operacionalizadas.

Entretanto, ainda que o Museu de Telecomunicações busque ter como matriz central o percurso da tecnologia a serviço da comunicação humana, centrado nas telecomunicações, tem o núcleo central de seu acervo composto por aquele que foi o Museu CTMR, devendo, portanto, ser também um espaço privilegiado da memória dessa empresa, buscando reconstruir esses elementos identitários da cidade com sua história.

A CTMR: NASCIMENTO E O CASO DE UMA EMPRESA REGIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O alvorecer do século XX apresenta uma Pelotas em grande transformação. A industrialização, o incremento da economia e a urbanização crescente, refletem-se em uma cidade que se moderniza¹¹. Foi nesse contexto de expansão de capitais, de industrialização e de crescimento urbano que surgiu a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR). A empresa que prestava serviços telefônicos na cidade, anterior a CTMR, era a Companhia Telefônica Riograndense, de propriedade do coronel Juan Ganzo Fernandez, de origem uruguaia. À comunidade de empresários locais, essa empresa se apresentava deficiente, tanto nos serviços prestados como no alto preço das tarifas. Assim, buscando a melhoria dos serviços telefônicos e a garantia de um investimento local, é que o projeto CTMR se apresentará como factível. A Associação Comercial de Pelotas capitaneou as ações para viabilizar o surgimento de uma empresa local, que surge em 1919 com o nome de Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, e que tinha como objetivos principais a melhoria dos serviços e a resistência ao capital estrangeiro¹².

O processo de implantação da CTMR seguiu a legislação das sociedades anônimas, aconteceu rapidamente. De acordo com Ueda, os acionistas eram empresários, para os quais a nova companhia telefônica e o Banco Pelotense trariam grandes benefícios para seus negócios. Necessitavam, portanto, de um serviço

¹¹ Aqui a tese de Doutorado de Francisca F. Michelon, *Cidade de Papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*, apresenta-se como uma importante contribuição para compreender esse projeto modernizador que foi implementado na cidade nesse começo de século XX.

¹² Estatuto da CTMR, elaborado em 1919. In: LOPES, *CTMR: História e Memória (1950-1980)*. V. I, n.º 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

eficiente, para reduzir as distâncias e ter maior lucratividade em seus empreendimentos (UEDA, 1999: 66-69).

Nos seus primeiros tempos de funcionamento, a empresa buscou implantar centrais e expandir a rede telefônica. Monitorada por companhias estrangeiras, como a *Western Company*, que forneciam o aporte técnico necessário, a empresa foi adquirindo aparelhamento e se lançando num projeto de abranger não apenas Pelotas, mas as cidades vizinhas. Entretanto, no serviço interurbano era ainda impedida de atuar, até os anos 50. O tráfego mútuo entre a Companhia Telefônica Riograndense e a CTMR foi estabelecido em 1952, e um ano após, é instalado o serviço de telefone automático, abrangendo 5.000 linhas e constituindo-se assim como um dos maiores do país.

Os anos 60 serão de expansão, tanto no espaço urbano quanto no rural. Nos 70, a criação da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A) foi lançada para coordenar as telecomunicações no país, sobretudo no que se refere aos serviços locais¹³. Foi criado o Sistema Telebrás, composto por 22 subsidiárias e 4 associadas e será a partir de 1976 que a CTMR passa a integrar o sistema Telebrás, tendo acesso a recursos disponibilizados pelo governo federal que possibilitarão a ampliação da rede em bairros mais afastados do centro da cidade, e o investimento em equipamentos e tecnologias. É nesse período que a empresa conhece seu maior crescimento, o que é evocado por alguns ex-funcionários, tal como Geraldo Lamas ao dizer que a empresa estava em primeiro lugar no Brasil no item qualidade, “em menos de 24 horas o telefone tinha que ser consertado, e muitas vezes até telefone novo era instalado em menos de 24 horas”¹⁴.

O prédio da Rua General Neto, 984, foi a primeira sede da CTMR. Nesse prédio, um sobrado, a primeira central telefônica foi instalada, na parte inferior do edifício. Já na parte superior ficavam as salas do setor comercial e administrativo e a sala das telefonistas.

Os primeiros cabos que saíam da central na sede, iam por via subterrânea, dentro de manilhas de cerâmica, até chegarem aos postes e daí por diante seguiam por via aérea para toda a cidade e zona rural. Para a colocação dos primeiros cabos (cabos primários) era necessário que fossem abertas valetas, para que estes fossem lançados. A chamada “turma dos cabistas” era quem executava essa tarefa de abrir as valetas, o que recorda Gilmar de Leon ao dizer que o trabalho de cabista era muito difícil, pesado, demandando muito esforço físico.

¹³ EMBRATEL, pequena cronologia das telecomunicações, 1999.

¹⁴ Geraldo Lamas, entrevista realizada no dia 06 de junho de 2003.

Para o trabalho com os cabos aéreos e para fazer a instalação, reparo e remanejo de aparelhos telefônicos nas residências, havia a turma dos instaladores, que sempre trabalhavam em duplas. Assim como o serviço dos cabistas, o dos instaladores era bastante árduo, como na fala de Oswaldo Azevedo ao dizer que,

no remanejo a gente caminhava muito, bota escada no poste, pega escada aqui, bota outro lá, solta fio para baixo, enrola fio, recolhe tudo...essa função nós fazíamos e éramos só dois. Era muita caminhada, chegava de noite, se não tivesse prática, ficava moído, porque ainda mais se carregava na cintura a marreta, a cinta dos postes, alicate, chave, era um peso enorme¹⁵.

Os anos 70 são lembrados como um período de grandes melhorias na Companhia, como a ampliação da frota de carros, por exemplo, e ampliação das centrais rurais, que a essa época cobriam os arredores da cidade de Pelotas, na região denominada de “Colônia”, até São Lourenço.

O telefone nos núcleos rurais era utilizado, principalmente pelos pequenos comerciantes, que tinham que estar em contato permanente com a cidade e com as principais áreas de produção e consumo. Além disso, a casa da telefonista era uma referência no povoado, sendo também, via de regra, o local onde funcionava a escola.

As recordações sobre o papel desempenhado pelas telefonistas “da colônia”, usando expressão local, e sobre o trabalho de suporte técnico, muitas vezes fazendo frente às intempéries, são evocadas por essas mulheres e homens que durante muito tempo trabalharam junto à companhia, ainda que, conforme afirmam muitas telefonistas, elas trabalhassem de maneira mais autônoma, sendo raras as vezes em que vinham à sede da empresa, na cidade.

O uso do cobre para a confecção das linhas levou ao desenvolvimento de equipamentos, fabricados pelos próprios funcionários da empresa, para o fabricar de fios. Esse trabalho de infra-estrutura era feito nas oficinas mecânicas da empresa, e com orgulho alguns ex-funcionários dizem que “quase tudo era feito ali”. A empresa mantinha um setor de oficinas mecânicas, além de carpintaria e marcenaria, e ainda que fosse produção apenas para consumo interno, o sentimento evocado é o de auto-sustentação. “Era uma potência”, essa costuma ser a expressão utilizada para representar a empresa, ao mesmo tempo em que lamentando seu desaparecimento. A representação da empresa como um local de estímulo à criatividade e dedicação dos funcionários, é também recorrente, com ênfase na figura de um ou outro diretor, sobretudo aqueles anteriores aos anos 80 quando, conforme relatos, os cargos de

¹⁵ Oswaldo Azevedo da Silva, entrevista realizada em 18 de dezembro de 2003. V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

diretoria passam a ser de ordem essencialmente política, em detrimento da formação técnica.

A idéia da empresa como uma família é outra representação da mesma que se observa nos relatos orais. Ainda que reconheçam os conflitos, sobretudo aqueles de ordem trabalhista, a evocação é de um lugar onde proteção e companheirismo são estruturantes. Na verdade, ao se trabalhar com história oral, percebe-se que essa relativização do passado, esse enaltecimento daquilo que era positivo, são elementos da própria evocação, na qual a memória é, acima de tudo, essa reinterpretação do passado¹⁶. No presente, ao recordarem o tempo do trabalho, os conflitos são atenuados. Assim, ao serem perguntados sobre que vantagens tinha o sujeito ao trabalhar na CTMR, são unânimes em dizer que o salário “não era muito, mas dava”; não havia um plano de saúde, mas um acordo que vigorou por algum tempo entre a Companhia e a Santa Casa, e, sobretudo, “os patrões eram bons, quando alguém ficava doente, eles iam visitar a pessoa no hospital... hoje já não se vê mais isso”¹⁷. É esse caráter de pai-patrão, de exigente, mas justo, que aparece organizando as recordações, atenuando, portanto, comportamentos autoritários por parte da direção. Na verdade, como afirma Portelli, trabalhar com fontes orais significa conviver com a ambivalência, com a contraditoriedade manifesta nos relatos, mover-se, tal como afirma o autor, entre a desejada assepsia do documento e a consciência de tratar materiais infectados (sic) no momento de sua formação (PORTELLI, 1985: 85).

As memórias, matéria-prima dos relatos orais, vão nos fornecendo traços de uma outra empresa, ou melhor, de uma CTMR das vivências cotidianas, das experiências pessoais, e não raramente se observa que o sujeito desconhecia o patrão, circulava apenas no mesmo espaço, e reconhecia como autoridade aquela mais próxima de si. É o caso das telefonistas, muito acentuado naquelas que atuaram como empregadas da empresa no meio rural, mas que raramente vinham ao centro, mas também de algumas que ao falarem de seu trabalho, dão ênfase no cotidiano, nas relações mais próximas travadas no dia-a-dia, e a idéia da totalidade aparece esporadicamente, como por exemplo, nas comemorações coletivas tais como Natal, Páscoa, etc. O mundo do trabalho, ao qual se referem essas pessoas, é aquele do

¹⁶ Os casos de ex-funcionários que acionaram judicialmente a empresa, em busca de seus direitos trabalhistas, são inúmeros. Entretanto, para essas pessoas, há uma diferenciação estabelecida entre a CTMR “do tempo dos patrões bons” e aquela contra a qual atuam. Isso explica relatos como o de uma ex-telefonista que, tendo ingressado no mundo do trabalho através da CTMR e nela atuado como telefonista por muitas décadas, reconhecendo aquele como o espaço de uma “família”, tenha, no momento da aposentadoria, acionado a empresa na justiça do trabalho.

¹⁷ Ruy Bonow, entrevista realizada em 10 de junho de 2003.

setor ao qual se vinculavam, tal como aparece no relato de uma ex-telefonista ao dizer que a empresa para ela era a sala das telefonistas:

Eu sempre trabalhei ali, no segundo piso (referindo-se à antiga sala das telefonistas no prédio da rua General Neto), e como eu era guria e queria dinheiro para meus aprontes de casamento, fazia quase sempre o turno da noite.....era uma turma, era aquele movimento de luzinha acendendo nas mesas, e às vezes as gurias ficavam escutando as conversas...mas eu e outras não, a gente tinha medo, porque tinha um senhor que ficava lá embaixo e a gente sempre achava que ele controlava se alguém estava escutando¹⁸.

Esse desconhecimento da totalidade da empresa é bastante recorrente entre os entrevistados, sobretudo entre aqueles que trabalharam antes da instalação das centrais modernas, que automatizaram o trabalho. À medida que a empresa foi se expandindo, maior distanciamento parece ter-se imposto em relação ao núcleo central, à diretoria; e, num movimento de refluxo, a partir dos anos 90, se percebe o retorno ao ponto de origem, uma vez que, com a completa automatização, tudo passa a funcionar a partir de centrais, uma no centro e outra num bairro.

O papel formatador de identidades sociais que se pode atribuir ao trabalho aparece claramente nos mais diversos depoimentos, parecendo não haver uma relação direta entre o tempo trabalhado e a intensidade com a qual a memória reafirma as identidades no presente. O contato com os objetos de acervo expostos durante algum tempo na Biblioteca Pública Pelotense, possibilitou a alguns ex-funcionários, reviverem essa memória da experiência, não sendo raro que, ao detectarem objetos que eram de uso cotidiano no local de trabalho, imediatamente os identificarem e, através deles, desencadearem o processo de recordação e narração. Às telefonistas, sobretudo, interessaram às centrais telefônicas, e algumas delas pediram para sentar de novo na frente daquilo que, por muito tempo, foi o objeto de trabalho. Essas pessoas passam a reproduzir com o corpo, a gestualidade inerente ao ofício, como se memória e corporalidade fossem, naquele momento, uma única expressão. Os objetos de acervo parecem, portanto, adquirir vida ao serem assim atravessados por recordações: são, como no poema de Borges, testemunhos silenciosos de passado, parecendo carregar consigo uma eternidade das coisas, diante da finitude humana¹⁹.

¹⁸ Carmen Gonçalves, entrevista realizada em 30 de abril de 2004.

¹⁹ A esse respeito, o texto de Alan Radley “Artefacts, Memory and Sense of the past”. In: MIDDLETON, David and EDWARDS, Derek. *Collective remembering*. Londres: Sage Publications, 1994. Além disso, no que se refere aos objetos técnicos, veja-se SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989. *V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.*

Assim, objetos de acervo e histórias de vida parecem compor narrativas, e a existência de um grupo de ex-funcionários com suas lembranças, vão conferindo vida a isso que, no presente, é vestígio de passado. Essa história vivida é o que se pretende incorporar às propostas museológicas, sobretudo no espaço destinado dentro do museu, para a história das telecomunicações²⁰.

O MUSEU DE TELECOMUNICAÇÕES: MEMÓRIA E TECNOLOGIA

O Museu de Telecomunicações surgiu, portanto, no interior dessa tomada de responsabilidades por parte da Universidade Federal de Pelotas, ao requerer junto ao Comitê Gestor, a gestão desse que, como já dito anteriormente, foi sendo compreendido como um Museu de Telecomunicações. Para a Universidade, esse Museu se transformava em uma forma de oportunizar, não apenas aos alunos como à comunidade de maneira geral, um local onde o conhecimento científico, o conhecimento histórico e a criatividade humana, estivessem dispostos de maneira integrada. A história da CTMR é parte importante do museu, e isso se deve não apenas ao fato da existência de um acervo de mais de 140 peças, como pela forma como a história da empresa está enraizada na história local. Sobre o acervo CTMR, tal como já abordado anteriormente, podemos classificá-lo em quatro itens:

1. Aparelhos telefônicos, centrais e correlatos.
2. Equipamentos técnicos utilizados pela empresa, alguns remontando à fundação da mesma.
3. Mobiliário, e nesse item estão não apenas o mobiliário de escritório, sala de telefonistas, sala de direção, como também aqueles utilizados nos setores de infra-estrutura.
4. Acervo documental, dentro do qual se encontra documentação da empresa, remontando aos primeiros anos de funcionamento, catálogos telefônicos, material visual, plantas de expansão de rede telefônica. Dentro desse item consta também o acervo oral, composto por registro de depoimentos de ex-funcionários e diretores da Companhia.

²⁰ Memórias de grupos de trabalho, memória e afetividade. Sobre isso o artigo de LECCARDI, Carmen. *Memoria colettiva e gratitudine* In: JEDLOWSKI, Paolo (a cura di). *Il senso del passato*. Milano: FrancoAngeli, 1991.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Tendo em vista o tamanho e importância do acervo, será constituído um espaço próprio destinado à história dessa empresa, buscando-se a contextualização necessária para que ela seja integrada numa história das telecomunicações tanto no Brasil quanto em nível mundial. Essa relação se demonstra claramente no acervo, ao se observar, por exemplo, as inúmeras referências materiais, fotográficas e em depoimentos, à presença de empresas como a *Ericsson* sueca e a *Siemens* alemã, no fornecimento de aparelhamento e tecnologias.

Nessa proposta de dispor a comunicação humana num percurso histórico, evidenciamos momentos fundamentais, dentre eles o telefone como aquilo que permitiu à humanidade realizar um de seus mais antigos sonhos: comunicação à distância. Assim, do *telephone* à Internet, passos gigantescos foram dados numa velocidade vertiginosa, permitindo que em um tempo cronologicamente muito pequeno (o que é um século diante da imensidão de milênios?), o planeta fosse interligado dentro de uma rede de comunicação.

A esse primeiro eixo articulador, o processo histórico, corresponderá um outro, que abrangerá dois terços do espaço disponibilizado para expografia. Nesse a ênfase incidirá sobre os processos tecnológicos geradores de comunicação, o avanço da pesquisa em telecomunicações, tendo como substrato temporal a contemporaneidade. Assim, abre-se espaço para a exposição de equipamentos e maquetes com reproduções internas dos mesmos, com o fim de serem manuseados, compreendidos em seu processo gerador.

Interatividade. Essa será a tônica nesse ambiente museográfico. Visualizar o processo de geração dos estímulos, compreender a origem de cada elemento, entrar num mundo atravessado pela Internet, um mundo do presente, mas também do futuro.

Além das observações e manuseios de equipamentos, o visitante é convidado a buscar informações em terminais de computador dispostos pelo ambiente. A atualização dos novos produtos lançados no mercado estará, também, sendo privilegiada nesse espaço interativo: O museu vivo.

Essas duas grandes linhas serão, portanto, as bases museológicas desse espaço, e será dentro delas que a pesquisa e a extensão se articularão, cumprindo assim o papel acadêmico desse museu e, em termos gerais, podemos dizer que o museu propõe-se a:

- Desempenhar um papel importante no desenvolvimento do aprendizado da história das telecomunicações.

- Adotar uma visão interativa e dinâmica abrindo o ambiente do museu para sediar eventos, mostras e exposições temporárias.
- Completar a educação formal e proporcionar ao visitante uma aproximação com as técnicas importantes do seu cotidiano.
- Estimular o espírito de pesquisa e o entendimento da tecnologia.
- Atualizar, em tempo-real, as recentes conquistas tecnológicas das telecomunicações.
- Ser um espaço de fomento à curiosidade científica, através de técnicas expográficas que permitam o acompanhamento dos processos de telecomunicações, colocando em funcionamento aparelhos disponíveis.
- Lançar o museu numa rede de instituições científicas, através de um site gerado pela equipe, propondo assim sua divulgação em nível mundial, para que seja visitado virtualmente e incluído em rotas turísticas.

A PARCERIA UFPEL – CEFET

Essa aliança entre duas instituições de ensino foi sendo consolidada à medida que, avançando no projeto de implantação do museu, percebíamos que somente o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento poderia garantir a viabilidade do mesmo. O interesse científico, didático-pedagógico e a história de cada uma dessas partes nesse percurso possibilitaram que chegássemos a um termo de compromisso para uma gestão compartilhada do Museu de Telecomunicações de Pelotas. Esse compromisso e envolvimento dar-se-á tanto no aspecto administrativo, em todos os níveis em que possa ser compreendido, quanto no aspecto científico e acadêmico, tornando-se o museu um local de aulas práticas, estágios, pesquisa e aplicação, através da colocação em funcionamento dos equipamentos disponíveis e da geração de outros, para serem testados.

A equipe de trabalho vinculada à UFPel tem desenvolvido, desde os primeiros contatos com o acervo, o trabalho de registro e catalogação do material. Ao acervo original, aquele exposto nos meses de junho e julho de 2003, foram sendo incorporadas outras doações, como uma coleção de telefones públicos, por exemplo. Assim, a equipe vem recebendo do Sistema Estadual de Museus, na figura de sua coordenadora Simone Monteiro, um treinamento para que organize toda a documentação museológica antes de ser definitivamente aberto o museu à comunidade, garantindo assim o registro do acervo e a viabilidade de trabalhos futuros. Começando pelo começo. É assim que nos sentimos, e cada passo premedita

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

o próximo, cada problema solucionado estimula a solucionar o outro, que certamente virá. Nossa experiência, muito jovem ainda, nos permite sonhar com o museu aberto num curto espaço de tempo, e um museu vivo, vibrante, comunicativo enfim.

EQUIPE DE TRABALHO UFPEL:

Professores:

Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Técnico- Administrativo:

Lic. Mara Regina Gomes da Silva

Acadêmicos:

Claudia de Souza Vieira

Taiane Taborda Roja

Licenciados em História:

André Luis Borges Lopes

Clara Machado

Heleonora Rosa

EQUIPE DE TRABALHO CEFET:

Esse grupo de trabalho encontra-se ainda em fase de consolidação, registrando-se, porém, os nomes dos docentes que estão atuando justamente na estruturação do grupo e que mantêm um papel ativo e fundamental na implantação do museu. A saber,

Prof. Dndo. Edgar Luis Mattarredona

Prof. Dr. João Antonio Allemand.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LECCARDI, Carmen. Memoria colettiva e gratitudine. In: JEDLOWSKI, Paolo (a cura di). *Il senso del passato*. Milano: Franco Angeli, 1991.
- LOPES, André L. Borges. *CTMR: história e memória (1950-1980)*. Pelotas: UFPel. (Monografia apresentada como conclusão do Curso de História), 2004.
- MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de Papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. (Tese de Doutorado) PUCRS: PPGH, 2001.
- NORA, Pierre. Between memory and history: les lieux de mémoire. In: *Representations*. Spring: 1989, n. 26.
- PORTELLI, Alessandro. *Biografia di una città storia e racconto: Terni 1830-1985*. Torino: Einaudi, 1985.
- RADLEY, Alan. Artefacts, Memory and a Sense of the past. In: MIDDLETON, David and EDWARDS, Derek. *Collective remembering*. London: Sage Publications, 1994.
- SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989.
- UEDA, Vanda. *Inovação tecnológica e espaço urbano: A implantação da CTMR em Pelotas/RS*. Florianópolis: UFSC. (Dissertação de mestrado), 1999.

Recebido em: 17/04/2004

Aprovado em: 23/07/2004

Publicado em: 24/09/2004

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA: ENTRE A CULTURA MATERIAL E O PATRIMÓNIO INTANGÍVEL

Prof. Dr. Luiz Oosterbeek²¹

RESUMO: Em torno das noções e conceitos de arqueologia, património, identidade e cultura, é discutido o papel da memória na permanente reconstrução de passados, traçando um paralelo com os mecanismos reguladores das funções cognitivas e revendo a construção do património e a sua função na sociedade contemporânea. Defende-se que, numa abordagem memorial que valoriza de forma crescente a dimensão imaterial do património, a pré-história se situa no campo ideal da interpenetração das dimensões material e imaterial.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Pré-História; Património; Identidade; Memória.

ABSTRACT: Around the notions and concepts of archaeology, heritage, identity and culture, the role of memory in a permanent reassessment of the past is discussed, suggesting a parallel with mechanisms that regulate cognitive functions and reviewing the construction of heritage and its role in contemporary society. Within a memorial approach that increasingly stresses the immaterial dimension of heritage, prehistory is the best field for the integration of both its material and immaterial dimensions.

KEY-WORDS: Archaeology; Prehistory; Heritage; Identity; Memory.

INTRODUÇÃO GERAL: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PELA MEMÓRIA

O esquecimento é a principal faculdade da memória.

Virgílio Ferreira²²

Uma das imagens fortes que marcaram as minhas retinas, resulta de uma visita aos Sete Povos, em especial a S. Miguel das Missões, onde se ergue essa extraordinária catedral barroca e onde se acolhem obras de arte Lusíada, gravadas na madeira pelas mãos de guaranis. Mas não foram essas obras maiores do engenho

²¹ Instituto Politécnico de Tomar, Portugal.

²² Memória das lições que me deu, quando estudava no Ensino Secundário.

humano que me tocaram mais fundo e sim os olhos das crianças guaranis...olhos onde não vi orgulho nem esperança.

“Crianças de olhos vazios”, lembro-me de escrever à minha mulher nessa ocasião. Essa falta de luz estamos, infelizmente, habituados a encontrá-la nos mais velhos, às vezes mesmo em adolescentes, já desiludidos ou resignados, já alienados. Mas não nas crianças. Essa ausência de luz nos anos menores é ainda mais impressionante que a luz que às vezes vemos brilhar nos olhos de alguns velhos.

O que é essa “luz”? É uma emoção, um “estado de alma”, que se recorta com a capacidade de se sentir parte de um percurso com coerência, parte de uma história. E nos olhos dos meninos de São Miguel, a luz que faltava não era a das brincadeiras ou a da comida ao fim do dia: não, eles não aparentavam nem fome nem falta de afectos. Mas pareciam deslocados: nem Índios nem Europeus, despossuídos das suas terras, mas sobretudo das suas memórias, descendentes de gerações que ficaram entaladas nas lutas que travaram entre si, primeiro como conquistadores, depois como braços armados de conflitos entre Jesuítas, Espanhóis ou Portugueses.

Num instante, a materialidade da imponente Igreja barroca revelou-se-me, na sua complexidade cultural, pelo olhar daquelas crianças. Faltava-lhes uma memória própria, não meramente turística. Faltava-lhes uma identidade exclusiva com aquelas ruínas, que apesar das aparências não eram, nem nunca foram, suas. É mesmo provável que elas não sintam falta dessas “faltas”. Mas senti-as eu. Dizem os manuais que o turista é o que interage com os residentes, por oposição ao excursionista, que passa por eles como mero cenário. Nessa minha ida a São Miguel faltaram-me os residentes, pois os que lá estavam tanto podiam estar ali como noutro local qualquer. Estavam lá, mas aquele não era o seu “lar”.

Noutras viagens, sobretudo no Rio Grande do Sul, mas também em São Paulo e no Rio, conversando com amigos e colegas, visitando cerritos ou a Vila Maciel, fui verificando que a noção de cultura arqueológica (e sublinho noção e não conceito), no Brasil, é muito diversa da que predomina no espaço Europeu. Aqui fala-se em tradições, conceito a que comecei por resistir, por o não entender, para finalmente a ele me render.

Devo por isso a São Miguel das Missões, e ao Brasil, os primeiros passos de uma reflexão sobre as relações cognitivas entre os vestígios arqueológicos e o seu envolvimento cultural actual, que agora procurarei resumir nestas páginas.

O conceito de Património Cultural remete, antes de outra coisa, para o de propriedade. É património algo a que atribuímos um valor e com o qual estabelecemos uma relação de apropriação.

O valor do Património é hoje, de forma crescente, uma forma de capital fixo, aquilo a que chamamos, por vezes, de recurso infra-estrutural. Tal se deve ao facto de funcionarmos numa sociedade em que predomina a apropriação privada dos bens materiais, associada ao desenvolvimento do turismo.

Mas, antes dessa dimensão, inegavelmente importante, existe uma outra, de natureza imaterial. O Património Cultural é hoje um valor de uso a que recorremos, como aliás já o faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. Dito de outra forma, o Património Cultural é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos. Definimo-nos, em grande medida, pela posição que ocupamos face a esse Património, pela relação que estabelecemos, ou não, com ele. E, neste jogo, é mais importante a dimensão imaterial: quanto mais exclusivamente material é a relevância desse Património para nós, menos ele nos influencia. É por isso que as ruínas de São Miguel das Missões não têm a mesma “ressonância” para um Cristão, para um Muçulmano ou para um ateu.

Diz-nos António Damásio (2001), que na construção da inteligência começamos por estruturar um conjunto de emoções, uma “narrativa sem palavras” ancorada em relações de natureza sensório-motora, que nos conduzem progressivamente à construção do que ele chamou de “eu-autobiográfico”, ou seja, da nossa identidade.

O Património Cultural tem essa faculdade de despertar emoções (estéticas ou outras), que nos ajudam a construir a nossa identidade, a nível individual ou colectivo. Perante uma realidade que reconheço como “Património Cultural” (e esta já é uma segregação cultural), posso reconhecer-me herdeiro dela, admirá-la como expressão de uma outra cultura que nada tem a ver com a minha, valorá-la como de interesse maior ou menor, etc. As “peças” de que se compõe o universo do Património Cultural constituem um complexo de sinais, que vou situando no meu mapa cultural interior, umas de forma mais próxima de mim, outras de forma mais distante, numa rede que não é estável e que se modifica, por vezes de forma impressionante, ao longo da vida. É o que ocorre, por exemplo, quando verificamos que certas músicas que nos animavam aos 15 anos se tornam insuportáveis dois ou três anos depois; não foram as músicas que mudaram, foi o seu lugar no nosso mapa do Património, foi a sua relevância para a nossa identidade.

O Patrimônio Cultural é, assim, a âncora fundamental da identidade, mas é uma âncora flexível e em permanente reconstrução. O passado não é algo de imutável, algo a que podemos tentar aceder como quem vai virando as páginas de um livro, uma após a outra. O passado de cada um de nós é um legitimador do presente. É assim que, quando sofremos um grande abalo na nossa vida (a perda de alguém muito próximo, uma separação, ou outra situação análoga), começamos por nos “desorientar”, pela contradição entre um passado/patrimônio que legitimava a relação que se perdeu, e um novo presente em que ela já não existe. Essa desorientação conduz à depressão, da qual se sai construindo um novo passado, que legitime o novo presente. O passado é, assim, um “saco” de informações, de sinais, que desencadeiam emoções, que por sua vez estruturam o nosso quotidiano. Informações que guardamos, dispersas, nesse universo nebuloso que é o Patrimônio Cultural, onde elas não existem na sua totalidade material, mas apenas decompostas, de insuspeitas formas.

Processo idêntico parece existir na organização das informações no nosso cérebro (DAMÁSIO, 2003). Não existe, na nossa mente, um local onde se encontre armazenada a imagem da *Gioconda*, ou a percepção da cidade Neolítica de *Jericó*, ou sequer, como gostaria Platão, a ideia de *Pirâmide*. Tal como acontece com as páginas virtuais geradas por motores de busca num computador, todas as imagens ou ideias só existem quando pensadas, ou seja, quando se desencadeia um processo de relação entre diferentes estímulos, que as constrói. Neste sentido, poderá dizer-se que não há, no plano do conhecimento, passado; apenas presente, incluindo o presente em que, a cada momento, se gera o passado.

A memória é o mecanismo de permanente (re)organização do passado. É ela que coloca os “vestígios do passado” em relação uns com os outros, conferindo-lhes sentido. Dito de outra forma, é ela que, jogando com um conjunto de elementos materiais isolados (que podem ser impulsos eléctricos ou unidades de matéria, mas que, no plano colectivo, são também ruínas, sepulturas, pontes ou palácios), constrói uma dimensão coerente, a que damos o nome de passado, ou de Patrimônio Cultural e que, em última análise, de natureza imaterial.

Nas sociedades menos complexas, a coerência destes estímulos é estruturada a partir de quadros de referência transmitidos por via oral, que tendem a ser estruturalmente binários (uma relação mais complexa é de mais difícil transmissão em sociedades sem escrita), mas, igualmente, muito complexos na sua génese e evolução (dado que, na ausência de uma materialização do sistema de regras de transformação que constitui a escrita, são permeáveis a maiores flutuações). Estas sociedades funcionam em sequências de oposições (LÉVI-

STRAUSS, 1976), construindo um sistema em que o núcleo invariante é o Mito fundador (geralmente uma história associada a um cruzamento de elementos sensorialmente apreendidos, como a água, a terra, o fogo e o ar), que se perpetua através de ritos que procuram fixá-lo, mas que admitem ritmos diversos e, por isso, variações no quadro cultural. O Mito funda a identidade do grupo, agregando essa dimensão ao “sentimento de si” de cada um dos seus elementos.

Esta estrutura dual é a que dominou a quase totalidade da História da nossa espécie, e que continua a ser preponderante na maior parte do planeta (o *Yin e Yang*). Apenas na bacia Mediterrânica primeiro, e por globalização do sistema Euro-Mediterrânico depois, se foi gerando uma estrutura ternária, que na dialéctica se exprime na noção de síntese. Mas, antes de avançarmos mais, convém sublinhar que, mesmo no mundo Euro-Mediterrânico-Atlântico, a estrutura antitética é, entre a população, dominante. O maniqueísmo, por exemplo, é uma das suas expressões.

Mas a descoberta da escrita, com o que ela possibilitou de fixação de um *corpus* muito mais complexo de elementos invariantes, veio dar uma nova dimensão ao Mito fundador, e permitiu (embora o não impusesse) sair de uma lógica binária, e aceitar não apenas a complementaridade entre dois elementos opostos, mas a geração de um terceiro diverso, a partir deles. O cristianismo consolidaria esta visão nova do mundo, que ao introduzir a dimensão da génese (dois *geram* um terceiro), criou a noção de tempo (progressivamente mais homogéneo, contínuo e irreversível) e, com ele, de passado material. O Património Cultural é o sub-produto deste processo, e nasce com o Renascimento (depois de episódicas experiências de coleccionismo desde as primeiras Civilizações Pré-Clássicas), precisamente quando as modernas noções de tempo, de espaço e de causalidade se consolidam.

Na Modernidade, o Património Cultural retoma o papel do Mito na construção da identidade colectiva. Ele materializa certo passado, ora nacionalista ora, como hoje se pretende, mais unificador e ecuménico, mas sempre estranho a sociedades ou segmentos sociais cuja visão do mundo permaneça dual. Porque o Património Cultural só o é na sua dimensão imaterial, e nesta só pode ser reconhecido como Património se for relativizado (ou seja, se for laicizado). A destruição dos Budas de Bamiyan é, por seu lado, uma consequência lógica de um quadro mental binário, que exclui a noção de Património Cultural. A noção de Património Cultural, como “outro lugar” que foge à lógica antitética, permite preservar testemunhos e dissolver conflitos (OOSTERBEEK, 2000).

Numa sociedade em que o Património ocupa o lugar do Mito, o Rito (revisitação encenada do Mito) é materializado na visitaçao e “usufruto” desse Património. Isto significa que, tal como no Mito, as suas componentes não

ritualizadas se perdem (por esquecimento), também com o Património Cultural, as suas expressões retiradas do quotidiano da população excluem-nas da formação das respectivas identidades e, dessa forma, perdem qualquer valor de uso. As gravuras rupestres ou as cidades da Amazónia que ainda não foram descobertas, mas também as ruínas abandonadas ou, pior ainda, as colecções esquecidas de museus ou os monumentos tornados inacessíveis ao público, não incorporam, ou tendem a deixar de incorporar o processo de construção da identidade. “Esquecidas” ou ignoradas, essas expressões materiais não são Património Cultural, pois não são verdadeiramente apropriadas e tornam-se, assim, redundantes.

A Humanidade sobreviveu bem, milhões de anos, sem Património Cultural. E pode continuar a fazê-lo. É apenas a forma cultural Euro-Mediterrânica-Atlântica, que na sua globalização crescente requer, no entanto a preservação da diversidade, que precisa desse Património. A ironia da evolução histórica é a de que é a globalização dessa expressão cultural que, muitas vezes, não apenas reduz a diversidade cultural global, mas tende a reduzir a sua própria diversidade interna, o que, a concretizar-se, anularia a possibilidade de perpetuação dessa mesma forma cultural, e um novo domínio do binarismo.

O Património Cultural é, assim, o meio de construção da identidade colectiva pela memória, por oposição à construção da identidade colectiva pelo Mito, na lógica binária.

Neste sentido, podemos dizer que o Património Cultural é a base da memória colectiva da Humanidade, que integra vestígios materiais (sendo estes os mais perenes) e imateriais (sendo estes os conjunturalmente mais relevantes), e que remete para as culturas passadas reinterpretando-as à luz da actualidade (OOSTERBEEK, 2001). Ele se oferece como uma leitura perspectivista do Passado, que não se confunde com as Artes (que oferecem uma leitura prospectivista do presente, antes de os seus produtos se converterem, eles próprios, em Património cultural).

A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÓNIO

*O património imaterial reporta-se, obviamente,
às culturas da oralidade ou à tradição oral nas culturas escritas,
pois se tivesse sido escrito tornar-se-ia tangível.*
(GOODY, 2004: 91)

Na construção do Património, as fontes orais são a primeira matéria-prima. Numa primeira reflexão, poderia pensar-se que são os vestígios materiais, as ruínas, os objectos, que são determinantes na construção do Património. No entanto, assim não é. Começamos a construir o mapa do Património por “ouvir” e “ouvir dizer”. Canções e histórias, eco distante dos ritos primitivos, são instrumentos essenciais na construção da componente social da nossa identidade. É por elas que nos acercamos do património material, que se nos revela, num primeiro momento, como cenário dessas histórias. As ruínas são locus de vivências ou, melhor dizendo, de histórias de vivências. Os artefactos são produtos finais de gestos, de comportamentos.

O Património material, arquitectónico e arqueológico, começa assim por ser gerado pela oralidade (“E disse Deus: Haja luz; e houve luz”; Gen.1,1). A primeira forma de Património material é, por isso, a literatura (ler o que foi lido). E, para além da oralidade, o património vai-se construindo em torno dos sentidos fundamentais. Nele ocupam lugar de destaque, desde cedo, as materialidades que contêm, de forma mais evidente, uma expressão imaterial: a música (ouvir o que foi ouvido), as fotografias e representações naturalistas (ver o que foi visto), a gastronomia (saborear o que foi saboreado), o património construído (tocar o que foi tocado). Num plano mais complexo, e também de acesso mais restrito, o Património é então construído por documentos interpretativos (corografias, monografias, mapas, etc.).

Nesta complexa rede de fontes construtoras do Património Cultural, este vai-se afirmando na dupla recusa da miopia e do esquecimento. Recusa do esquecimento, que consiste em não o incorporar no processo de construção da identidade presente, dissolvendo-a em quadros culturais globais simplificados. Mas recusa, também, da miopia que consiste em não perceber que o património Cultural não o é em si, mas apenas no quadro de uma relação de usufruto pela sociedade e como parte integrante do território.

Mas a construção do Património, garante da diversidade cultural, faz-se também na afirmação, dialéctica, da diversidade fragmentária, formal mas também essencial, de vários patrimónios. Nascido de uma cultura não binária, ele é percebido, inúmeras vezes, em sequências de oposições:

- Património Arqueológico (subterrâneo, fora do campo visual) e Arquitectónico (aéreo, integrado no horizonte);
- Património Móvel (que envolvemos) e Imóvel (que nos envolve);
- Património Identitário (Etnográfico) e Património não Identitário (Artístico);

- Património Imaterial (frágil) e Património material (perene);
- Paisagens (percepções) e sítios (sensações).

Na verdade, a percepção que temos dos vestígios patrimoniais tende a ser binária, é apenas na passagem da percepção para a construção do conceito que se introduz a dimensão genética, que gera uma outra dimensão, pela combinação das oposições anteriores. O conceito de Património Cultural é, assim, uma construção cultural que resolve as contradições integrando-as, e definindo, desta forma, um quadro global coerente (supera as contradições), flexível (permite num mesmo momento que segmentos diversos da sociedade privilegiem elementos diversos de um mesmo corpus patrimonial) e dinâmico (vai-se modificando por adição e subtração de elementos, mas sobretudo por alteração de significados).

Neste sentido, o Património Cultural é estruturante na transformação dos territórios (enquanto espaços físicos) em paisagens (enquanto territórios percebidos). De alguma forma, o Património Cultural é o território “visto de dentro”, valorizando a componente humana na definição de fronteiras económicas (território de captação), sociais (território de poder) e culturais (paisagem), e de lugares (de pertença).

Construído a partir da oralidade e dominando, na sua dimensão imaterial, o território, o Património Cultural foi, no entanto, sobretudo reconhecido na sua expressão material (BOUCHENAKI, 2004: 9).

A DIMENSÃO INTANGÍVEL DA PRÉ-HISTÓRIA

*A mente humana é intangível, uma abstração. (...)
Um total de 6 milhões de anos de evolução
separam as mentes dos homens modernos das dos chimpanzés.
É esse período de 6 milhões de anos que encerra a chave
para compreender a mente moderna.
(MITHEN, 1996: 10)*

A Pré-História é a História das sociedades baseadas exclusivamente na oralidade. Aproximamo-nos das sociedades pré-históricas através da chamada cultura material, ou seja, do conjunto de artefactos (objectos, estruturas) e ecofactos (animais, plantas, territórios modificados ou seleccionados pela Humanidade) que sobreviveram à usura do tempo.

Sendo um campo do saber que se situa no cruzamento das ciências do Homem, da Terra e da Natureza, não é fácil a sua “arrumação disciplinar” e o seu ensino universitário pode ser encontrado, em diferentes países, associado à Geologia, à Geografia, à Biologia, à Antropologia, à História ou aos Estudos Humanísticos.

Neste sentido, a Pré-História, como a Arqueologia, nasceu no século XIX já como um campo de saber transdisciplinar. Resultado do cruzamento do antiqurismo classicista com a geologia do quaternário e com a etnologia escandinava, a Pré-História conheceu, desde a sua origem, essa tripla dimensão do rigor científico, do património histórico-artístico e do património imaterial.

Na origem, a Arqueologia Pré-Histórica centrou-se na noção de cultura. O interesse dos arqueólogos foi-se centrando, progressivamente, nos artefactos, e nas suas “associações recorrentes” (no que viria a ser a expressão de G. Childe, 1977). O objectivo era a identificação de etnias, de que é exemplo o monumental trabalho de Bosh-Gimpera (1932), para a península ibérica. Desta forma, os primeiros pré-historiadores não separavam as dimensões material e imaterial, tendo como objectivo a compreensão global de culturas.

Note-se que o conceito de cultura fora pela primeira vez formulado em 1871, por Edward Tylor (1920), como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Ao longo do séc. XIX começam a sistematizar-se os estudos comparativos (distribuição de moedas, monumentos megalíticos, etc.). Os conjuntos de vestígios (“Campos de Urnas”, “Cerâmica Campaniforme”, etc.) eram associados a povos.

O autor que realizou a primeira sistematização histórico-cultural foi Oscar Montelius. Desenvolveu o método tipológico, e orientou a investigação para a comparação dos artefactos e estruturas em toda a Europa, a despeito dos seus respectivos contextos. Baseava-se na estratigrafia, e foi um defensor da supremacia cultural do Mediterrâneo na Pré-História. Desenvolveu a ideia de relação entre centros produtores/inovadores e periferias consumidoras.

O difusionismo orientalista de Montelius suscitou reservas de diversos arqueólogos, não tanto na teoria (difusionista) como na sua concretização (orientalista). Mas em geral foi aceite: confirmava as teses religiosas judaico-cristãs, ao colocar o centro difusor no Próximo Oriente; concordava com a visão de que a Europa Ocidental era a herdeira do passado glorioso das civilizações pré-clássicas e clássicas (dando-lhe legitimidade para a colonização africana).

Mas é só com Kossina, com a sua obra “*A Origem dos Alemães*” (1911), que pela primeira vez os vestígios arqueológicos são incorporados no conceito de cultura. Kossina vai defender o carácter nacional da arqueologia, que mais tarde será assumido pelo movimento Nazi como parte da sua matriz ideológica. Em particular, Kossina defendeu a supremacia racial dos alemães.

Kossina defendeu que a partir do Paleolítico superior o registo arqueológico se podia organizar como um mosaico de culturas, de base étnica. É fácil verificar como esta ideia perdura até hoje entre muitos arqueólogos.

As ideias de Kossina tiveram pouco eco fora da Alemanha, por razões óbvias. Mas Gordon Childe, australiano, militante socialista, aceitou o conceito de cultura arqueológica de Kossina, combinando-o com o esquema cronológico e difusionista de Montelius. Em 1925 publicou a primeira versão da sua “*Aurora da Civilização Europeia*” (CHILDE, 1969), definindo um amplo e complexo mosaico de culturas, baseadas no registo arqueológico e definidas a partir de “fósseis directores”.

A ideia de fósil director, ou seja, de seleccionar um numero reduzido de artefactos tipo para definir as culturas, abriu caminho ao funcionalismo. Childe procurava determinar o papel, a função, dos artefactos nas sociedades que os haviam produzido. Deu particular atenção à cerâmica, argumentando que ela tendia a refletir os gostos locais e a resistir às influências externas, contrariamente aos artefactos metálicos, por exemplo (que, por isso, eram mais valiosos para a comparação cultural).

Graças a Childe, os “estádios” de desenvolvimento (como o Neolítico), passam a ser vistos como mosaicos culturais. Foi igualmente importante ao introduzir a ideia de evolução descontínua, traduzida nas noções de revolução Neolítica e de revolução Urbana.

Paralelamente, em 1919, foi criada na URSS, a partir da ex-Comissão Arqueológica Imperial de S.Petersburgo, a Academia Russa de História e Cultura Material (GAIMK). As linhas de força deste centro serão o primado da esfera socio-económica e a atenção detalhada à cultura material. Desde o início, esta academia incluía especialistas em fauna, flora, geologia e climatologia (para além das outras ciências humanas).

Vladislav Ravdonikas (1939), arqueólogo lituano da célula comunista do GAIMK, defenderia uma história marxista da cultura material, atacando Montelius, por este não ter em conta o factor social. A sua preocupação vai desenvolver uma teoria marxista para a arqueologia, área em que Marx e Engels pouco haviam escrito. A questão era tanto mais complicada quanto mais se recuava no tempo. Para

as épocas históricas o motor da evolução era a contradição de classes. Mas quais eram as contradições na Pré-História, no “comunismo primitivo”?

O GAIMK abandonou as definições das idades da pedra, do cobre e do bronze (tecnologicamente determinadas), procurando estudar os modos de produção, a organização social e a ideologia. É assim que nasce a arqueologia do micro-espaco, ou seja, as escavações em área, de acampamentos paleolíticos e de povoados neolíticos. Desde os anos 30 que surgem estudos, na URSS, sobre a divisão de tarefas (a cerâmica feita por mulheres, a possibilidade de identificar sociedades matriarcais, etc.). As transformações verificadas no registro arqueológico já não são explicadas pela difusão ou migração, mas sim pelo desenvolvimento social interno. A evolução social seguiu de perto as formulações de Marx-Engels para a sociedade primitiva, na leitura linear que será feita por Stalin (das sociedades pré-clônicas às sociedades comunistas).

A partir de 1934, estabelece-se uma “Arqueologia Soviética”, concebida como ramo da História especializado na Cultura Material. Em 1937 o GAIMK passou a designar-se por Instituto de História da Cultura Material (na década de 1950 re-baptizado de Instituto de Arqueologia), integrando a Academia Soviética das Ciências. No seu seio, desenvolver-se-ia uma secção especializada em aspectos técnicos, enquanto os estudos de etnogénese ganhavam novo alento.

A Arqueologia histórico-cultural, muito criticada a partir dos anos 70, foi a responsável pela fundação da arqueologia como disciplina rigorosa. Os métodos da estratigrafia, da seriação, da classificação, da escavação em área, da análise funcional,... são o seu produto. Sobretudo, seja na sua expressão ocidental, com Gordon Childe, como, sobretudo, na sua versão soviética, o histórico-culturalismo acabaria por destacar a importância de recusar uma Pré-História meramente tipológica e descritiva, antes propondo esquemas interpretativos que faziam apelo ao que hoje designamos por cultura imaterial.

A evolução ulterior da Pré-História, mesmo durante o seu período neopositivista (entre o final da II Guerra Mundial e a década de 1980), aprofundou a reflexão epistemológica sobre a natureza do conhecimento em Pré-História, e em particular sobre o papel dos não especialistas na construção do discurso científico. “The public also makes a difference. In fact, whereas there are certain elements which are traditionally known and appreciated, there others in exactly the opposite situation” (GONZÁLEZ MENDÉZ, 2000: 28).

Na medida em que a Pré-História, nos seus intentos interpretativos, faz recurso aos modelos de origem etnográfica, propondo-se “contar uma história” de base rigorosa, mas de estrutura argumentativa, ela aproxima-se do conhecimento

oral, antes referido. Com efeito, a Pré-História, e com ela a arqueologia histórica das sociedades com escassa documentação escrita (comunidades rurais, escravos, etc.), só pode ser compreendida se recorrer à dimensão imaterial.

Como refere Mons. Marchisanno (2002: 37) “L’arte per la sua immediatezza e visualità è strumento di catechesi così che l’annuncio del Vangelo è stato concretizzato in innumerevoli cicli iconografici”. Com efeito, a arte, a arquitectura, proporcionam uma leitura imediata, mesmo que “errada”. São testemunhos que, na origem, foram concebidos para desencadear emoções e que são interpretados como tal por qualquer grupo humano. Castelos, Igrejas, Palácios... mas também certos artefactos móveis, como as esculturas do Aleijadinho ou os quadros de Van Gogh, todos têm um sentido decorrente da imediata integração no ambiente em que nós mesmos nos situamos. O seu contexto é, de alguma forma, também o nosso.

O mesmo não acontece com os testemunhos Pré-Históricos. Os dólmens e os sambaquis, a cerâmica marajoara e os zoólitos, as gravuras do Piauí e as casas subterrâneas do Sul, são elementos materiais que não se enquadram no nosso quotidiano, que já não têm nenhuma função nele. Contrariamente às Igrejas das Missões ou às ruínas de Pompeia, em relação aos testemunhos Pré-Históricos, rompeu-se o vínculo entre nós e os seus produtores originais, que não sabemos nomear. A reconstrução em Pré-História, para o grande público, assemelha-se mais à ficção científica do que à ficção histórica e a sua plena interpretação é apenas possível, fora do estrito núcleo de especialistas, através de uma didáctica específica que leve a ver nesses vestígios os gestos e comportamentos que os originaram. É neste plano que a Pré-História constrói a ponte entre o Património construído e o Património imaterial.

CONCLUSÕES

*Pelo facto de a modernidade se definir como ruptura,
a tradição representa a única fonte possível de sentido.*
(RODRIGUES, 1996: 308)

A gestão integrada do Património Cultural é a forma como ele poderá permanecer relevante para o futuro da nossa sociedade. A gestão integrada é um programa transdisciplinar, que implica a identificação, o inventário, o estudo, a

conservação e a valorização dos testemunhos materiais e imateriais, superando a sua dicotomia.

Gerir o Património é “negociar” a relação entre propriedade (conjuntural) e memória (essencial), tendo o duplo objectivo de assegurar a conservação (para as gerações futuras) e a fruição (pelas gerações actuais), assim assegurando a relação com as gerações passadas.

Trata-se de um processo de mediação de conflitos: entre propriedade e essência, entre o individual e o colectivo, entre preservação e fruição, entre descrição e interpretação. Mas uma mediação dinâmica, que sai das antíteses para gerar novas realidades, novas perspectivas do Património. Como referem RUNESSON & HALLIN (2002: 106): “The man-made world, unlike a natural landscape, should not be viewed as a passive background”.

Uma gestão transversal de qualidade (QUAGLIUOLO, 2001; OOSTERBEEK, 2002), deverá encarar a estreita relação entre a investigação e a didáctica, propondo o passado como um campo de possibilidades com graus diversos de probabilidade. O facto de a Pré-História ser uma realidade construída sem recurso à memória escrita, confere-lhe uma dimensão virtual, cuja materialidade decorre da intervenção física dos seus factores (o arqueólogo que escava e “dá à luz” os vestígios, que emergem quando finalmente vistos, tocados), sendo muitas vezes restituída pelas tecnologias de RV, que materializam os discursos interpretativos. Esta dimensão praxica da construção do Património Pré-Histórico, em que intervêm muitos não especialistas, contribui para uma visão holística da realidade, para a compreensão participada da diversidade cultural (a Pré-História é um supremo esforço de reconhecimento da alteridade) e para o reforço das identidades culturais ancestrais (sublinhando a existência de um Património comum da Humanidade).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSH-GIMPERA, Pedro. *Etimologia de la Peninsula Iberica*. Barcelona: 1932.
BOUCHENAKI, Mounir. Editorial. In: *Museum International*. Oxford: UNESCO & Blackwell Pub, vol. 221-222, 2004, pp. 6-10.
CHILDE, V. Gordon. *Introdução à Arqueologia*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1977.
_____. *A aurora da civilização europeia*. Lisboa: Portugália Editora, 1969.

- DAMÁSIO, António. *O sentimento de si: O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001.
- _____. *Ao encontro de Espinosa: As emoções sociais e a neurologia do sentir*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- GONZÁLEZ MÉNDEZ, Matilde. Evaluation of the historic interest of cultural elements as management technology. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del IV Colloquio Internazionale – Nuove Tecnologie e Beni Culturali e Ambientali*. Roma: DRI, 2000, pp. 26-37.
- GOODY, Jack. The transcription of oral Heritage. In: *Museum International*. Oxford: UNESCO & Blackwell Pub, vol. 221-222, 2004, pp. 91-95.
- KOSSINA, Gustaf. *Die Herkunft der Germanen*. 1911.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Relations of symmetry between rituals and myths of neighboring peoples. In: *Structural Anthropology 2*. New York: Penguin Books, 1976, pp. 238-255.
- MARCHISANO, Francesco. La gestione dei beni storico-artistici nel loro valore culturale, sociale, religioso. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del VI Colloquio Internazionale – Qualità e beni culturali e ambientali*. Roma: DRI, 2002, pp. 32-39.
- MITHEN, Steven. *The Prehistory of the mind: The cognitive origins of art and science*. New York: Thames and Hudson, 1996.
- OOSTERBEEK, Luiz. A past for the future and a past for the present. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del IV Colloquio Internazionale – Nuove Tecnologie e Beni Culturali e Ambientali*. Roma: DRI, 2000, pp. 22-24.
- _____. Cultural Heritage and Human rights: a matter for long life learning. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del V Colloquio Internazionale – Formazione, Occupazione e Beni Culturali e Ambientali*. Roma: DRI, 2001, pp. 212-215.
- _____. Absolute quality: a point of view. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del VI Colloquio Internazionale – Qualità e beni culturali e ambientali*. Roma: DRI, 2002, pp. 230-233.
- QUAGLIUOLO, Maurizio. Quali manager per i beni culturali e ambientali? In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del V Colloquio Internazionale – Formazione, Occupazione e Beni Culturali e Ambientali*. Roma: DRI, 2001, pp. 14-15.
- RAVDONIKAS, V. *Istoriya pervobitnogo obščestva (A história da sociedade pré-histórica)*. Leningrado: 1939.
- RODRIGUES. Tradição e Modernidade. In: *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Ed. Colibri, n. 9, pp. 301-308, 1996.
- RUNESSON, Lennart & GUNILLA, Hallin. Roses and Ruins, Myth and Reality. In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Atti del VI Colloquio Internazionale – Qualità e beni culturali e ambientali*. Roma: DRI, 2002, pp. 100-107.
- TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art and custom*. London: J.Murray & G.P. Putnam's sons, 1920.

Recebido em: 20/04/2004

Aprovado em: 22/07/2004

Publicado em: 24/09/2004

**DO PONTO DE VISTA DA DIFERENÇA:
CULTURA, MEDIAÇÃO E FRONTEIRA** ²³

Ensaio sobre GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Prof. .Ms. Edgar Rodrigues Barbosa Neto ²⁴

RESUMO: Este artigo pretende demonstrar a seguinte hipótese: a fronteira que é flexibilizada pela transversalidade da diferença – trata-se, afinal, de uma categoria que se encontra simetricamente posicionada em vários lugares – não contradiz o fato de que, na passagem de um para outro desses lugares, outras fronteiras sejam produzidas. Tal é a ambigüidade que procuro analisar neste texto: o modo como uma categoria simétrica produz ou pode produzir percepções e práticas assimétricas.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; diferença; fronteira.

RESUME: Avec cet article je souhaite démontrer l'hypothèse suivante : la frontière qui se relativise par la transversalité de la différence – il s'agit, après tout, d'une catégorie qui se trouve symétriquement placée dans plusieurs endroits – ne contredit pas le fait que dans le passage d'un endroit à l'autre, d'autres frontières soient produites. Telle est l'ambiguïté que je me dispose à analyser : la façon comme une catégorie symétrique produit ou peut produire des perceptions et des pratiques asymétriques.

MOTS-CLES : Anthropologie ; différence ; frontière.

*Sim, a ciência é de fato a política
executada por outros meios, os quais
só têm força porque permanecem
radicalmente outros.*

Bruno Latour

²³ Agradeço à Flávia Rieth e a Marcos Borges da Silveira pela leitura que fizeram deste trabalho. Uma de suas primeiras versões foi apresentada em novembro de 2003 na mesa de abertura da *I Semana Acadêmica Integrada dos Cursos de História, Geografia e Ciências Sociais da UNISC*, Santa Cruz do Sul. Agradeço à Jurema Brites e aos alunos desses três cursos pela gentileza do convite, e também a Temístocles Cezar com quem dividi a participação nessa mesa.

²⁴ Professor do Departamento de Administração, e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ), ICH/UFPEL, Brasil.

*Ninguém nasce antropólogo, e menos
ainda, por curioso que pareça,
nativo.*

Eduardo Viveiros de Castro

I.

Creio que foi Arlette Farge quem disse que é próprio à humanidade comprometer em palavras o seu destino. Não sei se é sempre esse o caso, de qualquer forma tentarei argumentar que com a diferença, pelo menos, é assim. Tenho a impressão de que a diferença é como uma daquelas palavras que todo mundo sabe o que significa até o momento em que se vê obrigado a defini-la. Mas não digo tal coisa para parecer que pretendo aqui arriscar-me numa tarefa desse tipo, realmente não é dessa questão que gostaria de tratar. O meu objetivo é um pouco diferente. Antes de propor alguma definição, ou mesmo realizar um mapa das prováveis definições que já existem, trabalhos cuja evidente relevância dispensa qualquer comentário adicional, quero com este texto – organizado na forma de hipóteses sugeridas pela leitura do livro de Clifford Geertz – analisar algumas possíveis ambigüidades que me parecem estar associadas a uma determinada maneira de utilizar a diferença²⁵.

A definição da diferença não é, portanto, o fim deste texto, mas talvez uma definição mínima possa ser, contradizendo um pouco o que dizia acima, um

²⁵Neste sentido, entendo que este texto tem uma dívida muito grande com o trabalho de Antônio Flávio Pierucci, sugestivamente intitulado *As ciladas da diferença*, e do qual mais adiante tomarei emprestado um exemplo. Advirto, no entanto, que nem todos os usos da diferença cabem nesse livro cujo tema trata dos usos da diferença, já que existem, por assim dizer, usos aos quais não necessariamente corresponderão ciladas. A propósito, tenho a impressão de que é isso o que nos mostra o livro de Pierucci, convidando-nos, de alguma maneira, a pensar diferentemente a diferença, o que também poderia ser um convite a perguntarmos quais podem ser as ciladas das *Ciladas da Diferença*, mas essa, de fato, seria uma outra reflexão. Cito ainda, apenas como exemplo, o livro recente da filósofa brasileira Regina Schöpke, que procura abordar um tema deste tipo a partir da obra de Gilles Deleuze, obra, aliás, cuja importância, na área da antropologia, pode ser atestada pelo último livro de Eduardo Viveiros de Castro. Ver SCHÖPKE (2004) e VIVEIROS DE CASTRO (2002b). Mas fica aqui a advertência, pois, afinal, um dos problemas com a diferença, como disse antes, é que ela difere e pode sempre diferir de um uso para o outro. Seja como for, saber se somos iguais ou diferentes, ou qualquer outra coisa do gênero, é, no plano metodológico em que me coloco, menos importante do que, por exemplo, saber como essas palavras (diferença e igualdade) circulam entre os seus diferentes pontos de aplicação, que significados portam, como são utilizadas e que pensamentos permitem organizar.

começo interessante. Então vejamos: do ponto de vista da diferença, o que se vê, inicialmente, é a diferença como ponto de vista. Assim, o que quer que seja a diferença, não creio ser um equívoco sugerir que se possa entendê-la como alguma coisa que possui uma realidade perspectiva, tratando-se, portanto, de pensá-la menos como uma “substância do mundo” e mais como uma forma de posicionar o pensamento e a percepção na sua relação com ele. O que não quer dizer, evidentemente, que se deva imaginá-la de um modo “idealista” (o que quer que isso possa significar), pois, como veremos, se a diferença é um ponto de vista, trata-se, com efeito, de um ponto de vista que permite produzir sujeitos e objetos “bem reais”. De tal modo que se pode fazer e pensar muitas coisas com essa palavra: a diferença, por assim dizer, é um ponto de vista diferenciado e diferenciante.

“Se há uma coisa que obceca a antropologia, diz Geertz, é a diferença que a diferença faz” (GEERTZ, 2001: 175). Certamente que dentro da antropologia essa obsessão se expressa ou pode expressar-se de variadas maneiras. Assim, por exemplo, em seu conhecido livro *A interpretação das culturas*, o próprio Geertz deu-lhe uma forma ontológica, ao demonstrar que aquilo que o homem é, depende do modo como suas “potencialidades genéricas são focalizadas em suas atuações específicas” (GEERTZ, 1989: 64), de tal sorte que a sua universalidade enquanto ser apenas pode realizar-se de modo relacional, isto é, relativamente a formas particulares de construção da realidade, sendo a cultura justamente o vínculo que representa a focalização específica da sua generalidade²⁶. De modo que já o próprio universal traz a diferença como o seu pressuposto virtual, aquilo sem o que não é possível a sua atualização.

“Por estranho que pareça...muitos dos nossos sujeitos parecem compreender isso mais claramente que nós mesmos, os antropólogos” (GEERTZ, 1989: 64.) Em outras palavras, os “nativos” já sabem muito bem o que alguns antropólogos ainda têm dificuldade de saber. Mas o que exatamente eles sabem? Geertz cita o caso dos javaneses. Segundo ele, os javaneses, entre tantas outras coisas, sabem que “ser humano é ser javanês”. Esclareçamos: javanês, nesse enunciado, é apenas o referente específico de um princípio mais geral, cuja forma,

²⁶ Nas palavras do próprio Geertz: “Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. Os padrões culturais envolvidos não são gerais, mas específicos – não apenas o “casamento”, mas um conjunto particular de noções sobre como são os homens e as mulheres, como os esposos devem tratar uns aos outros, ou quem deve casar-se com quem...” (GEERTZ, 1989: 64).

como se pode deduzir, seria: ser humano é ser diferente, ou seja, no caso dos javaneses, é não ser um não-javanês. Não-ser javanês é o contra-referente genérico/abstrato do conceito javanês de humanidade. De tal maneira que, face a isso, poderíamos afirmar que a diferença é o predicado de referentes que, não apenas se diversificam a cada vez que são por ela predicados, como também participam da diversificação de outros referentes. Assim, a humanidade, por exemplo, talvez não seja exatamente a mesma que era depois de ter sido predicada com base no referente suposto pelo conceito javanês de humanidade. Aliás, diga-se ainda, é justamente nessa forma ontológica que a diferença emerge como uma das categorias elementares da hermenêutica antropológica.

Exagerando um pouco as coisas, e descendo, sem as necessárias mediações, do nível ontológico para o praxiológico, talvez pudéssemos imaginar, ao modo de um cenário possível, o que segue: o que esse conceito javanês de humanidade poderia, por exemplo, nos dizer sobre o encontro de um javanês com um não-javanês? “*Nova luz sobre a antropologia*” é um livro que procura analisar situações desse último tipo: o que acontece quando pessoas diferentes passam a viver lado a lado dentro de uma mesma sociedade, sobretudo, é claro, quando algumas, dentre elas, pensam que “ser humano” é, por hipótese, “não ser o humano” que as outras pessoas, do ponto de vista das primeiras, imaginam ser? Enfim, como se dá, por parte dessas pessoas, a gestão da sua diversidade, ou mesmo da sua humanidade, relativamente às demais? A minha intenção aqui é tentar mostrar que a resposta para essas perguntas deve levar em consideração a seguinte hipótese: algumas categorias usadas por essas pessoas nos processos de gestão de suas diferenças, e cujas modalidades também podem ser, por sua vez, muito diferentes, podem ter algum tipo de relação com certas controvérsias que ocorrem dentro da própria antropologia, e que, em grande medida, dizem respeito às formas de representar a diferença, como, aliás, parece sugerir o mesmo Geertz em seu livro. Portanto, a obsessão aqui é com a diferença no seu registro praxiológico e não propriamente ontológico, ainda que não esteja vedada a possibilidade de que haja algum encontro entre ambos.

II.

Na apresentação que redigiu para o livro “*O olhar do turista*”, do sociólogo inglês John Urry, publicado no ano de 2001, o então Diretor do

Departamento Regional do SESC de São Paulo, Danilo Santos de Miranda, depositou no turismo a esperança daqueles que enxergam nessa atividade um modo de estimular uma “nova sensibilidade em relação ao outro, ao diferente”. E na frase seguinte complementou:

Pensamos no turismo com seu poder de nutrir essa espécie de antropologia espontânea do homem comum, distante, é certo, da sofisticação dos modelos científicos, mas nem por isso menos aliada na formulação de interpretações, na determinação de diferenças e de semelhanças, na elaboração de teorias explicativas, às vezes rústicas mas invariavelmente atraentes. (SANTOS DE MIRANDA, 2001: 11).

Invariavelmente atraentes, em que pese alguma circunstancial rusticidade, tais teorias, a acreditar no que nos diz Jacques Wainberg, encontram-se no centro daquilo que poderíamos chamar de “as estruturas elementares da percepção turística”, chegando esse autor inclusive a sugerir que se veja no turismo uma espécie de “indústria da diferença”, no interior da qual aquilo que se consome e produz outra coisa não é senão, penso eu, “pontos de vista”, exigindo, assim, a elaboração de algo como uma “economia política da percepção” (WAINBERG, 2003²⁷). Mas deixarei essa importante questão para um outro trabalho. No entanto, com base nela, gostaria de dizer o seguinte: se não é apenas a antropologia que se mostra obcecada com a diferença que a diferença faz, isso deve implicar que a obsessão dos “outros” com essa palavra, e mais especialmente com as coisas que ela ajuda a criar, deve ser incorporada por nós como parte significativa da nossa própria obsessão.

Creio que todos conhecemos a tirada de Evans-Pritchard segundo a qual foram os azandes que disseram a ele que a bruxaria era importante, devendo por isso ser estudada. Pois bem, ao que parece, os “nossos nativos” (como os turistas e os

²⁷ A diferença torna-se um ponto central daquilo que vem sendo chamado, na teoria das organizações, de “cultura organizacional”, passando inclusive a fazer parte de uma espécie de “habitus empresarial”, entendido como uma disposição para agir e representar de um certo modo o espaço do mercado, incluindo aí, particularmente, os consumidores e os produtores de bens e serviços. O próprio John Urry, utilizando-se das palavras de M. Morris, argumenta nesta direção: “... a filosofia recente do marketing para a década de 90 tem sido a de desenvolver espetáculos de diversidade e de segmentação do mercado... O desenvolvimento dessa diferenciação em determinados centros se deve ao fato de que a exibição da diferença aumentará hoje a atração turística de um centro, para todas as pessoas que venham de todos os lugares...” (URRY, 2001: 201).

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

empresários, por exemplo) estão dizendo para nós que a diferença é importante, com o adicional de que alguns sempre o fazem mais enfaticamente do que outros. Naturalmente, suponho eu, ficaremos com uma dúvida: qual terá sido a nossa contribuição para que eles pudessem dizer para nós o que, de alguma maneira, já sabíamos, mas que agora devemos saber de um outro modo, ou seja, de um modo reflexivamente duplicado?

É no espaço aberto por essa pergunta que devemos retomar, de um outro modo, a hipótese supracitada: o pensamento antropológico, nos termos dessa hipótese, parece extrapolar o pensamento dos antropólogos. Não é outro senão o próprio Geertz quem, em seu livro, nos convida a levar a sério o pensamento pelo fato de que ele se mostra, entre outras coisas, como um ato social, ainda que a expressão utilizada por ele seja “ato moral”²⁸. Mas isso de fato pouco altera aquilo que desde Nietzsche, pelo menos, já é bem conhecido: os pensamentos são ações que realizamos no mundo, e não apenas conexões que ocorrem privadamente dentro de nossas cabeças, muito embora, naturalmente, isso também seja verdade²⁹. De qualquer modo, sendo público, devemos entender que o pensamento não termina depois de ser pensado, da mesma maneira que podemos supor que ele tenha começado, por assim dizer, antes do seu começo. Para o caso aqui em questão, isso quer dizer que, colocar-se do ponto de vista da antropologia, pode significar, em alguns casos, colocar-se de um ponto de vista que comporta percepções que não se limitam à própria antropologia. Não se trata apenas de afirmar que agora somos todos nativos, como disse Geertz em seu livro “*O saber local*” (GEERTZ, 1998: 227). Além disso, ou simultaneamente a isso, trata-se de entender que o ponto de vista do nativo, em alguns casos, tem sido orientado pelo ponto de vista do antropólogo, ou mesmo pela circulação de algumas categorias mais ou menos

²⁸ É exatamente nesse capítulo, o segundo do livro, e intitulado “O pensamento como ato moral”, que Geertz afirma: “Depois de Dewey, ficou muito mais difícil encarar o pensamento como uma abstenção do agir, a teorização como uma alternativa ao compromisso e a vida intelectual como um monacato secular, isento de responsabilidade por ser sensível ao Bem” (GEERTZ, 2001: 30).

²⁹ Essa é uma das posições que Geertz defende no seu já citado *A interpretação das culturas*. “O sistema nervoso humano depende, inevitavelmente, da acessibilidade a estruturas simbólicas públicas para construir seus próprios padrões de atividade autônoma, contínua... Isso, por sua vez, significa que o pensamento humano é, basicamente, um ato aberto conduzido em termos de materiais objetivos da cultura comum, e só secundariamente um assunto privado” (GEERTZ: 1989, 97). O pensamento, sob essa perspectiva, obedece tanto à lógica da assinatura quanto à do anonimato, isto é, ele indica, ao mesmo tempo, um nome próprio e o lugar (ou lugares) que excede a esse nome, podendo, assim, posicionar-se sempre aquém e além desse nome. Talvez estejamos autorizados a ver nisso a recorrência de uma velha pergunta: quando pensamos, quem é que pensa?

próximas a ele, como, parece, é o caso da diferença. Logo, seria melhor dizer que agora somos todos antropólogos, mas isso apenas de uma certa maneira, isto é, de uma maneira nem sempre certa, afinal, também somos antropólogos de formas muito diferentes.

O discurso da sociologia [acrescento que nesse caso é o mesmo que dizer o discurso da antropologia] e os conceitos, teorias e descobertas das outras ciências sociais continuamente “circulam dentro e fora” daquilo de que tratam. Assim fazendo, eles estruturam reflexivamente seu objeto, ele próprio tendo aprendido a pensar sociologicamente. A modernidade é ela mesma profunda e intrinsecamente sociológica. (GIDDENS, 1991: 49).

Se a antropologia, como pensa Marc Augé, “é sempre a antropologia da antropologia dos outros, devendo, portanto, dedicar-se a interpretar a interpretação que outros se fazem da categoria do outro” (AUGÉ, 1994: 27, 51), é preciso agora incluir o papel que a própria antropologia desempenha na configuração de categorias interpretativas que, não estando limitadas à própria disciplina, atuam reflexivamente na construção e na percepção dessa “categoria do outro” por parte de outros que, desse modo, deixam de ser apenas nativos, tornando-se igualmente antropólogos. Eis o quê, entre outras coisas, pode nos ensinar esta dupla alteridade da antropologia: a diferença dos outros não é apenas uma diferença para nós mesmos, refiro-me a nós antropólogos que temos como tarefa (uma delas) explicitá-la, mas é também uma diferença que faz ou pode fazer para esses outros, outras diferenças.

III.

Fiquemos agora com um exemplo. Trata-se, com efeito, de um debate bastante conhecido, ou melhor, trata-se, na realidade, de uma crítica, já que, até onde sei, não houve resposta, que opôs Geertz a Lévi-Strauss, e que apareceu publicada no livro “*Nova Luz sobre a Antropologia*”.

A principal novidade desse livro de Clifford Geertz, como penso ter sugerido no início, parece estar na tentativa mais claramente expressa de estabelecer um diálogo entre as suas reflexões já bastante conhecidas a respeito do conceito de cultura e outras, de ordem política e ética, que, de um modo geral, atravessam o debate contemporâneo dentro do qual nos encontramos. Digamos de outra maneira: alguns desafios desse debate acabaram por dar outros contornos às reflexões mais conhecidas de Geertz sobre o conceito de cultura e sobre o ofício do antropólogo.

Nesse sentido, a crítica dirigida a Lévi-Strauss, mesmo que ocupe apenas o quarto capítulo, é fundamental.

O ano é 1971. A convite da UNESCO, Lévi-Strauss proferirá a conferência de abertura do Ano Internacional dedicado ao combate ao Racismo e à Discriminação Racial. Ele resolve então colocar em cheque o que supunha ser o “humanismo complacente da UNESCO”, e para isso decide quebrar com a expectativa que parecia lhe impor a tarefa de repetir os argumentos que, vinte anos antes, haviam se tornado conhecidos em seu *“Raça e História”*. Ao fazê-lo, Lévi-Strauss expõe, ao final da conferência, o seguinte argumento, que reproduzo aqui somente na sua parte mais essencial, a mesma que Geertz condenará: “...Quando se alcança a comunicação integral com o outro, mais cedo ou mais tarde ela significa a destruição da criatividade de ambos” (LÉVI-STRAUSS apud GEERTZ, 2001: 71³⁰).

Vale lembrar que essa mesma posição foi repetida por Lévi-Strauss em suas palestras, transmitidas pela rádio CBC em 1977, e que chegaram para nós com o título de *“Mito e significado”*. Ali, na palestra intitulada Pensamento “Primitivo” e Mente “Civilizada”, após defender a mesma perspectiva que, desde o *“Pensamento selvagem”*, havia se tornado bastante conhecida na antropologia, e que consiste em dizer, aqui reproduzida de modo bastante simplificado, que a mente humana, apesar da diversidade cultural da humanidade, é uma só e igual em todos os lugares, ele estabelece a seguinte ressalva:

Não queria que pensassem que isto é um perigo ou que estas diferenças deveriam ser eliminadas. Na realidade, as diferenças são extremamente fecundas. O progresso só se verificou a partir das diferenças. Atualmente, o desafio reside naquilo que poderíamos chamar a supercomunicação – ou seja a tendência para saber exatamente, num determinado ponto do mundo, o que se passa nas restantes partes do Globo. Para que uma cultura seja realmente ela mesma e esteja apta a produzir algo de original, a cultura e os seus membros têm de estar convencidos da sua originalidade e, em certa medida, mesmo da sua superioridade sobre os outros; é somente em condições de subcomunicação que ela pode produzir algo. (LÉVI-STRAUSS, 1978: 34)

Uma idéia semelhante a essa, mas à qual Geertz não faz referência em seu texto, já havia sido expressa por Lévi-Strauss no início da década de sessenta.

³⁰ Em português, a conferência de Lévi-Strauss encontra-se publicada com o título de *Raça e Cultura* em seu livro *O Olhar Distanciado*, que, segundo o próprio autor, corresponderia, no conjunto de seus trabalhos, a uma espécie de Antropologia Estrutural Três. Nesta tradução, a frase correspondente à citação de Geertz é a seguinte: “Plenamente alcançada, a comunicação integral com o outro condena, mais tarde ou mais cedo, a originalidade da sua criação e da minha” (LÉVI-STRAUSS, 1983: 48).

Veja-se a esse respeito a seguinte resposta dada por ele a uma pergunta que lhe fez Georges Charbonnier, cujo conteúdo, de algum modo, parece convidar-nos a tratar a categoria “distância” de forma estruturalmente homóloga à diferença:

Quando tento aplicar à análise de minha própria sociedade o que sei de outras sociedades, que estudo com simpatia infinita, e quase com ternura, fico surpreso com certas contradições: algumas decisões ou alguns modos de ação, quando sou testemunha dentro de minha própria sociedade, me indignam e me revoltam enquanto que, se as observo análogas ou relativamente próximas nas sociedades ditas “primitivas”, não há de minha parte nenhum esboço de julgamento de valor. Tento compreender por que as coisas são assim e parto mesmo do postulado de que, desde que esses modos de ação, essas atitudes, existam, deve haver uma razão que as explique... Não posso negar que quando leio algumas descrições das torturas às quais submetiam-se os índios do México ou os das planícies dos Estados Unidos, não sinto um certo mal-estar. Mas este não tem medida comum com o horror e o desprezo ilimitados que me inspiram as práticas comparáveis em nossa sociedade. Enquanto que, no primeiro caso, esforço-me inicialmente para compreender qual é o sistema de atitudes, de crenças e de representações no seio das quais tais práticas podem existir. (LÉVI-STRAUSS apud CHARBONNIER, 1989: 12, 14).

Fato e valor aparecem aqui cindidos pela fronteira que permite a um fenômeno semelhante ser tratado, em um caso, como objeto de conhecimento, enquanto no outro, como objeto de uma apreciação de valor, encontrando-se a distância como um ponto de vista (recorde-se: um modo de posicionar o pensamento e a percepção) que permite assegurar a descontinuidade entre o espaço ético e o espaço epistêmico. Se comparássemos essa situação com a que vem sendo analisada neste texto, teríamos, como um provável resultado, o seguinte: a possibilidade de que a proximidade da distância ocorra no espaço hermenêutico da compreensão parece de algum modo vincular-se à permanência da(s) diferença(s) pela sua distância no espaço cultural da comunicação. A distância instaura o espaço que permite a compreensão, assegurando assim que a diferença possa emergir como proximidade hermenêutica; já a proximidade *tout court* é o espaço que torna possível o julgamento, isto é, o aparecimento da diferença enquanto proximidade ética. E tudo isso como se, de fato, a compreensão do outro e a comunicação com ele não pudessem exatamente coincidir. Assim, se em um dos casos, o distante é o próximo, no outro, o mesmo distante não pode ser tão próximo a ponto de diluir-se em um espaço comum de comunicação. Aquilo que não posso compreender “aqui” desde o ponto de vista da sua proximidade comigo (espaço ético), compreendo “lá” desde o ponto de vista da sua distância para comigo (espaço epistêmico). A

diferença, na distância do “lá”, significa fato sem valor, na proximidade do “aqui”, valor sem fato.

Vejamos agora as palavras de Geertz.

Existe [hoje] uma mobilidade muito maior: há turcos na Baviera, filipinos no Kuwait e russos nas praias de Brighton. Já não é fácil evitar o contato com pessoas com tipos de crenças diferentes daquelas com as quais se cresceu...Num mundo sem fronteiras – de que servem as raízes, como disse certa vez Gertrude Stein, se não podemos levá-las conosco? – a separação física simples, no estilo “cada um no seu canto”, já não funciona muito bem. Temos enorme dificuldade, hoje em dia, de ficar fora do caminho uns dos outros... (GEERTZ, 2001: 158)

No quadro de uma sociedade, a atual, que cada vez mais tem demonstrado embaralhar as fronteiras, tornando difícil a coincidência entre limites sociais e culturais, flexibilizando a delimitação dos espaços, provocando encontros irregulares e insuspeitados, nessa sociedade, enfim, que coloca muitos “eles” dentro de um “nós” e muitos “nós” dentro de um “eles”, fazendo da vida uma “colagem” e do mundo um mosaico, muito pouco estático, de diferenças, a proposta de Lévi-Strauss (que, como sugere Geertz, parecer querer resolver o problema da “entropia moral” adotando como solução um certo “narcisismo moral”) certamente não nos parecerá ser a melhor perspectiva a ser adotada. “Não é preciso escolher – aliás, é preciso não escolher – entre um cosmopolitismo sem conteúdo e um provincianismo sem lágrimas. Nenhum dos dois, sentencia Geertz, tem serventia para se viver numa colagem” (GEERTZ, 2001: 84).

A esse respeito, o argumento de Geertz é preciso e convincente. Quando o outro deixa de ser aquele que está do outro lado do mundo e passa a ser o vizinho com quem trocamos um olhar, mesmo que tímido, diariamente, então a alteridade desse outro se torna também a sua proximidade conosco. Desnecessário é dizer que a politização da diferença ocorre justamente aí, quando o princípio da distância, por exemplo, não consegue mais dar conta da representação (palavra que emprego aqui no seu duplo sentido, político e imagístico) desse outro. De modo que a diversidade cultural, mediada pela “política multicultural”, torna-se também um ponto de vista sobre o espaço público. Logo, a pergunta teórica – onde começam e onde terminam os limites daquilo que imaginamos que somos? – torna-se também um problema político, além, naturalmente, de ético.

A proposta de Lévi-Strauss, ou o que pode resultar dela, certamente está longe de ser a melhor alternativa para se viver numa sociedade como a nossa, qualquer que seja o nome pelo qual quisermos chamá-la, sabendo que o mesmo talvez seja válido para outras sociedades deste planeta. O problema é que à de

Geertz, com a qual todos nós parecemos concordar, falta um melhor esclarecimento a respeito da ambigüidade que envolve expressões do tipo “a mobilidade [hoje] é muito maior”, “vivemos em um mundo sem fronteiras no qual as raízes não podem ser levadas conosco” e no qual já “não é fácil ficar fora do caminho uns dos outros”, e isso sem mencionar, é claro, termos tão pouco precisos, como, por exemplo, “colagem”...

Por outro lado, não temos como discordar, ao menos preliminarmente, da sua observação, que é também a de muitos outros observadores da sociedade atual, segundo a qual a “mobilidade, hoje, é muito maior” (GEERTZ, 2001: 158). O problema, contudo, é que devemos igualmente lembrar que a mobilidade, embora provavelmente ampliada, não é um fenômeno indiscriminado, homogêneo, no que tange às formas de sua realização. E isso por razões talvez mais do que evidentes. Penso particularmente em três, que, com certeza, não são as únicas:

- 1) Nem todas as pessoas se movimentam pelas mesmas razões.
- 2) Parte importante dessas razões tem relação com o lugar onde vivem essas pessoas e com a posição que ocupam nesse mesmo lugar.
- 3) Em grande parte das vezes serão sempre recebidas como pessoas desse lugar, pois o lugar, as raízes de Gertrude Stein, contam, e muito.

IV.

Vejamos então, de um modo talvez excessivamente rápido, um exemplo. Uma rápida história para começar. Há alguns anos, num conhecido programa brasileiro de televisão, o dramaturgo espanhol Fernando Arrabal, ao ser perguntado pelo entrevistador sobre o seu país de origem, do qual encontrava-se ausente já há muito tempo, afirmou: “o homem não tem raízes, tem pernas”, afirmação cuja semelhança com a de Geertz e Gertrude Stein é realmente notável.

Reconheçamos que a frase é boa. Entre outras coisas, diz respeito a uma característica fundamental da tão falada e mal-falada globalização, e tem, além de tudo mais, um conteúdo prescritivo muito claro: o homem deve utilizar as pernas que possui para andar por aí. No entanto, como todas as frases boas, esta importa não só pelo que diz, mas também pelo que deixa de dizer. E aqui começam os problemas.

A dificuldade surge quando temos que definir quem é aquele homem, o que significa ter pernas e o que significa ter raízes. A sociedade atual à qual se refere

Geertz, ou uma parte importante dela, está em algum lugar entre essas três perguntas. Para tentar respondê-las, tomarei como exemplo o “muro americano”³¹.

San Isidro, um bairro de classes populares e imigrantes mexicanos da cidade americana de San Diego, termina face ao enorme muro que separa os EUA do México. Sob o muro, que começa no mar, estende-se uma série de buracos cavados na terra. Passagens subterrâneas deixadas por pessoas que vieram do lado de lá, da cidade mexicana de Tijuana.

Durante tais vindas, os obstáculos são muitos e dos mais variados tipos. Mesmo quando transposto o muro, corre-se o risco de ser capturado pela Border Patrol (policia de fronteira) que conta com o que há de mais avançado em matéria de segurança. Por toda a distância do muro estão instalados sensores eletrônicos, aparelhos que permitem enxergar no escuro, rádios de alta potência, sistemas de identificação biométrica, e todo um aparelho de vigilância que bem poderia ter saído das páginas de algum livro de George Orwell.

“No alto dos postes de iluminação, além dos fortes holofotes há câmaras de televisão em operação contínua. Quando acionados, helicópteros vêm fazer vôos rasantes para localizar os imigrantes ilegais. Tudo isso ligado a computadores em rede com o sistema de identificação do Serviço de Imigração” (p.05).

As tentativas de contornar o muro e escapar da Border Patrol não têm apresentado maiores vantagens. Às vezes, o que ocorre é bem o inverso. Multiplicam-se os afogamentos durante as travessias pelo mar. E pelo deserto, cuja temperatura oscila de 0 a 50 graus num único dia, aumentam os riscos de não ser possível cruzá-lo sem morrer de fome e de sede. Isso sem mencionar, é claro, o enorme índice de atropelamentos nas *free ways*. Não há consenso quanto aos números. Mike Davis trabalha com a possibilidade de que tenham morrido, até o ano de 1998, mil e quinhentos imigrantes que buscavam atravessar a fronteira (DAVIS, 2000: 36). Comparativamente, mais do que os 807 mortos estimados para o muro de Berlim durante um período de trinta anos.

³¹ Os dados aqui utilizados são retirados de uma edição especial da revista *Caros Amigos* de maio de 1998, dedicada exclusivamente ao “muro americano”. Nas vezes em que eu a citar textualmente, o leitor poderá encontrar ao final da frase o número da página correspondente à citação. Agradeço ao meu aluno Sérgio Ronaldo Pinho Júnior por ter me mostrado este número. Por exigência de método, cotejei os dados aqui apresentados com os dados levantados por Mike Davis em seu trabalho publicado há quatro anos na *New Left Review* (DAVIS, 2000).

No contexto destas dificuldades, floresce a indústria de documentos falsos, cujo valor pode oscilar, dependendo do tipo, de 200 a 1500 dólares. Naqueles de valores mais elevados, os que asseguram uma travessia aparentemente mais tranqüila, certamente está embutido o suborno das autoridades de fronteira, demonstrando assim, como argumenta Mike Davis, que uma certa porosidade convive de modo velado com a violência. Mas nem sempre, contudo, esses subornos são eficazes.

Algumas histórias parecem falar por si mesmas. E mais: falar não somente a respeito das dificuldades de ir, como também das dificuldades de, já estando lá, permanecer. Como se na realidade “os daqui”, mesmo que já enraizados “lá”, jamais pudessem abandonar as pernas que os tornam pessoas de fora, no lado de dentro.

“18 de Junho de 1997. Jesus Machuca Jaramillo, 29 anos, detido em Los Angeles. Em 13 de Junho atende convocação ao escritório da imigração, onde tem cancelado o cartão provisório de trabalho. Sob pressão, assina documento de “saída voluntária” e é deportado de imediato” (p. 07).

Outra história.

“1 de Julho de 1997. Susana Santos Lopes, 34 anos, detida em Santa Ana, Califórnia. Trabalhava havia dois anos na plantação de tomate, ganhando 4,50 dólares por hora. Em 30 de Junho, o Serviço de Imigração a deteve no local de trabalho. Foi deportada imediatamente” (p.07).

Os relatos se multiplicam. Mas o importante, agora, é observar o seguinte: ir para outros lugares tem um sentido muito específico para quem escolhe e pode ir para outros lugares. Imobilidade e movimento são categorias que não devem ser utilizadas de forma indiscriminada. Caminhar e ficar parado são sempre coisas relativas a quem caminha e a quem fica parado. E quem caminha e quem fica parado não é o homem em geral presente na bela frase de Fernando Arrabal, mas são homens em particular: mulheres e crianças fugindo de uma limpeza étnica, investidores procurando países com juros mais altos, exilados políticos, turistas em férias, famílias de imigrantes na diáspora, acionistas fazendo sua empresa migrar para mercados mais lucrativos... e assim por diante. Há pessoas que andam porque não podem ficar, há outras que ficam porque não podem andar, e há aquelas, por

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

fim, que andam e ficam pela simples razão de que podem andar e ficar, se assim, é claro, desejarem fazer.

As dificuldades que enfrenta um mexicano pobre para deixar o México e ingressar nos EUA não são as mesmas enfrentadas por um americano rico que decide deixar os EUA para ingressar no México³². É exatamente isso o que acontece. As chamadas *Maquiladoras*, empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação, se instalam com alguma tranqüilidade no território mexicano.

A grande maioria delas é americana, mas há também japonesas, canadenses, coreanas. Elas trazem peças e componentes que foram fabricados em outros países para montar os produtos no México. Principalmente eletroeletrônicos, peças de automóveis, e têxteis (peças para serem costuradas). Montados, os produtos são embalados, embarcados em caminhões, trens, aviões e exportados para os EUA e outros mercados. (p.24)

A conclusão parece bastante simples, e até certo ponto, óbvia: algumas pessoas usam com mais facilidade as pernas que possuem do que outras. Há mais, contudo. Ser globalizado, coisa que poderia ser traduzida por cosmopolitismo lingüístico (é sempre preciso falar muitas línguas), “cidadania mundial”..., parece ter

³² “O capital é móvel e, como praticamente não existe nenhum povo que não tenha uma diáspora, nem mesmo os samoanos, também o trabalho é móvel” (GEERTZ, 2001: 216). Certo, Geertz tem razão. Mas o problema é que cada um deles, capital e trabalho, é móvel à sua maneira, isto é, não apenas de uma maneira diferente, mas também de uma maneira desigual. “Para os habitantes do Primeiro Mundo – o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócio globais, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais – as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros construídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças” (BAUMAN, 1999: 97).

se transformado num elemento de estratificação social³³. Dizer que se tem pernas e não raízes é um modo de distinção social³⁴.

A universalidade, aqui entendida como a possibilidade de atravessar fronteiras com liberdade de ir e vir, não é um dado da globalização, mas uma referência comum desigualmente compartilhada. Os processos globais, como as migrações entre fronteiras, devem ser pensados como transcendentais em relação aos grupos e às classes, porque perpassam a todos, e, ao mesmo tempo, como podendo

³³ É o que se pode ler, por exemplo, no trabalho de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, fruto de dez anos de pesquisa com famílias abastadas da sociedade francesa, e mais particularmente da sociedade parisiense. “As famílias importantes da alta sociedade são cosmopolitas: com grande frequência, incluem uniões matrimoniais com famílias estrangeiras; é prática corrente falarem vários idiomas, inclusive por ocasião de reuniões familiares, além de participarem da vida cultural internacional. Fora da esfera familiar, a rede das relações transpõe as fronteiras, o que remete a outro cosmopolitismo, ou seja, o dos interesses econômicos: em determinado patamar de fortuna, os bens – sob a forma material (fábricas, minas, imóveis, terras...) e sob a forma financeira (valores mobiliários...) – estão situados ou aplicados em numerosos países estrangeiros” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002: 18).

³⁴ Segundo o que nos diz Marc Boyer, cujas pesquisas, há alguns anos, têm procurado elaborar as bases para a construção de uma história comparada do turismo, os enciclopedistas, no verbete que dedicaram ao tema da viagem, “falavam da superioridade daquelas nações cuja elite viaja, em relação àquelas cuja nobreza é sedentária” (BOYER, 2003: 40). Mais recentemente, o sociólogo Zigmunt Bauman chamou a nossa atenção para um fato semelhante, ao demonstrar que a “exterritorialidade” (ou seja, aquela, e sobretudo aquela, que ocorre sem provocar ao viajante maiores constrangimentos) é uma das principais propriedades distintivas das elites (empresariais, intelectuais, políticas...) na sociedade contemporânea (BAUMAN, Op. Cit.). A liberdade de viajar, isto é, a posse ou não dos meios (materiais e imateriais) que asseguram a facilidade do deslocamento, é um valor que parece produzir novas formas de desigualdade, além, é certo, de reproduzir outras mais antigas, como sugere e nos permite pensar Marc Boyer. Vale ainda observar que essa notável semelhança entre o que nos dizem esses dois autores, da qual parece resultar uma espécie de convergência que aproxima, em certa medida, as formas de representar a “nação”, a “elite” e a “viagem” nos séculos XVIII e XX ou mesmo XXI, bem que poderia servir como um estímulo a favor de uma antropologia histórica das “elites transculturais”, cuja referência, como se pode ver, deve ser buscada bem antes da chamada sociedade globalizada. Ver sobre isso o artigo citado na nota anterior (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, Op. Cit.). Ainda nessa linha, deveríamos considerar a possibilidade de que os próprios antropólogos – e aqui é igualmente válida a máxima “uns sempre mais do que outros” – sejam parte significativa dessas elites, de forma que uma antropologia feita sobre elas será também, de algum modo, uma antropologia sobre a própria antropologia. Os organizadores do livro *Antropologia, impérios e estados nacionais*, ao compararem diferentes antropologias nacionais e metropolitanas, particularmente no que diz respeito às suas relações com o estado, puderam estabelecer uma hipótese cuja relevância é, a esse propósito, realmente notável: “Mais um estado tem capacidade de projeção para o exterior (sob a forma colonial ou hegemônica), mais seus antropólogos tenderão a “fazer campo” fora das fronteiras nacionais” (L’ESTOILE; NEIBURG; SIGAUD, 2002: 25).

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

ser encontrados apenas nesses mesmos grupos e classes a que transcendem. Os processos globais se realizam em grupos particulares e, da mesma forma, são realizados por eles.

A pergunta, portanto, não é mais se haverá uma homogeneização do mundo, me parece evidente que não; ou se a diversidade cultural resistirá à padronização, me parece evidente que sim; agora precisamos saber de que forma a universalidade constrói e é construída socialmente pelos grupos particulares em processos de deslocamento e mobilidade.

Ao contrário, portanto, do que sugerem Geertz e Gertrude Stein, talvez não sejam poucas as pessoas que vivam a experiência de levar consigo as suas raízes. Recordo que mesmo antes do dia 11 de Setembro de 2001, qualquer pessoa, ou melhor, algumas mais do que outras, que se dirigisse a uma agência de viagem a fim de obter um visto de entrada para os EUA, deveria levar consigo o maior número possível de documentos que pudessem comprovar a posse de bens dos mais variados tipos, tanto melhor se estivessem em seu nome, contudo, o nome de algum familiar muito próximo já servia. Não é qualquer um, portanto, que pode ser um turista. Mais ainda: um turista, nesse caso, é alguém que se mostra “perfeitamente enraizado” no seu país de origem, isto é, alguém que pode atestar a sua identidade por meio de documentos legais (signos jurídicos de natureza econômica) que demonstram que ele não é, por exemplo, um imigrante³⁵. Em outras palavras, o turista é aquele que, podendo servir-se de suas próprias pernas, dá a segurança de que vai voltar para as suas raízes.

Por outro lado, e para dizer do modo mais direto possível, não acredito que “as questões morais angustiantes estejam associadas, como parece sugerir Geertz em várias ocasiões, com a diversidade cultural” (GEERTZ, 2001: 77, 78, 79), ou pelo menos não apenas com ela, mas sim com o fato de essa diversidade ser, na maior parte das vezes, e particularmente no caso da sociedade brasileira, organizada sob a forma de experiências profundamente desiguais. É evidente que não se trata de negar a importância da diversidade cultural. Mas trata-se sim de dizer que não é prudente, tanto do ponto de vista metodológico quanto do ponto de vista ético e político, formular a diversidade apenas como diversidade. Porque, de fato, numa sociedade como a nossa ela talvez não seja apenas isso.

³⁵Como argumenta Abdelmalek Sayad, o imaginário oficial (a sua referência é a França) só consegue representar o imigrante como um trabalhador e nunca como um cidadão, muito embora, como demonstra esse mesmo autor, o imigrante, ao imigrar, seja, de fato, as duas coisas (SAYAD, 1998).

V.

Muito rapidamente, vemos agora aquele exemplo do sociólogo Antônio Flávio Pierucci. O caso que ele descreve diz respeito ao seguinte: em 1979, a Comissão do governo dos EUA que trata de assegurar e resguardar oportunidades iguais de emprego naquele país, moveu contra a empresa Sears, a maior empresa varejista e o maior empregador de mulheres nos EUA (depois da administração pública), um processo criminal por discriminação sexual em sua política de contratação de mão-de-obra para as seções mais bem remuneradas. O processo foi a julgamento no decorrer de 1984 e 1985.

As historiadoras Alice Kessler-Harris e Rosalind Rosenberg, especialistas na história da divisão sexual do trabalho nos EUA, e ambas feministas (mas afinal, depois deste caso, o que isso quererá dizer?), foram convocadas para atuar como testemunhas, a primeira pela acusação e a segunda pela defesa.

As provas históricas apresentadas por ambas na sala do tribunal foram conflitantes: como era de esperar, a defesa primeiro buscou provar a inexistência de interesses iguais entre homens e mulheres quanto a postos de trabalho e tipos de emprego, e a acusação revidou com alguns exemplos históricos para demonstrar que, quando os empregadores lhes dão oportunidades, as mulheres costumam assumir empregos tradicionalmente não femininos. Mas o que a Comissão e a historiadora de acusação não podiam esperar é que a defesa da Sears, em sua contra-réplica, invocasse os pontos de vista manifestados pela [própria] testemunha de acusação em sua obra publicada anos antes, na qual [ela] havia registrado diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras no modo de encarar o trabalho e o emprego, tendo chegado a escrever que as mulheres são mais domesticamente orientadas e menos individualistas do que os homens. (PIERUCCI, 1999: 38)

A estratégia de defesa da empresa procurou, desde o início, utilizar-se da diferença como forma de demonstrar a existência de pontos de vista não coincidentes sobre o que seja, para homens e mulheres, o significado de trabalhar. A diferença, culturalmente diferenciada, tornou-se também juridicamente diferenciante, permitindo, pela igualdade formal do direito, a emergência de posições de sujeito que, na relação com o trabalho, não podem dar origem a sujeitos com a mesma posição. Para a historiadora que fazia as vezes da testemunha de acusação, como afirma Pierucci, “tudo se passou como se a diferença, dita com V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

todas as letras fora do tribunal do júri, mas ali silenciada, tivesse se vingado de quase-dissimulação. Por que o medo? Talvez os diferencialistas de esquerda saibam, ou ao menos pressintam, que não se enfoca a diferença impunemente” (PIERUCCI, Op. Cit.: 41). O argumento que perpassa de ponta à ponta a análise deste caso, como certamente já podemos perceber, é de que a categoria da diferença não possui qualquer lugar fixo, mostrando-se ali como política e juridicamente polissêmica. Assim, o que era uma diferença na História tornou-se uma desigualdade no Direito, ou, para retomarmos uma hipótese inicial, o que começou como pensamento histórico terminou como prática jurídica. Ou será o contrário?

Descontado o que pode ter havido de parcialidade na atuação do próprio juiz, que indeferiu o que havia sido solicitado no processo, descontadas as limitações bastante conhecidas a respeito da justiça e de seus rituais, descontado tudo isso, o que nós temos? Talvez o seguinte: se nós, antropólogos, continuamos obcecados com a diferença, isto é, com aquilo que faz para a antropologia toda a diferença, como afirma Geertz, é talvez porque, sabendo disso, não sabemos, contudo, o lugar, ou melhor, os lugares – já que eles também são muito diversos – para o quais a diferença vai, e com ela, uma parte importante de nós mesmos. E já que hoje ela não é apenas aquilo que faz a diferença para nós, mas para um grupo cada vez maior de pessoas, cumpre observar que um desses lugares, não certamente o menos importante, é a própria desigualdade, nas formas, elas também muito diversas, que assume. Afinal, a diferença não faz hoje a mesma diferença que fazia ontem. Ou será que faz mais?

Certamente não se pode limitar isso ao que se passa dentro da cabeça de um antropólogo. O problema, no entanto, é que aquilo que se passa dentro da cabeça de um antropólogo, como sugeri no início, parece estar cada vez menos dentro da cabeça desse antropólogo. É evidente que nós sabemos que o futuro desse debate, podemos chamá-lo por meio de vários nomes, depende de uma série de outras coisas. Assim, se temos dificuldade, como afirma Geertz, de sair do caminho uns dos outros, talvez não seja menor a dificuldade que temos, ou que pelo menos alguns de nós têm, de reconhecer que, embora outros, o caminho, no entanto, é nosso. A dimensão política daquela pergunta já apresentada – onde começam e onde terminam os limites daquilo que imaginamos que somos? – pode agora receber um outro formato: o que fazer quando alguém que não é igual a mim se encontra comigo num caminho que, para além de nós dois, pertence a um terceiro impessoal que, ainda hoje, deveríamos poder chamar de espaço público?

Viver numa “colagem” não significa muita coisa quando não sabemos ao certo as condições que nos permitem empregar relacionalmente os pronomes “nós” e “eles”. Isso me parece particularmente importante: compreender as maneiras pelas quais as relações entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles” têm sido socialmente imaginadas. Sabemos, assim como Geertz, que a proximidade das diferenças, por si só, não é capaz de provocar o encontro. Viver numa “colagem” pode significar, muito simplesmente, viver a vida na proximidade de muitas distâncias³⁶.

Mostrar a coexistência das diferenças é certamente importante. Porém, mais importante ainda, é demonstrar o modo pelo qual essas diferenças são produzidas e reproduzidas na simultaneidade de suas presenças. E nesse ponto, suponho que o necessário sejam pesquisas que apontem, ao mesmo tempo, em duas direções: primeiro, que sejam capazes de explicitar os deslizamentos conceituais, políticos e éticos presentes nos processos cotidianos de tradução das diferenças em experiências de desigualdade; segundo, que sejam capazes de explicitar os modos pelos quais as fronteiras, criadas e recriadas por esses processos de tradução, são atravessadas por sujeitos desiguais, dando origem a espaços, socialmente ambíguos, de mediação.

Geertz se engana porque, em momentos cruciais, parece subestimar as fronteiras, ao passo que Lévi-Strauss erra por superestimá-las³⁷. Mas não será possível imaginar que ambos, de algum modo, estejam descrevendo e ilustrando, de

³⁶ Um outro exemplo que poderia ser explorado aqui é aquele relativo ao papel desempenhado pela violência; tanto a “real” quanto a não menos importante “imaginária”, na sistemática construção de muros que vemos realizar-se nas grandes cidades da sociedade atual. Sobre isso, sugiro a leitura do trabalho da antropóloga Teresa Caldeira (CALDEIRA, 2000).

³⁷ A crítica de Geertz também toma como referência o trabalho do filósofo Richard Rorty, objetando-lhe reservas semelhantes, sobretudo quando, em um texto recente, esse autor argumenta, homologamente a Lévi-Strauss, “que nós [os liberais burgueses pós-modernos] podemos convencer a nossa sociedade de que a fidelidade a ela mesma é o suficiente...”, de que ela só precisa ser responsável por suas próprias tradições” (RORTY apud GEERTZ, 2001: 72). A réplica de Richard Rorty, contudo, só faz confirmar as mesmas ambigüidades às quais Geertz parece estar sujeito em seu livro. Diz ele: “Geertz teme que se a reação antiantietnocentrista for muito longe, nós chegaremos a estar contentes em pensar nas comunidades humanas como [mônadas semânticas, quase sem janelas]... Algumas comunidades humanas são tais mônadas, outras não. Nossa cultura liberal burguesa não é. Ao contrário, ela é uma cultura que se orgulha de si mesma por constantemente instalar novas janelas, constantemente alargar suas simpatias... Seu sentido de sua própria dignidade moral está fundado em sua tolerância frente à diversidade” (RORTY, 1997: 272). Deixo ao leitor a delícia de relacionar essas afirmações de Rorty com o argumento que procurei desenvolver neste texto.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

forma simultânea e paradoxal, uma das dimensões políticas daquela tensão, mais do que conhecida, e constantemente reiterada num certo modo de escrever a história da antropologia, entre uma tradição, ao mesmo tempo, romântica e iluminista da nossa disciplina e as suas linhas de continuidade e ruptura com os fundamentos da modernidade?³⁸

Para concluir. Nem todas as histórias da antropologia se passam dentro da própria antropologia, e, freqüentemente, nem todas terminam na antropologia. Isso, pelo menos é o que parece, já sabemos: apenas uma pequena parte da história de uma disciplina se passa dentro dessa disciplina. A recente, e certamente polêmica, historiografia da antropologia, nos fez reconhecer algumas questões importantes a respeito do lugar a partir do qual realizamos as nossas operações etnográficas. Uma delas, grosso modo, talvez seja essa: o conceito antropológico de cultura sempre esteve envolvido com a política³⁹. Assim, por exemplo, o antropólogo Adam Kuper, em livro recente, demonstrou que a “teoria do *apartheid*” foi elaborada por um professor de etnologia, chamado Werner Eiselen, que, com o objetivo de preservar a integridade das diferenças culturais, impedindo assim o que imaginava ser uma espécie de desagregação social na África do Sul, concebeu, conceitualmente, o modelo do “desenvolvimento separado”, do tipo “cada um no seu canto”⁴⁰. Quando vemos algo semelhante ser dito por Lévi-Strauss, temos que afirmar, pelo menos,

³⁸ Não tenho respostas para essa pergunta. Mesmo assim, contudo, achei que deveria levantar a hipótese, pois entendo que, ao colocar o problema nesses termos, deixo claro que o meu objetivo aqui nada tem a ver com alguma intenção de tipo acusatório ou coisa do gênero, e mais ainda, aquém e além de qualquer motivação denunciante, acredito, aproximado-me do que pensam, por exemplo, os organizadores do já citado *Antropologia, impérios e estados nacionais*, que questões como as aqui tratadas dizem respeito a relações que são estruturantes da dinâmica das controvérsias que animam, de modo bem mais amplo, a própria antropologia como disciplina, sobretudo quando sabemos que se trata, como quer Geertz, de uma “disciplina um tanto quanto indisciplinada” (L’ESTOILE; NEIBURG; SIGAUD: Op. Cit.).

³⁹ Como lembra Marshall Sahlins, não podemos limitar o conceito de cultura à diferença, muito pelo contrário, o princípio mais importante que estrutura esse conceito e que conforma o lugar estratégico que ocupa na teoria antropológica (à exceção talvez da escola inglesa) é a sua homologia com a linguagem, e, portanto, a construção relacional (simbólica) da realidade que ele supõe. Contudo, não devemos esquecer que a diferença, de alguma maneira, acompanha o conceito de cultura, como aliás o próprio Sahlins reconhece no comentário que faz sobre Herder: “... o pastor contempla a natureza com outros olhos que os do pescador. Para Locke ao menos um deles, o pastor ou o pescador, teria fatalmente que estar errado. Mas, justamente, o que era um *erro* para os filósofos empiristas era *cultura* para Herder” (SAHLINS, 1997: 48).

⁴⁰ “Não era a raça, mas sim a cultura que constituía a verdadeira base da diferença, o sinal do destino. E as diferenças culturais deveriam ser avaliadas. A troca cultural, até mesmo o progresso, não era necessariamente uma dádiva. Seu custo podia ser demasiadamente alto. Se a integridade das culturas tradicionais fosse minada, haveria uma desintegração social” (KUPER, 2002: 15).

duas coisas: primeiro, essa história da antropologia não é uma historiografia do tipo “pecado original”, como afirmou, ironicamente, Marshall Sahlins (1997: 44); segundo, não foi somente “literatura” o que os antropólogos fizeram sem dizer que faziam – ainda que fossem, como diz Edmund Leach (1982: 50), péssimos romancistas – hoje (mas será tão recente assim?) sabemos que eles também fizeram “política”⁴¹. E se nós, como argumenta Sahlins no texto acima, na condição de antropólogos, sempre deveremos dar o testemunho da cultura, não podendo realmente substituí-lo por qualquer um de nossos compromissos, devemos a isso, no entanto, acrescentar: não estivemos, não estamos e nem estaremos sozinhos no banco das testemunhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, EDUSP: Ed. 34, 2000.
- CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem, etnologia: entrevistas com Claude Lévi-Strauss*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- DAVIS, Mike. Urbanismo mágico: los latinos reinventan la gran ciudad estadounidense. In: *New Left Review*. n. 3, Jul/Ago, p. 19-64, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

⁴¹ Diga-se a bem da verdade que essa observação, de fato, nada ou quase nada possui de novo. Basta um rápido passar de olhos pela história da antropologia para que se possa perceber que tal observação, por assim dizer, acompanha a própria emergência do saber antropológico. É suficiente mencionar aqui o fato de que alguns trabalhos reunidos no livro anteriormente citado – *Antropologia, impérios e estados nacionais* – nos ajudam a compreender que divergências como a existente entre Geertz e Lévi-Strauss (incluindo também aí a minha reflexão sobre ela) têm ocorrido em variados momentos da história da antropologia. O que talvez seja novo, no entanto, é o lugar cada vez mais central que as pesquisas sobre essas questões têm ocupado na produção mais recente no campo da antropologia, certamente impulsionadas por uma tendência “meta-cognitiva” que vemos hoje relativamente disseminada entre as humanidades. Ver KUPER (2002b) e GREENFIELD (2001).

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GREENFIELD, Sidney M. Nature/Nurture and the anthropology of Frans Boas and Margaret Mead as an agenda for revolutionary politics. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 7, n.16, pp. 35-52, Dez/2001.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEACH, Edmund. *A diversidade da antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002a.
- KUPER, Adam. Nomes e partes: as categorias antropológicas na África do Sul. In: L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002b, pp. 39-60.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *As ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. A infância dos chefes: a socialização dos herdeiros ricos na França. In: ALMEIDA, Ana Maria F. & NOGUERIA, Maria Alice (Orgs.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. pp. 11-28.
- RORTY, Richard. Acerca do etnocentrismo: uma réplica a Clifford Geertz. In: RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade: escritos filosóficos I*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. pp. 271-280.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). In: *MANA*. 3(1), 1997, pp. 41-73.
- SANTOS DE MIRANDA, Danilo. Apresentação. In: URRY, John. *O olhar do turista*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001, pp. 09-11.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: EDUSP, 2004.
- URRY, John. *O olhar do turista*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: *MANA*. 8(1), 2002a. pp. 113-148.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.
- WAINBERG, Jacques. *Turismo e comunicação: a indústria da diferença*. São Paulo: Contexto, 2003.

Recebido em: 20/04/2004

Aprovado em: 24/07/2004

Publicado em: 24/09/2004

PELOTAS, “CIDADE DE GAYS”:
Um estudo sobre os usos políticos
de uma representação ⁴²

Gláucia Lafuente Cavalheiro ⁴³

Ao estudar os usos políticos do “Folclore Gay de Pelotas”⁴⁴, entendido como uma representação da cidade, e suas formas de expressão no espaço público, procurou-se discutir questões latentes na cidade, no que se refere à relação entre a representação de “Cidade de Gays” e sua dimensão política, diante de acontecimentos políticos como:

- a divulgação, no segundo turno das eleições municipais, em novembro de 2000, de uma fita VHS, pela então candidata à Prefeitura, sra. Leila Fetter, da coligação “Um Novo Tempo” (PPB, PTB, PL, PFL), onde Lula (então presidente de honra do PT) em conversa com o candidato pela “Frente Popular” (PT, PTB, PL, PFL), Fernando Marroni, fez uma “brincadeira” sobre a candidatura do advogado José Cattaneo (PPB), auto-intitulado “Capitão Gay” . O fato teve repercussão até fora do País. O mesmo aconteceu com a candidatura, até então inédita na história da política partidária em Pelotas, de alguém com plataforma em defesa da comunidade GLS;
- no ano seguinte formou-se um grupo de pessoas dispostas a discutir assuntos sobre a homossexualidade, que se chamou TAMBÉM e tornou-se conhecido como uma ONG, embora, segundo um de seus integrantes, o professor Marcos Fernandes, 32 anos de idade, a intenção fosse apenas a

⁴²Este artigo é um resumo da monografia apresentada para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Memória, Identidade e Cultura Material, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, tendo como banca examinadora os professores Dra. Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, Me. Edgar Rodrigues Barbosa (orientador) e Dra. Flávia Rieth (co-orientadora), aos quais expresse meus profundos agradecimentos.

⁴³ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material (UFPEL), Brasil.

⁴⁴ Esse título refere-se a outro trabalho, feito quando da conclusão da Graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal de Pelotas (1996), embora o presente trabalho tenha uma inflexão no campo da política.

formação de um grupo de discussão: “Aliás, a idéia da ONG nem hoje existe, porque ela não é uma ONG [...] ainda não é registrada”⁴⁵;

- em 2002, pela primeira vez em Pelotas, da comemorou-se o “Dia do Orgulho Gay”, com apoio do Poder Público local, através de secretarias do governo, como a SMSBE (Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar). Realizou-se, assim, a “Avenida da Diversidade” em julho de 2002, que se repetiria, em 2003 e 2004;
- a estréia, em 2003, no jornal Diário da Manhã, da “Coluna do Meio”, assinada semanalmente pelo Capitão Gay;
- por último, destaca-se a reação de alguns membros da sociedade em relação ao nome dado pela Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro, para uma de suas alas, no carnaval deste ano, culminando com uma Moção⁴⁶ de Repúdio da Câmara Municipal de Vereadores.

A oportunidade deste estudo aflora diante desses fatos, levando a pensar até que ponto a dimensão política desta representação pode estar, de fato, revelando ou contribuindo para dar, ou não, maior visibilidade à expressão das sexualidades na cidade. Por outro lado, percebe-se inicialmente o quanto uma fala aparentemente “isolada” pode revelar aspectos interessantes, como a passagem da sexualidade, enquanto intimidade, e, portanto, categoria do privado, ao espaço público⁴⁷ e os discursos daí resultantes. Onde se encontram elementos capazes de nos fazer refletir sobre até que ponto, e sob quais circunstâncias, um discurso político pode ganhar ou não legitimidade de um determinado grupo da sociedade.

Numa perspectiva histórico-antropológica, a metodologia desta pesquisa baseou-se primeiramente em consultas a documentação (diversos jornais do período entre 1998 e 2004) e referências bibliográficas pertinentes ao tema. Num segundo momento, o trabalho de campo privilegiou o uso de observações (principalmente as

⁴⁵ Embora esse depoimento deixe clara a idéia de que não existe uma “ONG”, resolveu-se, durante este trabalho, tratá-la dessa forma, tendo em vista ser assim chamada por diferentes segmentos da sociedade: mídia, secretarias de governo e população em geral.

⁴⁶ Proposição feita por algum participante em uma assembléia, para que seja avaliada e votada, e que pode ser relativa a qualquer incidente que surja nessa assembléia ou fora dela. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles & MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁴⁷ Refere-se aqui ao surgimento de diversos movimentos sociais, bem como à criação de ONGS em todo o Brasil, em defesa dos direitos homossexuais. Manifestações essas muitas vezes atreladas a políticas públicas de inclusão social (GOLIM; WILER, 2002).

três exposições da Avenida da Diversidade) e entrevistas com roteiros previamente estruturados.

No que se refere às entrevistas, salienta-se que não houve um roteiro único e fechado, tendo em vista tratar-se de diferentes grupos de entrevistados: vereadores, prefeito, CCs, militantes de movimentos sociais, agentes de turismo.

A “Coluna do Meio” teria, segundo seu responsável, José Cattaneo, o objetivo de firmar “a liberdade de expressão e manifestação da sexualidade humana [...] propiciar o conhecimento e a reflexão sobre os temas da coletividade homossexual, sob diferentes ângulos” (Diário da Manhã, 11-2-03). Tentou-se ouvir, a respeito, o diretor do Diário da Manhã, jornalista Hélio Freitag, que se recusou a falar sobre o assunto.

De grande importância foi o acesso aos anais da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, principalmente, no que se refere ao encaminhamento dado pelos proponentes da Moção de Repúdio à Escola de Samba São Clemente.

ENTRE A TRADIÇÃO E A TRADUÇÃO: CONSTRUINDO REPRESENTAÇÕES DE CIDADE

Compartilhamos da idéia de Sandra Pesavento, que situa a cidade como o lugar, por excelência, “onde as coisas acontecem”, considerando, ademais, que a representação do mundo é parte constituinte da realidade, e “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem por isso serem uns, mais verdadeiros ou mais importantes que os outros” (PESAVENTO, s.d.).

A própria idéia de “cidade plural”, contemplada por Edgar Morin⁴⁸, vem ao encontro de nossa proposta, pois, ao “ocultarmos o menos possível a complexidade do real”, sustentamos que a representação de “Cidade de Gays” é tão constitutiva da realidade de Pelotas, quanto a representação de “Cidade dos Doces” e categorias como “cidade-problema”, “cidade-representação” e “cidade-plural”, compõem este espaço urbano.

Ao abordarmos uma das dimensões da representação da cidade de Pelotas – enquanto “Cidade de Gays” – no caso, seus usos políticos, é necessário esclarecer o quanto a idéia de **REPRESENTAÇÃO** associa-se a uma imagem

⁴⁸ MAGNANI, J. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p 127- 8.
V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

mental da realidade social⁴⁹ e ao mesmo tempo nos leva a pensar que “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 1996: 112).

Embora não seja este o objeto de estudo deste trabalho, pois já o abordamos em outro momento (MONTEIRO, 1997), atenta-se aqui ao quanto a cidade de Pelotas cunhou no processo de sua formação histórica, desde Freguesia de São Francisco de Paula, uma **MARCA DE DISTINÇÃO**, idéia esta que vem ao encontro de Bourdieu, para quem “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas”. Tal marca se faz presente até hoje na sociedade pelotense:

É lógico, a cidade tem uma marca [...]. A cidade é a Cidade dos Alimentos, uma marca industrial da cidade. A cidade tem outra marca, a Cidade dos Doces. A cidade tem outra marca: a Cidade da Cultura. [...] Tem muitas marcas [...]. E a cidade tem essa marca, né?, a Cidade de Gays.
(Fernando Marroni, 19-4-04).

Ao pensarmos na representação de “Cidade de Gays”, enquanto marca de distinção, percebemos o quanto ela é capaz de gerar debates e, neste sentido, situa-se em um campo de disputas onde, por um lado, é vista como um caráter estigmatizante (GOFFMANN, 1988), conforme revela o seguinte depoimento:

Nós reunimos a Mesa Diretora, depois encaminhamos uma proposição ao Plenário, aprovada por maioria, no sentido de que essa homenagem proposta pela São Clemente é extremamente pejorativa à cidade, e acima de tudo ao povo de Pelotas. Manifestamos nosso repúdio à idéia da escola de desfilas com uma ala intitulada “Veadinhos de Pelotas” [...]. E o senhor carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] entende que Pelotas tem que se transformar num pólo gay, porque já é conhecida nacionalmente por essa situação. Nós discordamos e entendemos que isso não contribui para aquela proposta que Pelotas tem de retomada de seu desenvolvimento. [...] Não podemos concordar que Pelotas seja esparramada pelo mundo todo como sendo a capital do homossexualismo no mundo.

(Trecho extraído da explanação do vereador Ademar Ornel na Sessão Ordinária nº 197, de 4-12-03, da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, registrada sob ata de nº 190/03 nos anais da mesma).

Sustentando que, de fato, estamos em um campo de disputas, encontramos, por outro lado, vários depoimentos com argumentos favoráveis à positividade desta representação da cidade, conforme podemos observar abaixo:

⁴⁹ MONTEIRO, Gláucia. “O Folclore Gay de Pelotas”: sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. In: *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v. 4, dez. 1999, p. 113-128.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Eu acho que os homossexuais parecem que eles têm uma sensibilidade um pouco maior, mais aguçada [...] e que Pelotas, uma cidade bonita, arquitetonicamente falando... atrai. Sem dúvida, eles se interessam por toda essa arte que tem aqui e, então, já se interessariam em vir para cá, independente da fama. Isso aliado à fama deixa a cidade bastante atraente.

(Marcos Fernandes, integrante da ONG TAMBÉM, 26-3-04).

Eu acho que ela é positiva quando se trabalha isso no campo da diferença, do respeito ao direito que têm as pessoas de ter a sua opção sexual. Ela, economicamente, ela inclusive pode ser um filão importante. Essa comunidade homossexual, no mundo inteiro, é uma comunidade com alto poder de consumo. [...] Acho que, se nós formos encarar com esse olhar, economicamente é um tema viável.

(Vereador Luiz Carlos Mattozo, 5-4-04).

Além de reafirmar a idéia da positividade desta representação, os depoimentos revelam sob que aspectos é possível se pensar esta distinção e quanto essa representação é atravessada por relações políticas capazes de gerar discussões e polêmicas. Percebe-se que esta representação assume-se, também, como uma marca positiva⁵⁰, por sua capacidade de gerar diferenciadas práticas, abrindo espaços públicos de debate (Seminários e atividades paralelas à Avenida da Diversidade); causando polêmicas (Moção de Repúdio, externada pela Câmara Municipal de Vereadores); iniciativas da sociedade civil organizada (formação da ONG TAMBÉM); e interesses comerciais (probabilidade de desenvolvimento das potencialidades turísticas da cidade).

Outros conceitos que é necessário discutir aqui, referem-se à idéia de **PATRIMÔNIO** e **IDENTIDADE**, até porque, ao analisarmos um pequeno trecho da entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, percebe-se o quanto estas categorias, relacionam-se com a idéia de representação, na qual este trabalho se baseia:

A visão de patrimônio é, exatamente, aquilo que tem um valor muito grande para minha identidade. Seja ela algo que está cristalizado na cidade ou as coisas que, hoje em dia, são produzidas na cidade, que isso faça com que eu vá montando, ainda mais, a minha identidade, como pelotense, como alguém que está aqui.

(Daniel Botelho – SMDE – Departamento de Turismo, 16-4-04).

⁵⁰ Assim como Foucault (1996) entende que há uma dimensão positiva do poder, esta positividade também pode ser observada nesta representação de “Cidade de Gays”, já que pode se apresentar como sendo geradora de espaços de disputa.
V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

O depoimento acima vem ao encontro do dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial (GTPI)⁵¹, onde profissionais de diferentes áreas, na tentativa de melhor darem conta do conceito de **PATRIMÔNIO IMATERIAL**, conforme exposto por eles próprios, optaram por seguir o Artigo 216 da Constituição Federal, que define o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial que se referem à ação, à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Percebe-se, assim, o quanto a idéia de uma representação de cidade, no caso de Pelotas, seja pela “fama dos doces” ou pela “fama de cidade dos gays”, está diretamente vinculada ao conceito de patrimônio, material ou imaterial:

A fama dos doces pra mim é uma questão imaterial que se materializa no doce [...]. E a fama da cidade ela tá na própria história. [...], esse processo histórico de ocupação, que tá cristalizado nessa arquitetura. Eu diria que seria um comparativo; aonde eu encontraria essa manifestação? Seria nesse patrimônio tão requintado e por que não nesses doces. Eu fico imaginando, um peão lá, da época da charqueada, todo sujo, carregando gado e chegando um pensador, que foi lá para a Europa, aprendeu a tocar piano, comendo um docinho e tomando um licor, sei lá do quê! Os caras só podiam levar... ser tachados.

(Daniel Botelho 16-4-04).

Da mesma forma que o conceito de patrimônio vincula-se ao de representação, o conceito de **IDENTIDADE** também, na medida em que pensamos identidade como algo plural e relacional e que “em vez de falar de identidade como algo acabado, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 1997: 42).

Percebe-se que, desta forma, a(s) identidade(s) referida(s) a Pelotas não nasceram com ela: formaram-se e transformaram-se no interior de suas representações. Ao construir-se identidades, produzimos sentidos e estes sentidos ligam-se a memórias, que unem passado e presente. Neste sentido, percebemos o quanto esta busca identitária se faz presente no imaginário pelotense, redimensionado em um momento de crise econômica da Região Sul do RS, se comparado aos áureos tempos das charqueadas, de pujança saladeril e, posteriormente, doceira:

⁵¹ O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL. *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura – IPHAN/FUNARTE, Julho de 2000.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Pelotas, “Cidade de Gays”:

Um estudo sobre os usos políticos de uma representação

Eu acho que Pelotas é uma cidade rica e as pessoas se perderam um pouco, enquanto identidade. Eu sempre que falo em palestras e tal, eu procuro fazer com que as pessoas comecem a ter sua identidade de pelotense, que assuma a cidade, se aproprie dessa cidade, de forma material e imaterial. Eu acho que essa questão gay também é uma maneira de tu, também, te apropria dessa idéia e criar a tua identidade.

(Daniel Botelho16-4-04)

Ao romper-se com a idéia de uma identidade fixa e estável, impera o caminho do hibridismo, pluralismo e relativismo cultural e, mais, revela-se o que Hall viu como um movimento contraditório entre **TRADIÇÃO** e **TRADUÇÃO**:

Algumas identidades gravitam ao redor [...] da Tradição, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outros aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras” e, essas, conseqüentemente, gravitam ao redor... da Tradução. (HALL, 1997: 94)

Sem querer ousar demais, me parece que esta citação, ao ser transportada para o tema a que nos propusemos, pode nos revelar dois momentos distintos da construção das identidades na cidade de Pelotas.

Um primeiro momento que procurava se sustentar tão somente na *tradição*: pampa sulino, economia basicamente rural, desenvolvimento da indústria saladeril, que ocasionou uma ascendência econômica e o desenvolvimento da atividade doceira, agora, demonstrando um período de opulência⁵² urbana, mas revelando um perfil de masculinidade dominante, conforme abordamos em outro trabalho (MONTEIRO, 1997). E num segundo momento, onde a identidade é atravessada por uma heterogeneidade cultural, estar-se-ia compartilhando com a idéia de “sujeito traduzido”, defendida por Stuart Hall e que, ao se analisar a chamada dimensão política de uma representação, nos leva a pensar a cidade de Pelotas como uma sociedade que aprendeu, de alguma forma, a traduzir e a negociar, no mínimo, entre duas identidades, senão entre duas representações.

Esta negociação insere-se em um campo de disputas, pois diante das duas representações que são dadas a Pelotas, a de “Cidade dos Doces” e a de “Cidade de Gays”, trabalha-se com a idéia de duas categorias discursivas, que por sua vez são politicamente ambíguas. Percebemos que ambas as representações

⁵² MAGALHÃES, Mário O. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860/1890)*. Pelotas: UFPel, 1993. V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

podem assumir tanto uma perspectiva positiva quanto negativa, oscilando entre elas de forma bastante tênue.

A representação de Pelotas como “Cidade dos Doces” assume-se enquanto positiva, na medida em que projeta a cidade, por uma atividade econômica que, inicialmente artesanal, revela-se hoje como potencial industrial e turístico da cidade, demonstrado com a realização da FENADOCE. Porém, quando comparada a hábitos sofisticados e requintados de uma cidade, dando uma conotação de frescura à doçura pelotense esta representação é tida como pejorativa para muitos de seus habitantes, ferindo um perfil de masculinidade tão caro à tradição sulina, do “gaúcho macho”.

Da mesma forma a “representação” de “Cidade de Gays”, também pode ser vista como positiva, por uma parcela da sociedade pelotense, quando faz com que Pelotas seja notícia, inclusive internacional, e, então, fazendo com que Pelotas novamente se projete. Porém, por outro lado, esta representação assume uma perspectiva negativa, quando se aproxima do discurso das sexualidades, fazendo-nos ver o quanto é reveladora de preconceitos.

Em síntese: ambas as representações aproximam-se, revelando-se como categorias positivas, quando fazem com que Pelotas seja vista, percebida, distinguida, entre tantas outras cidades brasileiras. Por outro lado, afastam-se e disputam entre si, um caráter de legitimidade, quando de alguma forma se remetem ao campo da sexualidade, fazendo com que se assumam uma postura relativizadora em relação ao conceito de Gênero.

Partindo da idéia de que ritualizar uma representação é reconhecê-la oficialmente, isto é, legitimá-la, consagrando-a como uma identidade (BOURDIEU, 1996) a fama de “Cidade dos Doces” é uma representação que é uma tradição, enquanto a fama de “Cidade de Gays” é uma representação que não é uma tradição, pois não é ritualizada, já que não é oficialmente reconhecida, tratando-se assim de uma *tradução*.

É nesse processo de tradução e negociação que a dimensão política da representação de “Cidade de Gays” revela-se, no mínimo, intrigante, pois nos faz pensar, como uma representação não é originalmente política acaba ingressando no campo da política. De outro modo, ao tratar-se de uma representação diretamente ligada ao campo da sexualidade, estar-se-ia também no campo da política: “O tema da sexualidade é um tema político, é um tema social e político. [...] Tudo que acontece na vida das pessoas passa por decisões políticas. Passa pela política”, diz o prefeito Fernando Marroni.

Assim, o Sr. José Cattaneo – "Capitão Gay" – questionado sobre se teria atrelado a revelação de sua intimidade, de sua sexualidade a uma relação política, responde: "*Eu fiz um casamento, extremamente proveitoso*". A mesma idéia aparece, quando afirma que sua "participação no carnaval foi política, não foi carnavalesca". Para compreender esta dimensão política da representação, embasamo-nos, no conceito de **CAMPO** de Bourdieu:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem as instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido, senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a "direita" e a "esquerda" se pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes. (BOURDIEU, 1979: 179-80)

Por outro lado, afirma Bourdieu, o "real é sempre relacional", precisamos pensar quais aspectos entraram em cena, a partir das eleições à Prefeitura de Pelotas, em 2000, nas quais emergiram diferentes discursos e práticas, dando uma visibilidade pública a algo que estava relegado à jocosidade, fazendo com que a própria representação de "Cidade de Gays", reforçasse uma disputa política, pois, "todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção de grupos e que pode alicerçar divisões e lutas propriamente políticas" (BOURDIEU, 1996: 120).

Arelado ao conceito de campo, outro conceito, também desenvolvido por Bourdieu, que se impõe, é o conceito de **CAMPO POLÍTICO**, entendido ao mesmo tempo "como campo de forças e campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças" (BOURDIEU, 1989: 163-4) e, neste sentido, fazendo-nos compreender melhor os usos políticos desta representação. Da mesma forma a idéia de **CAPITAL POLÍTICO**, "visto como uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento" (BOURDIEU, 1989), nos remete a uma série de cruzamentos, sem dúvida, permeados de relações de poder, sem as quais não se poderia deixar de considerar, quando questionamos, porque, a partir de uma fala do então presidente de honra do PT (2000), Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu-se toda uma disputa eleitoral, senão uma disputa por crédito e reconhecimento. Pois, segundo Bourdieu, de fato, "o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce" (BOURDIEU, 1989).

Ao voltar-se à fala ou à "brincadeira" – como foi muitas vezes tratada pela mídia local e também em diversos depoimentos durante o trabalho de campo – de Lula em relação à representação da cidade, vê-se o quanto o sucesso ou o

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

fracasso de um enunciado está ligado ao poder. Da mesma forma que os rituais sociais podem ser entendidos como ritos de instituição e, por conseguinte, ao concordar-se que “instituir é consagrar” (BOURDIEU, 1996 : 99), percebe-se que Lula, enquanto “porta-voz” de uma coletividade político-partidária, soube muito bem lidar, não somente com a repercussão de sua fala, mas, principalmente, utilizar-se de sua condição de porta-voz autorizado, tendo em vista que na época era presidente de honra do PT, para que, ao contrário da oposição local – aqui, refere-se à candidata Leila Fetter da coligação “Um Novo Tempo” –, conseguisse “reverter o jogo” e trazer à tona, por exemplo, uma questão mal resolvida dentro da coligação opositora, no caso, a candidatura do “Capitão Gay” à Câmara Municipal de Vereadores, pois segundo ele próprio:

Eles [referindo-se ao antigo PPB] não tinham conhecimento do teor da plataforma que eu ia apresentar [...] Depois que eu fiz, eles não tinham como me correr do partido [...] Eles tinham que parecer democráticos e pluralistas, então eles me suportaram [...] Eu recebi uma sanção do diretório do partido... advertência⁵³ ...que era um escândalo fazer tais fotos.

(José Cattaneo, 1ª Entrevista, 24-3-04)

Por parte do candidato a prefeito pela Frente Popular, sr. Fernando Marroni, os usos políticos da representação de Pelotas vieram a sustentar, ainda mais, o que se citou acima como “condição de porta-voz autorizado”: “Ali aconteceu um processo de roubo de imagem e receptação de furto [...] Algo abominável, no momento político, até porque ninguém pode se apropriar da imagem do outro sem a sua permissão [...] O resultado tá na história! O adversário perdeu a eleição.

Esse acontecimento leva a questionar as possibilidades de abrangência e receptividade que um discurso pode assumir no campo político. Por outro lado, revela o ténue limite entre o discurso propriamente dito e seu reconhecimento e legitimidade ou não, dado contexto de ritualização social da realidade: “A instituição de uma identidade [...] é a imposição de um nome. A instituição é um ato de magia social e [...] instituir, dar uma definição social, uma identidade é também impor limites” (BOURDIEU, 1996: 100).

Na verdade, o que estava em jogo na “Última Batalha” – termo veiculado pela imprensa local – entre Leila e Marroni era, sem dúvida, uma disputa por reconhecimento.

⁵³ Ao entrar-se em contato com o diretório do PP, antigo PPB, por mais de uma vez, a pessoa responsável disse não haver “nada por escrito”; por outro lado, não se teve acesso às atas de reunião do partido.

Observa-se o quanto é importante que um discurso seja reconhecido, não apenas por seu porta-voz, e todo o poder que lhe foi outorgado, mas, principalmente, que seja compartilhado e, portanto, reconhecido como identidade de um grupo (BOURDIEU, 1989).

De fato, o campo político, para Bourdieu, significa, pois,

o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo. (BOURDIEU, 1989: 185)

Ainda no que se refere a essa relação entre o discurso e o porta-voz e de como ela se projeta no campo político, não se poderia deixar de pensar, por que, por exemplo, a proposta de um Fórum Nacional do Orgulho Gay não saiu do papel, ou melhor, da mídia. Por que nem sequer foi discutida pela Câmara Municipal de Vereadores, ao passo em que outras manifestações em defesa dos direitos homossexuais contaram com o apoio do Poder Público? Um exemplo é a comemoração do “Dia do Orgulho Gay”, com a realização da Avenida da Diversidade, por três anos consecutivos.

De outra forma, como essa representação pode ser reconvertida em capital econômico, por exemplo, provocando especulações da iniciativa privada, sobre a viabilidade do desenvolvimento do turismo GLS, em Pelotas?

Por outro lado, que espécies de “capital político” (BOURDIEU, 1989) estão em jogo, quando o fato de uma Escola de Samba usar-se da representação de uma cidade, pode gerar diferentes manifestações, provocando uma Moção de Repúdio, por parte da Câmara de Vereadores da cidade?

Cumpramos explicitar, minimamente, em que nos baseamos ao falar de “capital político”. De acordo com Bourdieu, um capital pessoal pode desaparecer com a pessoa de seu portador, enquanto, se for reconvertido em capital pessoal de notoriedade e de popularidade, de uma acumulação lenta e contínua do próprio capital pessoal, então, sim, é legitimado, pois

ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador [...] o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória [...] de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade. (BOURDIEU, 1989: 191)

Com base nesses questionamentos buscar-se-á, compreender como se revela, na prática, essa dimensão política da representação de “Cidade de Gays”.

POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO: AS TRADUÇÕES DA TRADUÇÃO

Ao pensar-se a representação de “Cidade de Gays”, como uma tradução, e tendo em vista os questionamentos feitos anteriormente, busca-se nesse momento, compreender como se revela, na prática, a dimensão política dessa representação, ou seja, que traduções podem ser feitas a partir dela. Nesse sentido, visualizamos possíveis traduções que possam dar conta dessa dimensão política da representação, a começar pela “polêmica figura” do Capitão Gay.

“Eu não me candidataria como Capitão Gay: eu sou!”⁵⁴ – Sem dúvida, as eleições para a Prefeitura e para a Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2000, revelam-se como um momento rico para se refletir sobre o conceito de CAMPO POLÍTICO, tal qual Bourdieu o pensou.

O que seria apenas mais um processo eleitoral do município acaba trazendo à tona uma série de questões que, de alguma forma, fazem com que Pelotas, novamente, seja “notícia”.

O primeiro fato a chamar a atenção diz respeito à própria estréia do sr. José Antônio San Juan Cattaneo, na política partidária, lançando-se como candidato a vereador em Pelotas, pelo antigo PPB (Partido Progressista Brasileiro) – fato esse abordado não só pela imprensa local, como também nacional:

Cattaneo é um colecionador de polêmicas em Pelotas. [...] Debutando na vida política aos 40 anos, é o único entre os 273 concorrentes à Câmara a propagar, na campanha, uma plataforma gay e o fim de uma repulsa que acompanha a cidade desde seus primórdios [...]. Mesmo sem o fôlego econômico daqueles tempos, Pelotas não se desvencilhou da fama. E Cattaneo acha inoportuna a maneira como os pelotenses se esquivam da herança histórica. No entender do candidato, o município deveria explorar a celebridade para atrair riquezas.

(Jornal Zero Hora – 15-8-00, p. 7)

Antes mesmo de defender sua “plataforma gay” como foi noticiada pela imprensa, Cattaneo provocou uma série de reações em diferentes segmentos da

⁵⁴ Conforme entrevista realizada em 24-3-2004.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

sociedade pelotense, devido à imagem com que se apresentou, posando para várias fotos que acabaram sendo exibidas em diferentes segmentos da mídia impressa .

Nesse sentido, atente-se para o fato do quanto uma “imagem” pode ser reveladora de uma linguagem e, nesse caso, de diferentes significados (CHARTIER, 1990).

A imagem que virou notícia, aproximou-o do personagem Capitão Gay do programa humorístico de Jô Soares, exibido durante certo tempo na TV Globo e acabou gerando um processo por parte, por exemplo, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pois, segundo afirmou o seu Tribunal de Ética, a “fantasia de José Cattaneo é acusada de incompatível com o exercício da advocacia” (Zero Hora, 15-8-00, p. 7).

De outro lado, a mídia impressa local explora a idéia de que o Capitão Gay “recupera a imagem do super-herói” (Diário da Manhã, 16-8-00, pág. 3), enquanto a Revista IstoÉ afirma que “empelotou para o pelado de Pelotas”, pois ao posar em “trajes pouco ortodoxos” (Revista IstoÉ, nº 1612, 23-8-00, p. 20) o candidato a vereador José Cattaneo foi processado pelo Conselho de Ética da OAB.

Desse jogo de imagens, resultou que o processo movido pelo Conselho de Ética da OAB – Pelotas foi arquivado em Porto Alegre pelo presidente estadual da Ordem e, no que diz respeito ao nome “Capitão Gay”, esse sim parece não correr mais o risco de ser processado, pois, de acordo com o sr. José Antônio Cattaneo, quando questionado sobre sua candidatura neste ano (2004), novamente à Câmara de Vereadores de Pelotas, e se utilizaria o marketing “Capitão Gay”, o mesmo afirma:

Não, eu não vou me candidatar esse ano, pra tapar essa boca, porque se eu precisasse da homossexualidade para me eleger eu estaria candidato [...]. Eu não me candidataria como Capitão Gay, eu sou. Eu registrei o nome pra mim [...] esse nome tá registrado já, na Biblioteca Nacional. Eu sou o autor desta figura. [...] Eu sou o personagem, já tá registrado lá, eu tô esperando eles me mandarem o certificado.

(José Cattaneo – 1ª Entrevista, 24-3-04)

Ao prestar atenção no conteúdo da “plataforma gay”, seja da forma como foi divulgada na época, em material de campanha (os populares “santinhos”), ou daquela publicada na imprensa local, dois aspectos merecem ser destacados pelo fato de revelarem, como já afirmado anteriormente, espécies de “capital político”, no sentido de abrirem espaço à discussão das sexualidades. Refere-se, primeiramente, a uma das propostas defendidas por Cattaneo em sua campanha eleitoral, ou seja, a elaboração de uma legislação municipal e implementação das garantias constitucionais dos homossexuais.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

Nesse sentido, de fato, pode-se perceber que houve em Pelotas um empenho por parte do poder local em não somente discutir o tema, mas também de atuar em prol dos direitos civis da comunidade homossexual. Destaque-se aqui a Lei nº 4798, que emendou a Lei nº 4489/00 – Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município – de autoria do vereador Eduardo Abreu (na época filiado ao PSB) e promulgada pelo prefeito Fernando Marroni, em março de 2002 – lei essa que, ao estender os benefícios, em casos de união estável entre pessoas do mesmo sexo, para o funcionalismo público municipal, torna-se, nesse aspecto, pioneira no Brasil. Embora o projeto tenha sido aprovado por maioria – 17 votos SIM, 5 votos NÃO, 2 abstenções e 2 ausentes – conforme a votação nominal (Ata nº 119/01 da Sessão Ordinária nº 224 de 13-12-01 da Câmara Municipal de Pelotas, percebe-se que suscitou polêmica. Até mesmo a Deus recorreram:

Bem, antes de ler o versículo, quero dizer que, como cristã, mulher de Deus, não apenas tenho a Bíblia, mas procuro guardar no meu coração os mandamentos nela escritos. Há pouco eu conversava com alguns vereadores e eles me perguntavam a respeito. Eu disse: “A Bíblia responde. Eu a tenho na mente, no coração e aqui comigo.” E abri a Bíblia e mostrei para alguns Vereadores, Levítico, capítulo 20, versículo 13, que diz assim: “Se também um homem se deitar com outro homem como se fosse mulher, ambos praticarão coisa abominável, serão mortos, e o sangue cairá sobre eles.” É a palavra de Deus que diz isso.” (Vereadora Pastora Ieda Barbosa, 13-12-01)

Por outro lado, o autor do projeto, vereador Eduardo Abreu, dizia:

Eu não quero citar Karl Marx, porque a minha intenção não é entrar numa discussão filosófica, não é entrar numa questão religiosa e, muito menos, entrar numa discussão direta com qualquer tipo de parlamentar que tem nesta Casa.
(Vereador Eduardo Abreu – 13-12-01)

Outro aspecto da “plataforma gay” de Cattaneo e que teve ampla repercussão, diz respeito ao desenvolvimento do turismo gay em Pelotas, tendo em vista a “fama” da cidade.

Essa idéia, em muito se aproxima da fala de um dos informantes entrevistados quando da realização de outro trabalho (MONTEIRO, 1997), que se considera oportuno retomar aqui: “Pelotas, mesmo sem querer, criou um marketing [...] ela deve capitalizar essa fama. Pelotas tá com o nome vendido!” (Flávio, 10-2-95. In: MONTEIRO, 1997: 27).

Embora Cattaneo não tenha sido eleito⁵⁵, essa idéia é retomada e ampliada por ele, em 2003, sob o nome de Fórum Nacional do Orgulho Gay ou 1º ForGay. Na época, Cattaneo enviou correspondência ao prefeito municipal, Fernando Marroni (PT), e ao Vereador Ademar Ornel⁵⁶ (PFL), presidente da Câmara de Vereadores, onde apresentava seu projeto.

No entanto, ao questionar a proposta de um “Fórum Nacional do Orgulho Gay”, percebeu-se, em campo, as mais diferentes posições, favoráveis ou não à realização do evento.

Independente da possibilidade de se realizar, ou não, em Pelotas, o Fórum Nacional do Orgulho Gay, um aspecto presente na maioria dos depoimentos refere-se, especificamente, ao autor da proposta – José Cattaneo, o Capitão Gay:

Eu continuo achando que tem coisas que precisam ter receptividade e esse cara não tem [...] a Câmara não vai abraçar um projeto de uma pessoa, nós não podemos fazer isso, nós representamos uma comunidade inteira, então, quando ela vem, ela tem que vir organizada. Com ele sozinho, é muito difícil que o projeto dele tramite dentro da Câmara [...] Ele não tem essa representatividade, então, para mim, eu aceitaria um fórum desse tipo, discutiria a partir de uma organização do movimento gay, e não a partir da proposta dele.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

Vários depoimentos revelam o quanto uma proposta baseada na representação de “Cidade de Gays”, pode, de fato, ser ou não reconhecida, conquistando crédito e legitimidade por uma parcela da sociedade, ou, pelo contrário, não merecer sequer ser discutida. O que está em questão é o conceito de CAPITAL POLÍTICO – entendido como crédito firmado na crença e no reconhecimento –e, mais do que isso, a importância de quem fala. Trata-se aqui da idéia de “porta-voz”:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (BOURDIEU, 1996: 89)

O trabalho de campo mostrou que as palavras, o discurso, as propostas do Capitão Gay não são reconhecidas e/ou creditadas por uma parcela da sociedade, carecendo de uma “força potencial mobilizadora”:

⁵⁵ No processo eleitoral de 2002, José Cattaneo obteve 503 votos.

⁵⁶ Conforme verificou-se no protocolo de nº 0332/03 de 7-2-03, da Câmara Municipal de Pelotas.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

O que seria um “discurso irresponsável” na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos [...] elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia [...] é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história – e isto depende ao mesmo tempo de sua aptidão [...] e de suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para o fazer. (BOURDIEU, 1989: 186)

Quando questionado sobre como considera o fato de sua proposta – Fórum Nacional do Orgulho Gay – não ter sido, até o momento, discutida, mesmo com o apoio dado pela mídia impressa local, como pode ser observado através da manchete “Pelotas vai sediar o Fórum do Orgulho Gay” (Diário da Manhã, 8-2-03, p. 7), Cattaneo afirma: “Eu não sou do PT. Se eu fosse do PT, esse fórum já teria sido realizado.”

O que está em jogo aqui não é a filiação política de José Cattaneo, enquanto autor da proposta do 1º ForGay, mas, sim, o fato de ele não estar inserido nos movimentos sociais, ONGs que defendem os direitos da comunidade GLS, também pelo fato de que, até as eleições de 2000, ele, em momento algum, manifestou-se ou assumiu alguma postura que o inserisse nesse contexto de lutas pela diversidade sexual.

Quando essa proposta faz alusão ao desenvolvimento do turismo gay em Pelotas, como forma de reverter a “fama nacional” da cidade para difundir o turismo – idéia mencionada desde a época da campanha em 2000 – Cattaneo revela a intenção de construir em Pelotas um hotel-fazenda exclusivo para casais do mesmo sexo, colocando à disposição sua propriedade (97ha) para a construção do mesmo. Nesse caso, revelam-se interesses comerciais, tratando-se aqui de uma forma possível de tradução da representação de “Cidade de Gays” em capital econômico (BOURDIEU, 1996a : 19).

Sobre esse aspecto, encontramos, em campo, diferentes argumentos à viabilidade ou não dessa proposta:

Se fosse pra desenvolver a economia do município, se desenvolvia um hotel-fazenda, não um hotel-fazenda gay. Não com essa coisa de ficar dividindo a população. A diversidade é interessante, mas a diversidade dentro da unidade. A questão de respeitar limites é importante, mas ninguém vai respeitar limites, se a gente ficar separando as pessoas.

(Josiana Bacelo – Programa DST/AIDS-SMSBE, 31-3-04)

Eu não gosto da idéia [...] porque [...] rapidamente, ela sairia de apenas uma exploração, uma possibilidade de exploração econômica, pra se transformar,

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

realmente aí sim, num deboche! [...] Eu imagino Pelotas um Walt Disney Gay! As pessoas viriam e teria bandeiras do arco-íris coloridas em todas as portas, onde teriam lojas explorando isso de diversas maneiras e que eu duvido que os homossexuais gostassem de ver a sua imagem daquela maneira. [...] Quando começam a falar isso, eu já saio imaginando assim: a Prefeitura de Pelotas fazendo propaganda: “Pelotas, a Capital Gay do Brasil”, eu iria começar a ficar em pânico, se eu começasse a ver essas coisas acontecendo. Ou então, o CDL fazendo propaganda: “Sábado Promocional: venha e não sei o quê com as bichas!” Ou “Bichas têm desconto!”

(Marcos Fernandes, ONG TAMBÉM, 26-03-04)

É interessante destacar, aqui, o quanto essa idéia de desenvolver um segmento do turismo, no caso o turismo GLS, pode ser analisada sob diferentes ângulos. Cumpre expor brevemente um dado que se obteve em campo. Trata-se da iniciativa particular da professora Elizete Jeske, hoje presidente da FITUR que, em 1996, trouxe a Pelotas um grupo de 28 homossexuais masculinos de Porto de Alegre e Grande Porto Alegre e que, segundo ela, constituiu-se em “uma de suas melhores experiências”.

Quando questionada, sobre até que ponto o turismo GLS poderia contribuir para um efetivo desenvolvimento econômico da cidade, a professora Elizete é categórica: “E como!... nós poderíamos, dentro do turismo, aqui, deslanchar muito mais, e, é claro, um turismo que traz dinheiro”.

Sobre a mesma questão, diz a Sra. Iramaia Severo, guia de turismo e sócia de uma agência receptiva de Pelotas:

Tá provado nos festivais e workshops que a gente vai, sempre, sempre, a gente vê: as empresas que cresceram muito, de quatro anos para cá, são as que tão trabalhando com esse turismo [refere-se ao turismo GLS]. E são uns consumidores!... Eles têm dinheiro.

(Iramaia Severo, 14-4-04)

Vendo-se sob esse ângulo, tudo parece muito tranquilo, não fosse o fato de questionar-se se Pelotas estaria preparada e disposta a desenvolver o turismo GLS como uma das vias para o desenvolvimento econômico da cidade.

A idéia de que a cidade não estaria preparada para o desenvolvimento do turismo GLS encontra-se nos depoimentos de Iramaia Severo e Elizete Jeske, seja pelo fato de que a população em geral não seria receptiva, ou por falta de estrutura. Ambas referem-se, especialmente, à rede hoteleira de Pelotas, que não veria com “bons olhos” essa clientela. Igualmente, ao referir-se ao comércio local, a professora Elizete destacou um fato, segundo ela, “muito grave”:

Embora as pessoas concordem, os lojistas se deram conta do quanto eles faturaram naquele momento, pode-se dizer “horinhas”... eles pediram assim: “Não divulga, não bota na imprensa!” Porque ainda tem aquela coisa assim: “Ah! vão dizer que eu estou recebendo gays, como é que vai ficar minha clientela?”

(Elizete Jeske, 23-4-04)

Depois dessa breve trajetória sobre os usos políticos da representação de Cidade de Gays, no tocante à figura do Capitão Gay e sua projeção desde as eleições, considera-se que, entre tantas “peleias”⁵⁷, de fato, mais uma vez, ele consegue negociar a sua imagem, criando um espaço: a “Coluna do Meio” e, por outro lado, o seu “exército”: os “renegados”⁵⁸.

O objetivo da “Coluna do Meio”, “não é outro senão a liberdade”, segundo ele próprio; e seu surgimento em 11-2-03 deveu-se a um convite “espontâneo” do sr. Hélio Freitag, diretor-proprietário do jornal, em função daquela matéria divulgada sobre o Fórum Nacional do Orgulho Gay (8-2-03) e de toda a sua “caminhada de lutas”.

No que se refere à receptividade dos leitores em relação à coluna, pode-se perceber que as reações são polêmicas e que, o conteúdo da “Coluna do Meio” não é crível, nem reconhecido como efetiva contribuição à discussão do tema, seja pelo “ar de deboche”, pela “abordagem”, “pelas fotos”, por ser uma “manifestação individual”...

Sobre esse aspecto, é interessante observar que há, na visão do próprio Capitão Gay, uma cobrança da sociedade organizada, do seu não-pertencimento a uma ONG, visão que aparece na maioria dos depoimentos⁵⁹. Já na terceira edição da coluna, o próprio Cattaneo afirma que “o capitão não pertence a nenhuma, nem pretende pertencer, porque nasceu fora delas, é uma manifestação individual. [...] O capitão não vai se filiar, para não declarar preferência e manter a independência”.

⁵⁷ Briga, peleja, combate entre forças beligerantes.

⁵⁸ De acordo com Cattaneo, “os renegados” é um nome “debochado”, para referir-se aos seus companheiros de cavalgadas, durante as festividades da Semana Farroupilha em Porto Alegre – cavalgadas essas, ocorridas em setembro de 2002 e 2003. Segundo o Capitão Gay: “é uma coisa de ficção [...] é só porque a gente não come na cartilha, nem bebe, nem segue a cartilha do MTG, que é uma cartilha politicamente correta, como tá escrito, mas é, moralmente, uma vergonha” (Cattaneo, entrevista de 1º-4-04).

⁵⁹ Entre a maioria dos entrevistados, percebeu-se, em seus depoimentos, referências ao fato de José Cattaneo, além de não pertencer a nenhuma ONG que lute pelos direitos homossexuais, também não frequentar lugares como, por exemplo, bares, festas, boates GLS de Pelotas. Inclusive, muitos deles consideram duvidosa sua posição de assumir-se como gay, considerando-a oportunista.

No que se refere ao aspecto da credibilidade dessa coluna, percebe-se entre os informantes a mesma reação:

Eu acho que começou mal. Quando começa sem seriedade e de uma forma oportunista, que é o lançamento de uma candidatura, usando deboche, usando a tanga, usando a contradição do macho e da fêmea, como gaúcho, penso que, na minha visão, perde a credibilidade. [...] Eu nem leio, porque acho que acabou criando um espaço que ele queria, né?, de projeção pessoal!

(Vereadora Miriam Marroni, 6-4-04)

Credibilidade essa que, como nos diz Bourdieu, encontra-se diretamente relacionada com o papel desempenhado pelo poder simbólico na produção da representatividade associada à fabricação da “pessoa política”:

O homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. (BOURDIEU, 1989 : 188-9)

Apesar de todas as questões aqui levantadas, para Cattaneo, a Coluna do Meio tem o seu “significado social”:

A própria existência da coluna e a permanência dela têm um significado social. Porque se isso aí fosse um poço de asneiras semanais, o Hélio Freitag não ia perder assinantes e o jornal não ia vender [...] e a coluna não ia completar o primeiro aninho de vida. [...] Eu acho que o saldo é positivo, porque o Hélio Freitag apostou numa idéia inovadora, ele abriu um precedente [...] que não tem no Estado do Rio Grande do Sul.

(José Cattaneo – 2ª Entrevista, 1º-4-04)

Acrescente-se: significado social, no entanto, ausente de significação política, isto é, carente dos recursos simbólicos associados ao *habitus* que faz o político.

A Diversidade no Palco – Em 2002, é realizada, pela primeira vez em Pelotas, uma comemoração pública⁶⁰ ao “Dia Internacional do Orgulho Gay” –

⁶⁰ Embora tenha ocorrido um evento em 1999, promovido pelo Departamento de História e Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, aproveitando-se do “Dia do Orgulho Gay”, para discutir o tema “*Homossexualidade ou homoerotismo? Constituições para o estudo da homossexualidade*”, evento esse mais direcionado ao público acadêmico.
V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

evento esse que, embora tenha surgido em 1969 em Nova Iorque, é recente no Brasil, ocorrendo pela primeira vez em São Paulo, no fim da década de 90.

Com base nas observações feitas durante as duas primeiras realizações da “Avenida da Diversidade”, em 2002 e 2003, e em depoimentos colhidos no trabalho de campo, buscou-se não só analisar quais discursos estiveram presentes, para que tal evento se tornasse uma realidade e se firmasse como um evento cultural da cidade, mas também, e sobretudo, paralelo a esse, a formação da “ONG TAMBÉM” – *Grupo pela expressão das homossexualidades*, que ganha visibilidade como sendo divulgador e um dos organizadores da primeira “Celebração da Diversidade” na cidade.

Sobre a iniciativa de comemorar o Dia Internacional do Orgulho Gay em Pelotas, em termos de apoio público e de tempo disponibilizado na elaboração da primeira Avenida da Diversidade, Marcos, da ONG TAMBÉM, afirma:

Levamos um mês e meio, porque a idéia surgiu em maio e, em julho, ela tinha que tá acontecendo [...] A idéia surgiu do NUANCES⁶¹. [...] Nós já vínhamos nos reunindo desde fevereiro e eles [referindo-se ao Grupo NUANCES] sabiam do nosso trabalho [...] e daí ia se aproximando esse período onde aconteciam as paradas e eles tavam na fase de organização da deles e eles disseram: “Por que vocês não aproveitam que estão se reunindo e façam uma pequena manifestação na Avenida. Juntem quatro ou cinco drag queens, que vocês conheçam e saiam distribuindo panfletinhos, que vocês fazem xerox.”. Daí eu trouxe isso pra reunião e eles [o Grupo TAMBÉM] gostaram, abraçaram a idéia.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

Quando questionado sobre o modo como essa iniciativa do grupo foi parar no Poder Público, Marcos revela:

Nós queríamos fazer alguma coisa. Daí entra essa pompa de Pelotas: “Se é pra fazer, a gente não vai juntar quatro drags e sair distribuindo xerox, vamos fazer algo melhor!” [...] Nem pensamos na hipótese da Prefeitura, jamais. Nós íamos fazer através de nós, íamos fazer uma festa, juntar dinheiro, enfim, não sei. Foi quando surgiu, entrou o “Vale a Vida”⁶². [...] E aí ficou-se sabendo que o Vale a Vida tava pensando em organizar alguma coisa [...] chamamos eles e fizemos uma reunião juntos e daí eles disseram que estavam não só pensando, mas que estavam organizando algo, um evento, um show de algumas travestis, pra

⁶¹ “NUANCES – Grupo pela livre expressão sexual” constitui-se uma ONG, criada, em Porto Alegre em 1991.

⁶² O Grupo “Vale a Vida” é uma ONG criada, em 1998 em Pelotas, tendo por finalidade “atender a população que vive com HIV/AIDS”, conforme material publicitário divulgado na primeira Avenida da Diversidade.

comemorar o Dia do Orgulho Gay; que veio a calhar com a idéia que a gente tinha, e eles tinham a verba da Secretaria da Saúde, através dos projetos deles. Foi assim que se deu, e daí acabou entrando no âmbito do Poder Público. Aí a Miriam Marroni também gostou da idéia, propôs a sessão especial [...] que ocorreu no salão nobre, aqui da Prefeitura, antes do nosso seminário, à tarde. Veio o Marcos Rolim, o Célio do NUANCES, na sexta-feira anterior ao domingo da Avenida, fazia parte da programação.

(Idem)

Outro aspecto importante diz respeito à preocupação que havia em garantir o mínimo de público para esse primeiro evento – fato esse que remete à idéia de **credibilidade** e de **reconhecimento**, enquanto categorias do CAMPO SIMBÓLICO, na acepção de Bourdieu. Essa preocupação, por sua vez, está atrelada ao objetivo do grupo:

É um local tradicionalmente que as pessoas usam, por ser domingo. Não teria local mais apropriado no domingo, que a avenida Bento Gonçalves⁶³, até mesmo por uma garantia de público. [...] Aposta-se nisso, havia essa intenção, e, depois, qual é o objetivo disso tudo? O grande objetivo disso tudo é trabalhar com a visibilidade da homossexualidade. Então se espera o maior público possível, já que é esse o objetivo do trabalho.

(Idem)

A própria escolha da data faz refletir sobre o quanto uma “simples coincidência” pode remeter à idéia de “pertencimento”. A data reconhecida oficialmente como “Dia do Orgulho Gay”, é 28 de junho. Em Pelotas, porém, ela foi adiada, coincidindo com a semana em que se comemora o aniversário da cidade, ou seja, entre os dias 7 e 14 de julho.

Seja para que “não houvesse uma colisão de datas” em relação às outras paradas gays que acontecem no estado, ou para que, de alguma forma, esse evento garantisse seu espaço na cidade, o fato é que, por três anos consecutivos – 14-7-02, 13-7-03 e 11-7-04 – a celebração do Dia do Orgulho Gay foi realizada sempre aos domingos, na avenida Bento Gonçalves e durante a semana de aniversário da cidade, constituindo-se assim em um evento pertencente à cidade e que, segundo Josiana Bacelo, “a população, hoje, espera essa atividade, como uma atividade corrente do calendário de cultura”⁶⁴.

⁶³ Nessa avenida, da cidade, ocorre, há alguns anos, todos os domingos, uma feira de exposições de trabalhos artesanais pelotenses.

⁶⁴ Conforme informações que obtivemos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Avenida da Diversidade “ainda não pertence ao calendário oficial de eventos da cidade”.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

No que se refere às possíveis diferenças entre a primeira e a segunda Avenida da Diversidade, em relação à sua organização, apoio e/ou incentivos recebidos, percebe-se que, de fato, há dois momentos distintos.

Sobre a primeira Avenida da Diversidade, que, inclusive, contou com um breve discurso do prefeito Fernando Marroni e da primeira-dama Miriam Marroni, a coordenadora do Serviço Municipal de DST/AIDS considera:

Levou muito tempo até a gente entender o que queria fazer. [...] No primeiro ano, era uma política de saúde, uma política de direitos humanos, cada secretaria meio que separada e a gente tinha que fazer um convencimento interno do gestor, mesmo tendo recurso pra financiar uma “parada gay” [...] por isso ela leva mais tempo. [...] Existia aquela preocupação de não fazer uso daquelas populações pra propaganda de governo, uma linha tênue. Tinha que ter uma explicação na época, muito bem fundamentada pra gente fazer isso.

(Josiana Bacelo, 31-3-04)

No encaminhamento à segunda Avenida da Diversidade, em 2003, percebe-se uma certa facilidade, envolvendo secretarias de governo e se tornando uma “política do município, conforme afirma Josiana Bacelo.

A parceria feita entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a ONG TAMBÉM, na programação da segunda Avenida da Diversidade, revela uma preocupação inexistente na primeira:

Surgiu como uma proposta nossa, porque o que não aconteceu na Avenida de 2002, aconteceu na de 2003, nós tínhamos um tema que era trabalhar com a educação. E aí surgiu a idéia de se fazer oficinas nas escolas, então pra isso eu me reuni com a Secretaria de Educação [...]. A SME forneceu a confecção de um banner pra se levar pras oficinas, o descolamento pras oficinas e o agendamento de escolas interessadas.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

O projeto “Educando para a Diversidade” tinha como proposta “discutir a sexualidade, realizando-se em cinco escolas públicas municipais, durante quase dois meses, e, pela carência de pessoal, por parte da ONG, acabou contando com apenas um oficinairo, o próprio Marcos Fernandes. Quando questionado sobre quantos oficinairos estavam envolvidos no projeto, Marcos responde: “Um só, só eu. Cada semana eu ia em cada escola.” Sobre as principais realizações da ONG TAMBÉM, em dois anos de existência, afirma: “Bom! a principal realização foram as duas Avenidas da Diversidade.”

Retomando-se, a idéia exposta pelo próprio Marcos, de que “nem hoje a idéia de uma ONG existe, que ela não é uma ONG e que ainda não é registrada”,

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

percebe-se o quanto o Grupo TAMBÉM, tornou-se, de fato, uma ONG, seja pela visibilidade que teve, projetando-se enquanto tal, seja pela legitimidade concedida pelo Poder Público. Nesse sentido, sempre que esse último refere-se ao Grupo TAMBÉM, classifica-o como uma ONG e, portanto, as “palavras” podem significar, sim, “reconhecimento”: “A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito” (BOURDIEU, 1996: 95).

Voltando-se a atenção ao projeto “Educando para a Diversidade” e, especialmente, à repercussão que teve, vê-se que o tema sexualidade, nesse caso, a homossexualidade, constitui-se em assunto que gera “polêmicas” e um certo “desconforto” e que, conforme a vereadora Miriam Marroni, “se avançou, mas este avanço ainda é muito incipiente”. De fato, a própria iniciativa e objetivo do projeto podem ser traduzidos como um “avanço”, no sentido de trazer “esse debate à tona”, conforme Daniel Botelho. Porém, percebe-se, ao entrevistar Marcos Fernandes, que em uma das escolas houve situações reveladoras de certa resistência à forma como o projeto foi encaminhado.

Segundo Marcos Fernandes, “foi interessante que algumas escolas tinham aceitado, porém os alunos foram às oficinas sem saberem muito bem que assunto seria tratado”. A coordenadora pedagógica da E.M.E.F. Cecília Meireles garante que os alunos realmente foram avisados com antecedência:

*Foram, foram, foram avisados. A gente conversou com eles, a gente falou que viria **uma pessoa dar uma palestra** pra tratar sobre a homossexualidade, **sobre o “diferente”** e, eles também, no momento, eles quiseram “pagar pra ver”.*

(Karla De Belli Frio, 16-4-04)

O “diferente” acabou tornando-se “pesado”, na opinião de alguns pais, que procuraram a escola:

Eles queriam ir até a SME [...] então aí, o quê que nós achamos melhor? Nós trazermos a SME aqui pra dentro e nós, enquanto comunidade, sentarmos e conversarmos, não foi a nível de represália, foi a nível de debate [...] Até, vieram pouquíssimos pais, três ou quatro pais, mas foi muito bom porque um pai teve a coragem até de dizer o que ele pensava. Ele dizia que “não sentia necessário tá mostrando [...] cenas do filme”, que até nem teve ato sexual em si. Mas que ele achava, e o pai foi bem firme nisso, que não achava necessário que se mostrasse homem com homem se beijando e viesse alguém aqui dentro da escola dizer pra eles [homossexuais] se fazerem respeitar, “que não teria necessidade disso aí”.

(Idem)

Quanto à abrangência desse projeto, verificou-se que ele não atendeu à demanda da sociedade. Assim, por exemplo, a professora Karla Frio sugeriu, em sua entrevista, que essa “palestra” fosse estendida à comunidade, “de repente até uma palestra antes pros pais, pra depois com os alunos”; por outro lado, segundo Marcos Fernandes, “a própria SME propôs que fizéssemos esse trabalho com os professores da rede”, o que vem ao encontro da vereadora Miriam Marroni, que afirma a necessidade desse projeto ter uma “seqüência”, no sentido de “criar, no currículo municipal, essa discussão, como algo permanente, interdisciplinar”, tratando-se assim de uma “proposta mais perene”.

Se, por um lado, o projeto pode ser ampliado ou aprimorado, o Grupo TAMBÉM não só conquista o seu espaço, mas, além disso, ao conquistá-lo, constitui-se como grupo, já que, conforme afirma a professora Karla Frio, “a conquista só se dá no grande grupo” e, dessa forma, permite também legitimá-lo, enquanto “um movimento bem mais representativo da sociedade”, conforme aponta a vereadora Jacira Porto e, portanto, reconhecido como uma ONG.

De fato, o processo de formação da ONG TAMBÉM está atrelado ao processo de realização, na cidade, da comemoração do “Dia do Orgulho Gay”, fazendo com que a ONG assuma um espaço legítimo de mediação institucional, entre o Estado e a sociedade, e, por outro lado, a Avenida da Diversidade apresentasse como um “ritual institucionalizado” pois tem seu “reconhecimento”, conforme Bourdieu tão bem expressou: “o simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na medida em que representa – no sentido teatral do termo – a delegação” (BOURDIEU, 1996: 93).

Em relação à repercussão da Avenida da Diversidade, ao comparar-se a primeira (2002) com a segunda (2003), algumas diferenças se fizeram presentes durante as entrevistas, com se verifica, por exemplo, no seguinte depoimento:

Na primeira, a gente tava muito preocupado, ainda, com a reação das pessoas, teve muito artista de fora, transformistas de fora, porque os daqui tavam com medo de ser rechaçados, de que ia acontecer algum problema, que iam “levar ovo”, era essa a idéia que eles tinham. Então, foi todo mundo de homenzinho. Foi tri estranho, tu olhares para aquelas figuras que tu tá acostumado a ver de salto alto e batom, todos vestidinhos de homem. [...] A primeira foi meio no susto [...] As pessoas ficaram meio assustadas e viram o show. Na primeira parada, a gente teve gente dizendo: “Ah! eu tô aqui só olhando!” e na segunda não, as pessoas estavam ali olhando, aplaudindo e gente dizendo: “Não! Vocês têm que fazer isso mesmo, porque isso aí tem que acontecer...” Então já teve uma outra participação da população que tava lá embaixo, assistindo a esse show, inclusive, houve uma interação maior entre o público. Num primeiro momento [referindo-se à Avenida da Diversidade de 2002], ninguém nos chamava para discutir essa

questão da homossexualidade no rádio e, no segundo ano, a gente já fez mesa-redonda em vários lugares. E foi interessante por isso. A população começa a se dar conta de que pode tentar conviver sem ficar tão incomodada com essa fama.

(Josiana Bacelo – SMSBE, 31-3-04)

Um último aspecto que se faz necessário apontar aqui, diz respeito ao fato de a Avenida da Diversidade ser um evento “literalmente parado, porque ela não é uma parada⁶⁵ [...] ela é um show”, diz Josiana Bacelo. Marcos Fernandes, quando questionado sobre por que não “Parada Gay”, afirmou:

Parada pressupõe uma marcha [...] e o nosso evento não tem uma marcha, é um evento parado, propriamente dito. Então, eu não gostaria que chamassem de parada, pra não criar uma frustração com as pessoas que se dirigissem até lá, porque não vai ter um desfile [...] pelo menos na organização das duas primeiras, nós não tínhamos estrutura de pessoal.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

De acordo com vários depoimentos percebeu-se que a realização da Avenida da Diversidade, por três anos consecutivos, revelou-se, de alguma forma, como um espaço para a ritualização da sexualidade, levando-a para “rua”, porém numa espécie de “show”, no qual a diversidade afirma-se no “palco”. Nesse sentido, a vereadora Jacira Porto destaca que

foi um movimento importante, porque trouxe pra rua esse tema e tinham várias bancas, várias representações de organizações que trabalham com esse tema, mas ainda pedia, pedia e, pra mim, ficou essa questão do palco, de uma coisa estilizada, de homens coloridos, cheios de plumas, dançantes, travestidos de mulher. Acho que o universo gay é muito mais amplo do que isso e ele não precisa disso.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

O animal não é o veado, é o cavalo! – O que, aparentemente, pode parecer uma aposta de “jogo do bicho”, na verdade é uma reação a uma das possíveis traduções da representação de Cidade de Gays, referida a Pelotas. Trata-se aqui da MOÇÃO DE REPÚDIO, apresentada pela Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em dezembro de 2003, quando o carnavalesco Milton Cunha nomeou de

⁶⁵ A “parada” à qual Josiana Bacelo, coordenadora do Serviço Municipal de DST/AIDS da SMSBE, se refere, diz respeito a outras paradas, que ocorrem no restante do País e que são marcadas por um desfile, uma caminhada da comunidade GLS.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

“Veadinhos de Pelotas” uma das alas da Escola de Samba São Clemente para o carnaval deste ano.

Em entrevista dada ao site Mix Brasil, o próprio Milton Cunha afirmou:

Meu enredo para o carnaval é o Arraial Mítico do Boi Voador. Nele os animais míticos deste país chegavam de seus estados para homenageá-lo: de Manaus vinha o boto cor-de-rosa; do Rio, a egiúinha pocotó; de Minas Gerais, o ET de Varginha; e do Rio Grande do Sul, os veadinhos de Pelotas...

(Milton Cunha, 17-2-03)

Em entrevista publicada pela mídia impressa local Milton Cunha afirmou que o “veadinho de Pelotas” se insere na qualidade de “animal mítico brasileiro”, revelando-se uma “unanimidade nacional”, fazendo “parte do inconsciente coletivo do brasileiro”. Reafirma-se o quanto a representação de “Cidade de Gays” age como marca de distinção reconhecida nacionalmente.

Retoma-se aqui a idéia do quanto essa **marca de distinção** pode assumir uma **perspectiva positiva** por projetar Pelotas, conforme se verificou logo no início de reportagem do jornal Diário Popular: “a cidade pode ganhar notoriedade até internacional no Carnaval de 2004 do Rio de Janeiro, pelo mito que carrega” (2-12-03, p. 3).

A idéia de que essa representação de “Cidade de Gays” pode traduzir-se em um discurso que nos remete ao conceito de **capital econômico**, como uma das possíveis realizações do **capital político**, desenvolvido por Bourdieu, está presente na mesma entrevista, quando Milton Cunha sugere que “os pelotenses revertam em turismo as críticas pela condição de capital dos homossexuais”, sugestão que – conforme enfatiza o jornal – também agrada ao Secretário Estadual de Turismo, Luís Augusto Lara, que se colocou à disposição para “contatar a escola em nome do Estado, para formatar ‘algo positivo’, se assim desejarem o prefeito e a comunidade” (Diário Popular, 2-12-03, p.3).

Essa “homenagem” à cidade, no entanto, provocou a reação de alguns segmentos da sociedade pelotense, revelando-se como uma **marca distintiva**, porém **negativa**, pois a representação de “Cidade de Gays” pode traduzir-se como negativa, ao aproximar-se de categorias relacionadas a uma identidade cunhada pela cidade e a qual ela se esmera em manter, referindo-se ao perfil de masculinidade dominante na tradição gaúcha do “macho puro”, como se vê nas palavras enfáticas de discurso

do vereador Jesus David (PMDB)⁶⁶, na Sessão nº 195 da Câmara Municipal de Pelotas, realizada em 2-12-03:

Em primeiro, lugar quero cumprimentar meus colegas, os que se manifestaram quanto ao grande efeito daquela escolinha de samba do Rio de Janeiro que ora está na categoria especial, ora na categoria de acesso, e que teve a brilhante idéia de homenagear a cidade de Pelotas com uma ala que faz alusão aos “veados” (ao seu esposo, ao seu pai), enfim, generalizando a cidade como um todo, aliás, como já disse o Presidente Lula de outra vez, aqui, que era um pólo de exportação de “veados”. [...] O que me importa é estar falando com o senhor e a senhora que nos vêem pela TV Câmara⁶⁷, pois são quem nos procura e toma as devidas posições [...] é porque ao longo da história de Pelotas determinadas camadas da sociedade pelotense concordam e acham engraçadinho travestir os seus filhos e pensar que é o caminho correto, de encher a gurizada de plumas e paetês e ainda falar: “Meu filho, o caminho é este!” [...] Ninguém está fazendo discurso machista, mas, pelo menos, temos um dever com os nossos filhos, com a nossa sociedade, que também repudia esses fatos. [...] E agora passo a falar do nosso histórico Diário Popular [...] um jornal que tem a credibilidade do Diário Popular, divulgando essa grande palhaçada nacional. [...] Nós já tivemos uma situação semelhante a essa, quando o sr. Ricardo Boechar, do jornal O Globo, também fez a mesma brincadeira na ocasião da inauguração do nosso aeroporto. [...] Pois esta Casa fez uma moção de repúdio pedindo a retratação de O Globo [...]. Claro que se retratou, porque a Infraero, o comandante da Infraero fizeram com que O Globo voltasse atrás e se retratasse. [...] Aqueles cariocas não têm mais o que brincar? [...] Temos um monumento erguido na Praça do Colono (1º de Maio), de um trabalhador com um machado na mão, exatamente para definir quem entra em Pelotas, porque tem muita gente de fora, principalmente do Rio de Janeiro [...]. Também sobra sim [...] ao ilustre Secretário de Governo, do meu partido (ele não é do meu partido, é do PTB, mas ele faz parte da nossa coligação...), o jovem brilhante, entusiasmado, esvoaçante. Deputado Luís Augusto Lara [...] que diz que a idéia também agrada ao Secretário, ele que é de Bagé, macho puro de Bagé [...] ele acha que isso é turismo e vai trazer turistas para a cidade de Pelotas. E nós temos que conviver, no dia-a-dia, [...] com essas “veadagens” colocadas aqui. Mas é a mesma imprensa que abre espaço para o “Capitão Gay”. Pelotas, “Capitão Gay”, gaúcho de bombacha cor-de-rosa e nós temos que agüentar tudo isso, gente! Até quando nós vamos agüentar isso? [...] Liguem a televisão e vão ver aqueles cariocas falando em amor livre. Amor livre com a mulher deles! Agora nós vamos ter que levar a faixa de “veadinhos” de Pelotas na passarela? [...] Não foi por unanimidade, foi por maioria, mas aprovamos [referindo-se à Moção de Repúdio]. E temos certeza de que vamos

⁶⁶ Juntamente com os vereadores Pedro Godinho (PMDB), Ademar Ornel (PL), Gilberto Cunha (PSDB), Mattozo (PSB), Adelar Bayer (PL) e a vereadora Maria Ieda Barbosa (PTB), o vereador Jesus David assinou a MOÇÃO DE REPÚDIO à Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro.

⁶⁷ Canal de TV a cabo local que diariamente exhibe as sessões plenárias da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

continuar lutando contra essas bobagens, essa palhaçadas que não vêm em engrandecimento da histórica “Atenas do Sul”.

(Vereador Jesus David – trecho extraído da Ata nº 188/03 da Sessão Ordinária nº 19, 5 da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, realizada em 2-12-03)

Ao nos depararmos com a riqueza desse discurso e seus desdobramentos, ou seja, a MOÇÃO DE REPÚDIO, tornou-se inevitável ouvir os depoimentos de alguns vereadores favoráveis à Moção de Repúdio e de alguns que se posicionaram contrariamente a ela. Nesse sentido, destacam-se alguns aspectos em que se embasaram dois dos vereadores que assinaram a moção: Luís Carlos Mattozo (PSB) e Adelar Bayer (PL). Conforme o primeiro:

Eu percebi no tema-enredo, não no enredo, mas na forma de abordagem que o carnavalesco deu para o tema, que tratou-se de forma sensacionalista [...] quando esse tema [referindo-se à homossexualidade] é tratado dessa forma, cresce o preconceito contra a cidade. Acho que teria tido outro impacto se, por exemplo, se esse tema fosse tratado com viés econômico, cultural, com a história de Pelotas, vinculado a esse perfil que a cidade teve no século retrasado⁶⁸ [...]. A Moção de Repúdio se fundou nisso, na forma pejorativa com que o carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] tratou esse tema.

(Vereador Luís Carlos Mattozo, 5-4-04)

A mesma “história de Pelotas” é referida pelo vereador Adelar Bayer, ao dizer:

Assinei, com certeza, porque, na verdade, ela não eleva e não mostra, na verdade, o espírito cultural histórico que tem nossa cidade [...] nós temos uma cidade com um nível cultural muito alto [...] temos pessoas e personalidades em toda história do Brasil [...] e isso não é visto [...] é usado essa [...] vamos dizer “característica” da cidade para dar uma conotação até depreciativa e não explorando o lado cultural da cidade como meio turístico.

(Vereador Adelar Bayer, 2-4-04)

A vereadora Miriam Marroni (PT), reconhece como “pejorativa” a iniciativa da escola de samba mas argumenta:

Nós não nos manifestamos, eu jamais assinaria um repúdio a uma escola de samba que trata a questão da homossexualidade de forma lúdica, de forma pejorativa, eu também acho que é uma forma pejorativa. Eu jamais trataria esse

⁶⁸ Refere-se aqui à época de opulência econômica de Pelotas, devido às charqueadas, na segunda metade do século XIX.

grande conflito da humanidade dessa forma. Mas [...] ao assinar esse repúdio [...] identifica o preconceito.

Eu não acho que tenha que usar como meio de turismo, e também não acho que tenha que repudiar, porque significa dizer que aí eu me coloco ao lado daqueles que têm preconceito, que repudiam outras pessoas que têm outra orientação sexual [...] e isso não contribui para um debate sério.

(Vereadora Miriam Marroni, 6-4-04)

A vereadora Jacira Porto (PT) admitiu que, no momento da sessão, estava fora do plenário e que, ao ouvir pela televisão, “correu para o plenário” para poder votar contra a Moção, que considerou “um absurdo”:

Eu acho que é uma bobagem [...] porque o carnaval é um momento de brincadeira [...] e eu fui radicalmente contra essa Moção porque eu acho que, quanto mais tu fazes esses movimentos, tu acabas dando mais visibilidade e maior polêmica ao tema. [...] Eu acho que é uma medida demasiada, acabaram dando espaço, inclusive, praquela carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] na “Hora do Brasil” pra falar sobre esse assunto. Nós mesmos, volto a dizer, fizemos a fama da nossa cidade.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

No tocante às questões de “visibilidade” e “polêmica” citadas pela vereadora Jacira Porto, percebe-se semelhante referência na entrevista de Marcos Fernandes a respeito da ala da Escola de Samba São Clemente:

A ala em si não incomoda absolutamente nada. A ala em si, o nome da ala, em nenhum momento ela foi vista como pejorativa, na minha opinião e na da ONG [...]. Nada, nenhuma Avenida da Diversidade gerou tanta demanda nessa cidade como essa ala; essa ala foi impressionante, cheguei a me recusar a falar sobre a ala!⁶⁹ [...] Só quem viu esse problema foi a Câmara de Vereadores e o Diário Popular. Porque o Diário Popular já lançou como polêmica: “Polêmica na Cidade”. Ninguém disse que havia polêmica, a não ser o Diário Popular, aí a polêmica se instaurou.

(Marcos Fernandes – ONG TAMBÉM, 26-3-04)

Diante de tais observações, não seria possível deixar passar em branco uma questão bastante pontual, levantada pela vereadora Jacira Porto: “o carnaval é um momento de brincadeira”. Nesse sentido, Roberto DaMatta considera que

todos os sistemas constroem suas festas de muitos modos. No caso do Brasil, a maior e mais importante, mais livre e mais criativa, mais irreverente e mais

⁶⁹ Marcos se refere aos convites que recebeu nessa época, de várias emissoras de rádio e da própria mídia impressa local de Pelotas, para que, em nome da ONG TAMBÉM desse seu depoimento a respeito do assunto.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

popular de todas é, sem dúvida, o carnaval [...]. O carnaval não pode ser sério. Senão não seria um carnaval. (DAMATTA, 1986: 71)

No que se refere ao **nome** dado, inicialmente, à ala – “**Veadinhos de Pelotas**” – percebeu-se o quanto, de fato, esse nome pôde, num primeiro momento, como já foi dito, inserir-se na idéia de marca de distinção, porém, por outro lado, pôde, ao remeter-se à representação de “Cidade de Gays”, inseri-la no conceito de identidade sublinhado por Bourdieu: “A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social” (1996 : 100).

Ao classificar de “**veado**” o animal que iria representar o Estado do Rio Grande do Sul, vindo diretamente de Pelotas para o Arraial Mítico do Boi Voador, imaginado por Milton Cunha, novamente esbarra-se em uma questão “nominal”, ou seja, conforme afirmou o vereador Ademar Ornel (PFL):

*E agora se expande um pouco mais essa situação, porque dizem que essa ala homenageia não só Pelotas, mas todo o Rio Grande do Sul, e que os “veados” passam a ser o símbolo do animal gaúcho. Na verdade, esse é outro equívoco, pois o animal gaúcho é representado por um **cavalo**, sendo até reconhecida por lei estadual essa questão [...].*

(Vereador Ademar Ornel – trecho extraído da Ata nº 190/03 da Sessão Ordinária nº 197 da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, realizada em 4-12-03)

Ainda com relação ao animal que deveria, ou melhor, teria o “direito” de representar o Rio Grande do Sul e, nesse caso, especificamente, Pelotas, a professora Elizete Jeske considera:

*Eu como carnavalesca também acompanhei todo o processo. [...] Eu não gostei foi do enfoque que foi dado, a maneira com que foi colocado. Poderia ter sido de várias maneiras, até mesmo pela nossa fama das charqueadas, Pelotas poderia ser vista até pelo **boi**. Até pelo boi e não dessa maneira assim jocosa, de degradar.*

(Profª. Elizete Jeske – presidente da FITUR, 23-4-04)

Na verdade, ao serem citados diferentes animais – “veado”, “cavalo” ou “boi” – que poderiam “representar” Pelotas ou, até mesmo, o Estado do Rio Grande do Sul, depara-se inevitavelmente, com o que, de fato, iria apresentar-se na passarela da Sapucaí, no carnaval de 2004, ou seja, uma “fantasia”. Fantasia essa que, para Da Matta,

permite a invenção e a troca de posições. Note-se que, no Brasil, não falamos em máscaras, mas em fantasias [...] a palavra “fantasia” tem duplo sentido. É logo Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

que se pode pensar acordado [...] e a roupa que só se usa no carnaval ou para uma situação carnavalesca. Assim, ela permite que possamos ser tudo o que queríamos, mas que a “vida” não permitiu. [...] A fantasia liberta, des-constrói, abre caminho e promove a passagem para outros lugares e espaços sociais. Ela permite e ajuda o livre trânsito das pessoas por dentro de um espaço social que o mundo cotidiano torna proibitivo com as repressões da hierarquia e dos preconceitos estabelecidos. (DAMATTA, 1986: 74-5)

De fato, no carnaval tudo é possível, como diz DaMatta, “o carnaval é basicamente uma inversão do mundo”. Tantas podem ser as possibilidades ou, por que não dizer, as traduções, que a “polêmica” gerada, a princípio, pelo “nome” da ala, acabou provocando a substituição por: “**Não dou pelotas para os veadinhos**”. Em entrevista ao *site* Mix Brasil, disse o carnavalesco Milton Cunha: “Eu faço meu carnaval para o bem, para brincadeira e alegria, então mudei o título, mas mantive a auto-gozação, pois acho importante para nós, gays, termos profissionalismo, postura política, mas sem perder jamais o bom humor”.

“Bom humor” e “postura política” que fizeram o “Capitão Gay”, como pelotense, ir até a fantasia:

Eu disse pra ele [referindo-se a Milton Cunha] que pra mim desfilar no Rio, só de gaúcho, eu não desfilaria de veadinho. Porque eu de veadinho, na ala dos veadinhos, eu não vejo nada demais [...] eu não estaria inovando nada. A minha participação no carnaval foi política, não foi carnavalesca [...]. Eu desfilei, na avenida, conduzindo a ala dos veadinhos, eu fui na frente da ala, vestido de gaúcho.

(José Cattaneo – 3º Encontro, 6-4-04)

Nessa trajetória de buscar compreender a dimensão política de uma representação de cidade – “Cidade de Gays” –, entendida como uma das possíveis traduções de uma tradição da cidade de Pelotas, ou seja, a de “Cidade dos Doces”, trabalhou-se o tempo todo com os conceitos de reconhecimento e legitimidade. Conceitos esses que remetem a uma luta pela definição de uma identidade à “Princesa do Sul”, ou, simplesmente, à cidade de Pelotas, que teve seu próprio processo de construção de cidade atrelado a “marcas de distinção”.

Percebeu-se que essas marcas de distinção estão inseridas em um campo de disputas, fazendo com que se tornem objetos de lutas por reconhecimento, credibilidade e legitimidade. É nesse campo de disputas que se pode pensar em traduções legítimas, ilegítimas e/ou ambíguas.

Nesse sentido, no decorrer deste trabalho, constatou-se que a tradução de “Cidade de Gays” assume um caráter positivo e, portanto, possível de ser legitimado pela sociedade, quando, por exemplo, é reconhecida pelo Poder Público, através da

realização da Avenida da Diversidade, não só enquanto ato de celebração ao Dia Internacional do Orgulho Gay, mas, sobretudo, enquanto um processo vinculado a políticas públicas, sejam elas “políticas de saúde”, “políticas de educação”, ou, simplesmente, pelo fato de que legitimou o próprio movimento de uma parcela da sociedade civil organizada, sustentando, nesse sentido, a ONG TAMBÉM, que passa a ser reconhecida como ONG, sem de fato legalmente sê-lo.

Da mesma forma, a tradução de “Cidade de Gays” assume-se como uma marca positiva, quando faz com que Pelotas se projete, seja “notícia”, como se, de alguma forma, retomasse um “desejo original”, e aqui poder-se-ia voltar aos “áureos tempos” da charqueada, em que, bem antes de Pelotas ser destaque nacional por seus doces, era reconhecida por sua indústria saladeril.

Essa representação pode ainda traduzir-se, enquanto uma marca de distinção positiva, quando faz com que se crie em Pelotas uma lei estendendo benefícios aos servidores públicos municipais, em casos de união estável com pessoas do mesmo sexo. Atitude essa que revela um certo “orgulho”, quando os proponentes desse processo destacam que se trata de uma lei pioneira no país, tornando-se não só legal, mas, sobretudo, legitimada.

Por outro lado, essa representação de “Cidade de Gays” pode se traduzir como marca de distinção negativa e, portanto, não reconhecida pela sociedade, nem legitimada pelo Poder Público, quando, por exemplo, surge, pela primeira vez em Pelotas, um candidato que se coloca como defensor da comunidade GLS pelotense, intitulando-se “Capitão Gay”.

Independente de questões partidárias, o que fez com que José Cattaneo não tivesse sido eleito vereador, nas eleições de 2000 à Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, sem dúvida, está relacionado à estrutura de campo político, que define o reconhecimento como o principal conteúdo do capital político que é disputado nesse campo.

Pelotas quer, sim, manter-se como uma cidade que, como bem afirmou o Prefeito Fernando Marroni, “tem muitas marcas”, no entanto, desde que essa “marca de distinção”, não eleve Pelotas a “capital do homossexualismo no mundo”, conforme muitas vezes foi citada em diferentes segmentos entrevistados, inclusive da própria comunidade homossexual. Mais do que a “capital do homossexualismo no mundo”, estar-se-ia, de acordo com Bourdieu, instituindo-se, sim, uma identidade para a cidade de Pelotas, pela imposição de um nome.

Por outro lado, Pelotas aceita, legítima e reconhece o nome de “Cidade de Gays”, desde que não se legitime nem se reconheça propostas como a de um Monumento ao Gay Anônimo na praça Coronel Pedro Osório, ou um Fórum

Nacional do Orgulho Gay – 1º ForGay – , pois, dessa forma, estar-se-ia, de fato, sustentando o “Folclore Gay de Pelotas”.

A “polêmica” figura do “Capitão Gay” pode ser vista, nesse sentido, como uma tradução ilegítima, pois não só suas propostas são ilegítimas, como, de acordo com o universo de entrevistados, o próprio Capitão Gay não é uma pessoa legítima, no sentido de não ser, conforme Bourdieu, um “porta-voz autorizado”, tendo em vista sua “performance política” não ser reconhecida por grande parcela da sociedade.

Entre as traduções legítimas e ilegítimas, depara-se com um fato que sequer se imaginava quando se projetou este trabalho, ou seja, a MOÇÃO DE REPÚDIO apresentada pela Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas à Escola de Samba São Clemente, devido ao nome dado por esta a uma de suas alas para o carnaval carioca deste ano.

Considera-se que essa MOÇÃO DE REPÚDIO pode ser vista como uma das traduções da Tradução de Cidade de Gays, porém, sob duas perspectivas, tratando-se de uma tradução ambígua, onde, se por um lado é legítima, pois foi externada por “porta-vozes autorizados”, ou seja, sete membros da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em que pese ter sido encaminhada por trinta por cento do número de vereadores dessa Câmara, aprovada por “maioria” e, na época, sem uma manifestação do Poder Executivo municipal, na figura do Prefeito Fernando Marroni, que “optou pelo silêncio”, por considerar uma atitude “inócua” essa proposição, não representa a sociedade pelotense como um todo, sequer a maioria da totalidade de vereadores de Pelotas e, nesse sentido, relativiza-se sua legitimidade.

De outro modo, quando questionado sobre o que, de fato, gerou essa “polêmica”, ou seja, o “nome” que o carnavalesco Milton Cunha deu à ala – “Veadinhos de Pelotas” – como uma homenagem à cidade e sua aparente resposta feita com a troca do nome para “Não dou pelotas aos veadinhos”, mais que uma questão nominal, como já foi dito, revela-se novamente um campo de lutas e, nesse sentido – devido a todo processo gerado na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas – lutas propriamente políticas, onde, novamente, atenta-se para a idéia de que nomear é, sim, consagrar, e que, ao reconhecer essa nomeação, estar-se-ia instituindo uma identidade para a cidade, identidade essa que, por sua vez, disputa legitimidade, o tempo todo, com outra identidade cunhada pela Tradição.

O que se percebe é que, tanto a Tradição de “Cidade dos Doces” quanto a Tradução de “Cidade de Gays”, estabelecem-se num campo relacional de disputas,

enquanto marcas de distinção instáveis, podendo oscilar tanto numa perspectiva positiva quanto negativa.

É diante destas relações binárias: SAL/AÇÚCAR, DOCE/DOÇURA e DOÇURA/FRESCURA, que não só se estabelecem duas representações de cidade, mas, principalmente, **traduções**, a partir de uma Tradição.

Por outro lado, essas traduções levam a pensar como se construiu a própria Tradição, ou seja, que elementos simbólicos fizeram com que determinados rituais fossem institucionalizados ou não, por uma sociedade, abrindo-se caminhos para se pensar o papel da política na construção relacional da realidade, cuja atuação se dá sobre o modo pelo qual a própria realidade é ambigualmente representada, como parece ser o caso da sociedade pelotense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Bertrand/DIFEL: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *A Dominação Masculina*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, v. 11.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa: Bertrand/DIFEL, 1990.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Grall, 1993, v. 1.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles & MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Identidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOLIN, Célio & WEILER, Luis (orgs.). *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel, 1993.
- MONTEIRO, Gláucia. "O Folclore Gay de Pelotas": sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. In: *História em Revista [do] Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas, v. 4, dez. 1988.
- O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL. *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura – IPHAN/FUNARTE, Julho de 2000.
- ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: os caminhos cruzados da representação urbana*. (xerografado)
- VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PERIÓDICOS:

- JORNAL DIÁRIO GAÚCHO*. Edições dos dias 5-7-01; 5-3-04.
- JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ*, Pelotas. Edições dos dias 19-6, 22-6, 22-7, 3-12-99; 16-8, 17-8, 29-10-00; 11-7, 14-7, 27-11-02; 8-2, 11-2, 18-2, 25-2, 4 e 5-3, 11-3, 18-3, 25-3, 1º-4, 8-4, 15-4, 29-4, 6-5, 13-5, 20-5, 26-5, 27-5, 3-6, 10-6, 17-6, 22-6, 24-6, 1º-7, 8-7, 13-7, 14-7, 15-7, 21-7, 22-7, 28-7, 29-7, 4-8, 5-8, 12-8, 19-8, 2-9, 9-9, 20 e 21-9, 30-9, 7-10, 14-10, 21-10, 22-10, 28-10, 4-11, 11-11, 18-11, 25-11, 2-12, 9-12, 16-12, 23-12, 30-12-03; 3-1, 6-1, 13-1, 20-1, 27-1, 10-2, 17-2, 18-2, 21-2, 26-2, 2-3, 9-3, 16-3, 23-3, 30-3, 6-4, 13-4, 20-4, 25-5, 30-5, 10 e 11-6, 15-6, 6-7, 7-7, 11-7, 12-7, 13-7-04.
- JORNAL DIÁRIO POPULAR*, Pelotas. Edições dos dias 26-4, 27-9-98; 23-6-99; 5-7-01; 15-7, 29-7-02; 17-6, 6-7, 13-7, 14-7, 2-12, 6-12, 10-12-03; 23-2, 11-7, 12-7-04.
- JORNAL O GLOBO*, Rio de Janeiro. Edição do dia 16-8-00.
- JORNAL O SUL*, Porto Alegre. Edições dos dias 4-9, 6-9, 8-9-02.

Recebido em: 26/04/2004
Aprovado em: 20/07/2004
Publicado em: 24/09/2004

ACERVO ARQUEOLÓGICO DE FAIANÇA FINA DA CASA 8 (RESIDÊNCIA CONSELHEIRO FRANCISCO ANTUNES MACIEL) - PELOTAS / RS

Fábio Vergara Cerqueira⁷⁰
Luciana da Silva Peixoto⁷¹
Jorge de Oliveira Viana⁷²

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (LEPAARQ/ICH/UFPEL) iniciou suas atividades em 24 de Agosto de 2001, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica nessas áreas, até então bastante carentes em Pelotas, e de desenvolver uma agenda positiva no que se refere à preservação do patrimônio cultural, material e imaterial.

O setor de Arqueologia desenvolve suas ações com base em dois projetos pilotos: “*Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região*”⁷³ e “*Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas*”⁷⁴. De forma paralela e integrada a essas

⁷⁰ Doutor em Arqueologia Clássica (USP), Brasil. Prof. Adjunto do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL, Brasil. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL), Brasil. Coordenador do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas, Brasil. E-mail: fabiovergara@uol.com.br.

⁷¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material (UFPEL), Brasil, Pesquisadora Associada do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPEL), Brasil. Aluna do Programa de Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, com ênfase em Arqueologia. E-mail: lucipic@hotmail.com.

⁷² Licenciado em História (UFPEL), Brasil. Servidor técnico-administrativo do Instituto de Ciências Humanas (ICH/UFPEL), Brasil. Secretário do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPEL), Brasil. Pesquisador do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas, Brasil. E-mail: vianajo2000@yahoo.com.br.

⁷³ FAPERGS, Bolsa de Iniciação Científica 2002-2003, Proc. n° 01513138 (bolsista André Garcia Loureiro).

⁷⁴ IPHAN, Portaria n° 165 de 02 de Agosto de 2002. FAPERGS, Auxílio Recém Doutor (ARD) 2004-2006, Proc. n° 02/1347.6. FABERGS, Bolsa de Iniciação Científica (BIC) 2003- 2004 e 2004-2005 (bolsista Rafael Guedes Milheira), Proc. n° 02512701. CNPq, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) 2003-2004 (Bolsista Aluísio Gomes Alves), Proc. n° 1269/3. Apoio: Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, por meio do Termo Aditivo visando ao desenvolvimento do projeto de salvamento arqueológico, assinado em 12

duas linhas mestras, o laboratório desenvolveu desde o início ações comprometidas com a educação patrimonial e a conscientização do valor do patrimônio arqueológico.

O laboratório possui hoje um importante patrimônio arqueológico, o qual foi constituído de diferentes formas:

- a) Doações;
- b) Prospecções arqueológicas;
- c) Escavações.

O acervo inclui material pré-histórico e histórico. O acervo pré-histórico, predominantemente lítico e cerâmico, não foi gerado por escavações, uma vez que até o momento o laboratório não empreendeu escavação em sítio pré-histórico. O material pré-histórico integrou-se ao patrimônio do laboratório por meio de doações ou de prospecções. As doações resultam do programa de conscientização para o valor do patrimônio arqueológico, quando são feitos esclarecimentos sobre a natureza pública e sobre aspectos legais do legado arqueológico. Como resultado desses esclarecimentos, alguns indivíduos tomaram a iniciativa de doar ao laboratório peças que tinham em sua posse, uma vez que compreenderam que o patrimônio arqueológico legalmente não pode ser objeto de "colecionismo" e que compreenderam igualmente a importância dessas peças para a pesquisa científica. O material pré-colonial e de contato, que atualmente integra nosso acervo, coloca algumas dificuldades para a pesquisa, uma vez que não resulta de intervenções arqueológicas sistemáticas e controladas, tendo sido trazido à luz por afloramento casual ou por manejo do solo para atividades econômicas, e tendo sido coletado por curiosos, sem o devido registro do contexto arqueológico. No entanto, constitui uma coleção bastante representativa da vida dos antigos habitantes da região, seja do ponto de vista cronológico (com peças pertencentes às chamadas "tradições" Umbu, Vieira e Guarani), seja do ponto de vista da diversidade dos objetos da vida diária, ilustradores tanto de aspectos pragmáticos quanto simbólicos do cotidiano. Ademais, o acervo pré-histórico do LEPAARQ possui uma peça exponencial no conjunto do patrimônio cultural brasileiro: o zoólito⁷⁵ em forma de tubarão, peça que se destaca no conjunto de mais de 250 zoólitos inventariados, em virtude tanto de sua excelência técnica e artística, quanto do seu enorme potencial para reflexões sobre a

de Setembro de 2001. A pesquisa foi desenvolvida, em suas várias fases, com a colaboração de vários estagiários provenientes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPEL, das áreas de história, biologia, geografia, filosofia e arquitetura, bem como do colégio agrícola Visconde da Graça (CAVG/UFPEL).

⁷⁵ Terminologia arqueológica referente ao acervo consta no glossário, ao final do texto.

cultura dos antigos povos da região, evocando questões como contato cultural, zonas de fronteira entre região de sambaquis e de cerritos, especialização do trabalho, práticas culturais e funerárias, etc. (PROUS, 1977; RIBEIRO, 2002)

O acervo arqueológico histórico foi gerado a partir das escavações realizadas no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas – Programa BID-Monumenta⁷⁶. A primeira escavação foi realizada nos porões, pátios e calçadas do sítio arqueológico *Casa 8*, revelando o material que se encontrava enterrado sob a Residência Conselheiro Maciel, datada de 1878, que no ano de 2002 foi objeto de importante trabalho emergencial de restauração, empreendida pelo próprio Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As escavações disponibilizaram ao acervo arqueológico do LEPAARQ uma grande variedade de materiais (cerâmica simples, louça, faiança fina, azulejos, vidros, metais, material arqueofaunístico, botões, etc.). No presente relatório, exemplificaremos o tratamento conferido ao material arqueológico exumado nas intervenções de salvamento, apresentando os resultados preliminares dos procedimentos de limpeza, numeração, classificação, catalogação, consolidação e acondicionamento aos quais foram submetidos os exemplares de faiança fina.

SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA URBANA DE PELOTAS

FASE DE CAMPO: A ESCAVAÇÃO NA CASA 8

Com o fim de realizar empresa para o resgate histórico da formação e constituição da cidade de Pelotas, o LEPAARQ, sob uma orientação interdisciplinar da Arqueologia, realizou o salvamento arqueológico na casa nº 8 da Praça Cel. Pedro Osório, numa situação limite, uma vez que as obras de consolidação e fortalecimento das estruturas do referido imóvel já haviam iniciado e corriam em ritmo acelerado.

⁷⁶ O Programa Monumenta é um programa nacional coordenado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN / Ministério da Cultura) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como objetivo a revitalização e restauração de centros históricos. Na cidade de Pelotas, é coordenado por um gabinete vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. A cidade de Pelotas integra um restrito número de cidades brasileiras que passaram por uma rigorosa triagem para serem merecedoras desses investimentos. No Rio Grande do Sul, apenas 2 cidades estão recebendo estes recursos, Porto Alegre e Pelotas.

Face ao curso acelerado das obras que priorizavam a construção de um sistema de drenagem, em virtude da elevada umidade do solo, o trabalho de salvamento arqueológico ocorreu, na maior parte dos setores da *Casa 8*, em ritmo de acompanhamento das reformas junto aos operários e, de forma lastimável, pouco sob o crivo da austera metodologia arqueológica aplicada no meio urbano, no âmbito da emergente disciplina da Arqueologia Histórica (ALBUQUERQUE, 1992; ZARANKIN, 1994, 1996; TOCHETTO, 1997; JULIANI, 1996). As atividades arqueológicas desenvolvidas pelo LEPAARQ no centro histórico de Pelotas, no entorno da Praça Cel. Pedro Osório, estão consistentemente apresentadas no Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas (RS) – Casa da Banha, Casas 2, 6 e 8 e Praça Cel. Pedro Osório – Programa Monumenta, que juntamente com a autorização do IPHAN–12ª SR nº 265/03, habilitam institucionalmente e instrumentalizam teórica e metodologicamente o desenvolvimento da pesquisa arqueológica. Deve-se somar a isso o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, por meio do qual a Universidade e a Prefeitura Municipal de Pelotas desenvolvem, em parceria, os primeiros passos no sentido do desenvolvimento de uma Arqueologia pública.

A Arqueologia histórica que hora se nos apresenta é aquela que oportuniza projetos, no âmbito do patrimônio histórico, em busca de elementos para uma abordagem construtiva da história patrimonial (SYMANSKI, 2000). Os dados arqueológicos revelados permitem um diálogo com a documentação escrita, que enseja a visualização de novos horizontes na compreensão da história da cidade de Pelotas (LIMA, 1998; JULIANI, 1995). Os vestígios referem-se a uma extensa gama de dimensões da vida diária: hábitos alimentares, de higiene e de saúde; adaptação da vida íntima às modernizações dos costumes, no mesmo ritmo da inserção crescente no mercado nacional e internacional; vida política e econômica da cidade; referências culturais, etc. (LIMA, 1989; SYMANSKI, 1997).

Com uma localização central, o sítio arqueológico *Casa 8* (Residência Conselheiro Maciel), está referenciado geograficamente na bacia hidrográfica de sua região, a considerarmos a Laguna dos Patos, o Canal de São Gonçalo e o Arroio Pepino, o que definiu a nomenclatura do sítio arqueológico como **Sítio PSGPe Casa 8**.

Por conseqüência dos já iniciados trabalhos de consolidação das estruturas da casa, anteriormente mencionados, os procedimentos que normalmente antecedem às escavações, para o indiciamento da realidade soterrada e da malha que norteia o processo de escavação arqueológica, só foram desenvolvidos no transcorrer do trabalho de salvamento. Entre esses procedimentos, incluem-se: pesquisa

histórica (fontes bibliográficas e iconográficas, entre as quais plantas, mapas, fotos, pinturas, etc), documentação primária como inventários, escrituras, jornais, entrevistas com antigos moradores e/ou descendentes e pesquisa de campo (reconhecimento e identificação de áreas com potencial arqueológico).

O processo de salvamento arqueológico ocorreu nos porões – em meio à construção de um sistema de drenagem, tendo como principal preocupação a exumação do maior número de fragmentos possíveis – e nos pátios – nos quais foi possível a aplicação de metodologia através da delimitação, por meio de quadrículas e trincheiras, de áreas a serem escavadas.

Recurso cultural rico – porém de constituição geralmente fragilizada pelo tempo e pelas condições de soterramento – e não renovável, o patrimônio arqueológico exumado do substrato deve ser cuidadosamente gerenciado na perspectiva da preservação (FRAZZI, s/d), produção e difusão do conhecimento, a qual é o objetivo deste relatório, que enfoca a *faiança fina*, categoria cerâmica comumente chamada louça fina (PEIXOTO, 2004: 15, 18).

No sítio *Casa 8*, a faiança fina coletada ou escavada foi acondicionada imediatamente em sacos plásticos com pequenas perfurações, acompanhada de uma etiqueta (guardada em pequeno saco plástico, protegida da umidade), na qual era previamente identificada: consta nessa etiqueta os registros dos setores, quadrículas ou trincheiras de onde foi exumada, a data e o responsável pelo trabalho. Uma vez que um lote, de volume adequado, estivesse completo, o mesmo era transportado até as instalações do LEPAARQ (ver **Fig. 1**).

1ª FASE DE LABORATÓRIO: LIMPEZA E SECAGEM

Encaminhado para a área de limpeza, este material foi previamente acomodado em caixas de papelão com orifícios de ventilação (caixas de arquivo morto), identificadas e ordenadas, considerando-se a ordem dos setores trabalhados. De imediato uma equipe de estagiários do Laboratório, em revezamento com os trabalhos de campo, iniciou a limpeza.

Material delicado, a faiança fina requeria cuidados específicos para sua limpeza, não só por se tratarem de peças com danos de fraturas anteriores às escavações. Em alguns casos, apesar da boa coesão interna – se considerarmos as condições de soterramento –, a coesão externa apresentava-se vulnerável até mesmo à exposição no novo ambiente. Os fragmentos foram analisados cuidadosamente um a um, visto que a atenção do olhar nos mostrava frisos dourados ou resquícios dos

mesmos e pinturas delicadas sobre o esmalte, impondo-nos uma limpeza muito leve com pincel e apenas a água no contato com as decorações acima referidas.

No restante das peças, os procedimentos de limpeza basearam-se no uso de escovas de cerdas macias sob água corrente, com cuidados constantes com as partes porosas expostas em decorrência de quebras (ver **Fig. 2A**). Essas partes porosas são úteis para a análise da pasta, importante informação de ordem técnica, que colabora decisivamente na datação. Além disso, é importante uma limpeza adequada e atenta dessas partes, pois é nelas que se realiza a colagem dos fragmentos na etapa de restauro. Durante a secagem, evita-se exposição ao sol ou calor intenso. A secagem ocorreu em uma secadora (uma estrutura de gaveteiro de telas), de modo natural (ver **Fig. 2B**).

2ª FASE DE LABORATÓRIO: NUMERAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, QUANTIFICAÇÃO, CATALOGAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Dentro da metodologia de pesquisa arqueológica, para que o material exumado em uma escavação seja utilizado como documento, é necessário que, após a limpeza, ele seja submetido a uma série de procedimentos, entre eles numeração, classificação, quantificação, consolidação e análise.

A numeração das peças insere-se na metodologia geral de catalogação do acervo do LEPAARQ. Assim, a *Casa 8* recebeu o número 14 como identificação de sítio e para cada um dos 48 setores, nos quais o sítio foi dividido, foi acrescentado mais um algarismo. Exemplo: as peças do porão 1 estão identificadas pelos números 14.01. Os setores foram numerados na ordem em que foram escavados e todas as peças, com exceção dos micro-fragmentos, receberam a numeração que identifica o sítio e o setor.

A numeração de um fragmento de louça é feita da seguinte forma: escolhe-se um local da peça, passa-se uma camada de esmalte transparente, deixa-se secar e escreve-se o número com tinta nanquim. A escolha do local para numeração da peça pode parecer um problema irrelevante para um pesquisador de outra área, no entanto, para um arqueólogo, é um assunto importante, sobre o qual ocorrem divergências, quanto à localização e ao tamanho dos números. Conforme à metodologia adotada pelo LEPAARQ, quando um fragmento tem parte da superfície decorada e parte lisa (branca), escolhe-se a parte lisa, preferencialmente próxima a uma de suas extremidades, procurando-se sempre um registro discreto, porém legível; no entanto, quando a peça tem sua superfície absolutamente decorada, na

superfície interna e externa, escolhe-se o lado interno, quando for possível realizar essa identificação (ver **Fig. 3**).

Durante a etapa de numeração, fizemos uma pré-classificação do material que consistiu em identificar e separar as peças decoradas das lisas⁷⁷. Entre as decoradas fizemos uma separação tipológica baseada na técnica decorativa. Exemplo: *pintada a mão, transfer printing, carimbada, sponge*, etc.⁷⁸ Entre as peças lisas a separação foi feita de acordo com o tipo de pasta (matéria-prima). Também durante esta etapa fizemos a identificação e a separação dos fragmentos que faziam parte da mesma peça e que poderiam ser consolidados. E ainda, a medida em que íamos identificando os diversos tipos de faiança fina, realizamos pesquisa bibliográfica específica sobre os padrões decorativos, tipos de matéria-prima e datas de fabricação.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a realização das duas etapas seguintes, a classificação e a quantificação. Estas etapas só começaram após todo o material dos 48 setores ter sido numerado. A opção por este método de trabalho se deve, principalmente, à grande quantidade de material e às condições físicas do laboratório. Não teríamos espaço suficiente para trabalhar todo o material de uma só vez, e era necessário que tivéssemos uma visão do conjunto das peças para que a pesquisa bibliográfica fosse mais eficiente e rápida.

Na etapa de classificação, foi possível identificar uma grande variedade de tipos e padrões decorativos. A classificação é feita através do método de comparação. Para isso utilizamos, principalmente, obras de referência, tais como catálogos de louça e publicações da área de Arqueologia histórica e urbana. Entre os catálogos de louça, destacamos: *O Brasil e a cerâmica antiga*, de Eldino da Fonseca Brancante (1981), *Catálogo de Cerâmicas Históricas de Buenos Aires (Siglos XVI-XX)*, de Daniel Schávelzon (2001) e *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*, de Fernanda Bordim Tocchetto e outros (2001). No Brasil esta bibliografia especializada ainda é um pouco rara e, ademais, na que temos acesso, não encontramos referências a vários dos tipos e padrões encontrados na *Casa 8*, motivo pelo qual tivemos que utilizar outras fontes de pesquisa, como por exemplo algumas coleções particulares e, em alguns casos, *sites* da Internet. A dificuldade de encontrarmos algumas dessas referências torna o trabalho de identificação um pouco mais demorado.

⁷⁷ A comparação entre a quantidade de louça decorada e louça de fundo liso (branca) não permite muitas conclusões, uma vez que muitos fragmentos identificados como brancos podem pertencer a peças decoradas, com pintura e/ou modificação de superfície.

⁷⁸ Terminologia arqueológica referente ao acervo consta no glossário, ao final do texto. *V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.*

A classificação de louças inclui diferentes aspectos: decoração, pasta, esmalte e forma. Ela pode ser feita levando em conta apenas um desses aspectos ou a combinação de dois ou mais. Após consultar diversos autores decidiu-se realizar a classificação baseada na decoração ou na ausência dela, seguindo, em grande parte, os critérios e conceitos sistematizados em Tocchetto (2001) (PEIXOTO, 2004: 35).

Alguns exemplos de padrões decorativos identificados e classificados estão expostos abaixo:

✓ **Sem decoração:** composta por artefatos não pintados e com superfície não modificada. Segundo Tocchetto (2001: 41) a ausência de decoração pode configurar-se, no entanto, como uma opção decorativa (ver **Fig. 4**).

✓ **Alteração de superfície:** é classificada na bibliografia especializada em dois grupos. O primeiro refere-se às peças que apresentam desenhos ou painéis moldados ao longo da borda e/ou borda ondulada. O segundo grupo é composto por peças que apresentam a superfície modificada combinada com pintura à mão. O primeiro grupo é representado por três padrões, o Gótico, o *Royal Rim* e o Trigal. O padrão Gótico caracteriza-se por uma decoração em forma de painéis moldados ao longo da borda ou pela borda em forma hexagonal e octogonal. O padrão *Royal Rim* é caracterizado pela borda ondulada (ver **Fig. 5**) e o padrão Trigal pelos ramos de trigo moldados em relevo. No segundo grupo aparece apenas um padrão que tem suas características bem definidas, o *Shell edged*. Este padrão é caracterizado pela presença de linhas curtas em relevo ou moldadas perpendiculares à borda e ao longo desta. Estas linhas imitam o formato de escamas de peixe ou de bordas de conchas. As peças que apresentam decoração apenas pintada, porém sem incisões e relevo moldado, ou com incisões e relevo, mas sem pintura, também são consideradas como pertencentes ao padrão *Shell edged* por alguns autores, uma vez que representam o motivo inspirado na forma das conchas. No entanto, estas diferentes características representam diferentes períodos de produção e devem ser levadas em conta para fins de datação (ver **Fig. 6**).

✓ **Pintura à mão livre:** Técnica simples já usada em outras categorias cerâmicas que consiste em decorar as peças uma a uma apenas com a utilização de pincéis. Esta técnica impõe um ritmo lento à produção e em consequência um custo mais elevado. Esta técnica apresenta dois estilos: *peasant style* – caracterizado por traços largos e motivos florais que cobrem quase toda a superfície da peça; *sprig style* – caracterizada por traços finos cobrindo pequenas áreas da peça. Os motivos decorativos mais freqüentes são as flores, as folhas e os grãos. Combinação: as duas variantes podem aparecer combinadas entre si ou com a técnica carimbada (ver **Fig. 7**).

✓ **Pintura manual com impressão:** consiste na utilização de instrumentos e métodos auxiliares para a aplicação da pintura. Esta técnica divide-se em cinco tipos de acordo com o método usado para a impressão, sendo que estes podem apresentar variantes ou serem combinados entre si ou com outras técnicas. O uso dessa técnica torna o processo decorativo um pouco mais rápido (ver **Fig. 8**).

- **carimbada:** técnica que consiste na aplicação da decoração com o auxílio de um carimbo, produzindo geralmente uma seqüência das figuras que são, na maioria dos casos, flores e figuras geométricas entre frisos coloridos. Combinação: aparece combinado com decoração pintada à mão.

- **spatter:** técnica que consiste em salpicar as tintas na superfície da peça dando leves pancadas no pincel. Variantes: *true spatterware* – caracteriza-se pelo salpicado em grandes áreas e pelo uso das cores vermelho, azul e verde; *design spatter* – caracteriza-se pelo salpicado em pequenas áreas com pontos muito próximos. Combinação: a técnica *true spatterware* pode aparecer combinada com pintura à mão livre.

- **sponge:** técnica que consiste em aplicar a pintura com o auxílio de uma esponja. Pode aparecer cobrindo toda a superfície da peça ou em pequenas áreas.

- **dipped:** consiste na aplicação de uma fina camada de argila colorida sobre a superfície da peça em forma de faixas largas (em geral cobrem toda a superfície da peça) e listras produzindo um leve relevo. É conhecida também pelo nome de *annular* (SCHÁVELZON, 2001) ou *bandeado*.

- **faixas e frisos:** técnica muito semelhante ao *dipped*, sendo que na bibliografia especializada não se encontra distinção significativa entre elas. Consiste na pintura de faixas e/ou frisos ao redor da peça.

✓ **Impressão por transferência** ou *transfer printing*: O processo de impressão por transferência começou a ser utilizado a partir de 1750 pelos ceramistas ingleses. Esse novo processo mecânico substituiu os processos manuais utilizados até então, diminuindo os custos e possibilitando a produção de um grande número de peças em um curto espaço de tempo. Outra vantagem obtida com o *transfer printing* foi a padronização dos desenhos, que por esse método podiam ser repetidos diversas vezes. O *transfer printing* foi sendo aprimorado ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais simples e mais barato. Surgiram o *bat-printing* e o

col-printing, onde o papel de seda foi substituído por uma camada de pasta gelatinosa ou de cola que absorvia a tinta para depois ser passada à peça. O *hot printing* que deu origem ao moderno *silk-screen* utilizava um pano de seda que era impregnado de tinta sob ação do calor e transferido depois para a peça.

O *transfer printing* possibilitou o surgimento de uma grande variedade de complexos desenhos inspirados em diversos motivos que passaram a caracterizar estilos decorativos. Esses estilos e motivos são classificados em categorias de acordo com as tendências decorativas do século XIX e usados como indicadores cronológicos para a *faiança fina*.

Tocchetto (2001: 32) aponta sete estilos decorativos centrais para a *faiança fina* relacionando os motivos característicos de cada estilo. Esses motivos centrais aparecem associados a motivos de borda, os quais a autora classifica em quatro categorias. São eles: Motivos centrais, *Chinoiserie*, *Pastoral*, *Vistas exóticas*, *Floral: padrão sheet floral*, *Floral central*, *Clássico*, *Romântico*; e Motivos de borda, *Continuação da cena central*, *Repetição contínua*, *Repetição não contínua*, *Cartuchos*.

Em alguns desses estilos foram produzidos padrões decorativos que se tornaram comuns. No estilo *chinoiserie* encontramos os padrões *Willow* e *Brosley*. O padrão *willow* é o mais comum. Sendo produzido desde 1782 até os dias atuais, esse padrão não é usado como referência para a datação de sítios arqueológicos. O padrão *willow* caracteriza-se pela representação de uma fábula chinesa que tem na cena central a figura dois pombos. Por esse motivo ficou conhecida no Brasil como “louça dos pombinhos”. Os estilos, motivos e padrões decorativos da técnica *transfer printing* remetem, cada um deles, a um período de fabricação que corresponde à incorporação de uma nova tecnologia ou, simplesmente, a uma nova tendência da moda (ver **Fig. 9 e 10**).

✓ *flow blue* ou **borrão**: pode ser aplicado em peças com pintura à mão ou com pintura mecânica, tipo *transfer printing*, sendo mais comum neste último caso. Brancante (1981: 510) sugere que, a princípio, o borrão constituiu-se em uma falha técnica produzida por erros na preparação do cobalto, utilizado como pigmento azul, ou pela utilização de cobalto de baixa qualidade. Os mouros já haviam enfrentado esse problema na decoração da louça vidrada e da faiança, mas tinham solucionado com um sistema de arestas que retinham os esmaltes durante o cozimento. Os ingleses, no entanto, mesmo depois de desenvolverem técnicas para melhorar a qualidade das peças, controlando os “borrões”, decidiram adotá-lo como técnica decorativa, passando a acrescentar recipientes contendo cloretos voláteis no forno durante a queima para a aplicação do esmalte. Tocchetto (2001: 37) apresenta

quatro estilos decorativos para a técnica do borrão associado à pintura mecânica: *Chinoiserie*, *Paisagem romântica*, *Chinoiserie floral*, *Motivo floral central* (ver **Fig. 11**).

Ao longo da etapa de classificação, tentamos identificar o máximo de elementos de cada peça, sendo para isso necessário fazer um cruzamento de diferentes itens de classificação, colaborando a se obter uma datação mais precisa.

As peças classificadas inicialmente apenas pela técnica decorativa como *transfer printing*, agora são separadas pela cor, pelo estilo e pelo motivo. Exemplo: *transfer printing* azul *chinoiserie* padrão *willow*. Essa especificação é fundamental para que se faça a datação da louça. Um exemplo disso é o padrão *Shell edged* fabricado desde 1775 até 1860. Já o *Shell edged* azul vibrante foi fabricado de 1820 a 1840, ou então o *Shell edged* com pintura sobre o esmalte foi fabricado apenas entre os anos de 1820 e 1830 (TOCCHETTO, 2001). Identificar todos os elementos das peças é de grande importância para o trabalho de análise do sítio. Neste relatório, em que priorizamos o estudo da decoração, não mencionamos outros critérios classificatórios, como esmalte e forma, os quais permitem uma datação ainda mais acurada.

Outro elemento usado como fonte de pesquisa para a classificação são os selos e os carimbos do fabricante. Através deles podemos identificar o país de origem e a época de fabricação da peça. Lembremos aqui que muitas das fábricas deixaram de existir, ou simplesmente receberam outras denominações, fato que dificulta, ou, muitas vezes, impossibilita a sua identificação (ver **Fig. 12**).

A catalogação do material é feita durante a etapa de classificação. Para isso utilizamos fichas de catalogação, com base nas quais são extraídos os dados para a quantificação. Para cada setor é produzida uma ficha, na qual são discriminadas todas as peças.

Modelo de ficha:

Nº DO SETOR _____				
Tipologia	Nº de Peças numeradas	Nº de Peças catalogadas ⁷⁹	Nº de Peças sem número (micro-fragmentos)	Total
TOTAL GERAL _____				

Os dados dessas fichas são utilizados para a produção de tabelas tipológicas e mapas de disposição dos fragmentos no sítio com indicação da quantidade e do tipo de material em cada setor, que serão usados para a interpretação do sítio.

Terminadas as etapas de classificação, catalogação e quantificação, passamos à consolidação da peça, quando se procede, a partir da combinação de fragmentos, à reconstituição que possibilita fazer reaparecer, parcial ou integralmente, a forma. Esse procedimento é feito em duas etapas: primeiro consolidamos as peças previamente identificadas dentro de cada setor. Depois – e esta é a etapa mais difícil –, juntamos todos os fragmentos de uma mesma tipologia de todos os setores e tentamos identificar peças que se complementem. Por exemplo: juntamos todos os fragmentos de *transfer printing* azul de todos os 48 setores e tentamos identificar fragmentos que pertençam ao mesmo objeto. Nesta etapa, podemos visualizar a variedade de formas existentes no sítio.

3ª FASE DE LABORATÓRIO: INTERPRETAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A grande quantidade de material exumado nas escavações da *Casa 8* e a necessidade de se constituir um banco de dados de referência para futuras pesquisas relacionadas a este tema deu origem ao projeto do “Catálogo de Faiança Fina da

⁷⁹ Corresponde às peças que receberam numeração de catálogo.

Residência Conselheiro Maciel⁸⁰, elaborado pela pesquisadora Luciana da Silva Peixoto.

A confecção de um catálogo colocou-se como etapa indispensável anterior à fase de análise do material. Além de servir como banco de dados para a análise de vários outros sítios, que começam a ser pesquisados em Pelotas, configura-se como método organizacional da documentação arqueológica, o que consideramos de fundamental importância metodológica.

A análise do material constituirá etapa posterior e deverá ser feita sob duas perspectivas. De um lado, o estudo dos padrões sócio-econômicos⁸¹, feito através de métodos quantitativos. Este método tem como objetivo principal a definição do padrão do poder aquisitivo dos consumidores desta louça. De outro, o estudo dos padrões culturais, da formação de identidades e da adoção de um estilo de vida urbano, feito através da interação de análises quantitativas com estudos de memória social e técnicas de História Oral. O desafio será buscar, através de depoimentos, junto aos descendentes da família Antunes Maciel, bem como de outras famílias cujas lembranças remetam ao séc. XIX, a memória relativa aos usos de objetos análogos àqueles exumados nas escavações da *Casa 8*. Nesta análise, o objetivo é, através da memória dos descendentes, reconstituir, por meio dos utensílios achados, padrões de alimentação, higiene e saúde.

À medida que avança a pesquisa, seus resultados parciais são divulgados por meio de exposições⁸², comunicações⁸³ e resumos publicados⁸⁴ em congressos

⁸⁰ PEIXOTO, Luciana da Silva. *Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel*. Monografia de Especialização, 2004.

⁸¹ Sobre classificação econômica baseada nos padrões de louça, ver: MILLER, George. Classification and Economic Scaling of 19th century Ceramics. In: *Historical Archaeology*, 1980, 14:1-40.

⁸² Exposições realizadas com fins educativos, de estímulo ao turismo e de divulgação: 1) Exposição realizada no Casarão nº 2 da Praça Coronel Pedro Osório, em virtude da Semana de Aniversário da Cidade de Pelotas, sob o título: “*Arqueologia Urbana da Pelotas do Século XIX*”. Realizada entre os dias 1º a 7 de julho de 2002. (364 pessoas assinaram o livro). 2) Exposição realizada no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), sob o título: “*Pelotas Arqueológica: do Passado Próximo ao Distante*”. Realizada entre os dias 11 de Abril e 22 de Maio de 2003. (494 pessoas assinaram o livro). 3) Exposição realizada no Grande Hotel, em virtude da Semana de Aniversário da Cidade de Pelotas, sob o título: “*Patrimônio Arqueológico Pelotense: escavações da Casa 8*”. Realizada entre os dias 07 e 27 de Julho de 2003. (103 pessoas assinaram o livro). 4) MERTENS, Winde. *CD de Apresentação e Divulgação institucional do LEPAARQ. UFPEL, 2003. Apresentado na 12ª FENADOCE*. 5) Exposição realizada como atividade cultural do V Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, sob o título: “*Arqueologia pré-histórica e histórica de Pelotas e região*”. Realizada entre os dias 15 e 20 de Setembro de 2003. (128 pessoas assinaram o livro). *V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.*

científicos, assim como artigos científicos⁸⁵. Ao longo da divulgação científica, o projeto foi condecorado com menções honrosas, conferidas ao bolsista Rafael

⁸³ Congressos científicos: 1) *11º Congresso de Iniciação Científica e 4º Encontro de Pós Graduação da Universidade Federal de Pelotas*: “Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento Arqueológico no Casarão 8”. Painel. Acadêmico responsável: Rafael Guedes Milheira. Realizado no período de 10 e 11 de Dezembro de 2002. Menção honrosa como 3º colocado na área de Ciências Humanas. 2) *11º Congresso de Iniciação Científica e 4º Encontro de Pós Graduação da Universidade Federal de Pelotas*: “Da Paleontologia à Zooarqueologia: o passado visto através dos ossos”. Painel. Acadêmica responsável: Chimene Kuhn Nobre. Realizado no período de 10 e 11 de Dezembro de 2002. 3) *IX Semana Acadêmica do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas*: “Levantamento Zooarqueológico dos Materiais Ósseos do Casarão 8: Um Resgate da Cultura Alimentar dos Escravos e Charqueadores do Século XIX”. Comunicação. Acadêmica responsável: Chimene Kuhn Nobre. Realizado no período de 9 a 13 de Dezembro de 2002. 4) *Sítio Escola na Fazenda do Jarau*. “Relato dos procedimentos arqueológicos desenvolvidos na Casa 8.” Relatores: Ac. Aloísio Gomes Alves e Welcsoner Silva da Cunha. Realizado pelo Laboratório de Pesquisa Arqueológica da Universidade de Santa Maria (LEPA/UFSM), em Fevereiro de 2003, sob coordenação do Prof. Dr. Saul Milder (UFSM) e Prof. Me. Neli Machado (UNIVATES). 5) Apresentação de comunicação no *1º Colóquio sobre História de Pelotas*, sob o título: “O Passado visto através dos ossos”. Acadêmica responsável: Chimene Kuhn Nobre. Realizado no período de 26 de Fevereiro a 1 de Março de 2003. 6) Apresentação de palestra no *1º Colóquio sobre História de Pelotas*, sob o título: “ Cotidiano de uma residência do século XIX visto através da cultura material”. Palestrante: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. Realizado no período de 26 de Fevereiro a 1º de Março de 2003. 7) Apresentação de Trabalho na *Mostra de Iniciação Científica* promovida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em âmbito estadual, sob o título “Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento no Casarão 8”. Acadêmico responsável: Rafael Guedes Milheira. Realizado no período de 2 a 5 de Junho de 2003. Menção honrosa na área de Ciências humanas. 8) Apresentação de Comunicação Coordenada no *I Seminário Internacional de Arqueologia*, sob os títulos: “Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: uma abordagem de trabalho de salvamento no casarão 8” e “Da Paleontologia à Zooarqueologia: o passado visto através dos ossos”, em evento promovido pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, realizado entre os dias 2 a 6 de Junho de 2003. 9) *XII Congresso de Iniciação Científica* da Universidade Federal de Pelotas, realizado entre os dias 5 e 6 de Dezembro de 2003. 10) *XV Salão de Iniciação Científica* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizada entre os dias 24 a 28 de Novembro de 2003. 11) *XII Congresso de Iniciação Científica* da Universidade Católica de Pelotas, realizado entre os dias 11 e 12 de Novembro de 2003. 12) *II Mostra de Produção Universitária* da Instituição Universidade do Rio Grande, realizada entre os dias 19 e 22 de Novembro de 2003. 13) *X Semana Acadêmica do Curso de Licenciatura em História*, realizado em Dezembro de 2003.

⁸⁴ Resumos publicados: MILHEIRA, Rafael Guedes. Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento no Casarão 8. In: *Resumos do XI Congresso de Iniciação Científica – UFPel*, 2002. NOBRE, Chimene Kuhn. Da Paleontologia à Zooarqueologia: o passado visto através dos ossos. In: *Resumos do IX Congresso de Iniciação Científica – UFPel*, 2002. MILHEIRA, Rafael Guedes. Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento no Casarão 8. In: *Caderno de Resumos da Mostra de Iniciação Científica – UNISINOS*, 2003.

⁸⁵ Artigos em periódicos científicos: 1) CERQUEIRA, Fábio Vergara; ALVES, Aloísio Gomar; MILHEIRA, Rafael Guedes; VIANA, Jorge de Oliveira. *A Arqueologia “salvando” o patrimônio cultural da cidade de Pelotas/RS/Brasil: “salvando” o quê?*. In: *Techné*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar (IPT / Portugal), n.9, 2004. 2) CERQUEIRA, Fábio Vergara; FONTOURA, Otávio Marques; NOBRE, Chimene Kuhn; PEIXOTO, Luciana da Silva.

Guedes Milheira (BIC-FAPERGS), as quais valorizaram seu processo de divulgação científica⁸⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL possui, atualmente, um valioso acervo arqueológico gerado por doações, prospecções e escavações. O material histórico, resultante das escavações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas, revelou importantes vestígios sobre a vida diária, em suas dimensões simbólica e pragmática, dos habitantes do núcleo urbano de Pelotas do séc. XIX e início do séc. XX. Os cuidados especiais que esses vestígios demandam do arqueólogo, desde o planejamento da escavação até as diferentes fases da análise laboratorial e guarda, justificam-se, pois esses registros se revelam “documentos” históricos muito particulares, pois **documentam** a cultura material dos antepassados.

Deste modo, o acervo arqueológico histórico do LEPAARQ descortinará novas abordagens sobre a vida social e cultural do séc. XIX, ensejando um complexo diálogo entre as evidências materiais e as evidências textuais. Esses registros materiais, uma vez divulgados, interagem, na comunidade local, com o constante processo de reelaboração de memória coletiva e de identidade cultural. Ademais, além de seu grande valor para a pesquisa histórica, possuem significativo potencial museológico, sendo objeto passível de ser integrado ao uso da História para programas de educação patrimonial e para o desenvolvimento do turismo cultural.

Resultados parciais do Salvamento Arqueológico em Pelotas/RS/Brasil: Catálogo de Material Arqueofaunístico e Catálogo de Louça da Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel. In: Techné. Publicação da Arqueojovem. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar (IPT/Portugal), n. 9, 2004.

⁸⁶ Menções honrosas recebidas pelo projeto: 1) Menção honrosa como 3º lugar na área de Ciências Humanas no 11º Congresso de Iniciação Científica e 4º Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, sob o título: “Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento no Casarão 8”. Realizado entre os dias 10 e 11 de Dezembro de 2002. (Rafael Guedes Milheira). 2) Menção honrosa na área de Ciências Humanas e Sociais na Mostra de Iniciação Científica promovida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em âmbito estadual, sob o título “Arqueologia Urbana da Cidade de Pelotas: Uma Abordagem de Trabalho de Salvamento no Casarão 8”. Realizado entre os dias 2 e 5 de Junho de 2003. (Rafael Guedes Milheira).

O grande volume de louça fina exumada nas escavações da *Casa 8* permitirá a visualização, concreta, de vários aspectos da vida cotidiana, incluindo, por exemplo, hábitos alimentares e higiênicos, bem como cuidados com a saúde e com a toalete. Trata-se de fonte valiosíssima para o estudo da vida íntima, das variações de poder aquisitivo dos diferentes grupos sociais, dos graus de inserção da economia local no mercado nacional e internacional, bem como de categorias simbólicas como o imaginário e o gosto, ou mesmo da evolução tecnológica de produção desses utensílios domésticos (LIMA, 1989; SYMANSKI, 1997, 1998).

GLOSSÁRIO

TERMINOLOGIA REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DO LEPAARQ/UFPEL

borrão – técnica de decoração com pintura, na qual os desenhos se apresentam com aspecto borrado, em virtude da colocação de recipientes contendo cloretos voláteis, durante a queima. Pode ser aplicado em louças decoradas tanto com a técnica de *transfer printing* quanto pintada a mão. Datação aproximada: início da década de 1830 até início do séc. XX. (TOCCHETTO, 2001: 36).

carimbada – técnica manual de decoração, baseada na aplicação de pintura com auxílio de um carimbo. Datação aproximada: entre 1845 até início do séc. XX. (TOCCHETTO, 2001: 27).

chinoiserie - Estilo de inspiração chinesa, com representação de cenas de lendas orientais, pagodes e elementos da paisagem natural e cultural do extremo oriente. Geralmente em tom de azul, ocorrendo eventualmente em rosa e verde; apresenta bordas densamente impressas com desenhos geométricos, como borboletas, chaves, ovas de peixe, losangos e favos de mel. Datação aproximada: início da década de 1830 até início do séc. XX (TOCCHETTO, 2001: 36).

louça lisa (branca) – louça sem decoração por pintura, podendo receber decoração por modificação de superfície (exemplo: trival).

malga – forma de recipiente doméstico alimentar, semelhante à cremeira ou tigela, destinado principalmente à sobremesa.

peasant style – é um estilo da técnica de pintura a mão livre, com motivos florais, diferenciado conforme o traço: caracteriza-se pelas largas pinceladas cobrindo quase toda superfície da peça. Datação aproximada: de 1810 a 1860. (TOCCHETTO, 2001: 25).

pintada a mão – técnica manual, artesanal, de pintura, que inclui as técnicas de decoração a mão livre (com pincel) e com impressão manual (carimbada, *sponge*, *spatter*, banhado).

pintada a mão livre – técnica manual de decoração, caracterizada pela pintura com pincel, com motivos florais. Datação aproximada: de 1810 a 1860 (TOCCHETTO, 2001: 25).

shell edged (blue e green) – padrão decorativo aplicado na extremidade interna de louças com superfície modificada, caracterizado por sucessivas linhas curtas perpendiculares e contíguas à borda, que tentava imitar a textura de uma concha. Sua denominação varia de acordo com a coloração: as cores predominantes são o azul e o verde, ocorrendo também, em menor número, marrom, púrpura, rosa, vinho, preta e vermelha. Datação aproximada: datação geral de 1775 a 1860; nas variações de cor, chega-se a datas mais precisas: azul vibrante, de 1820 a 1840, rosa e vermelho, de 1820 a 1830 (TOCCHETTO, 2001: 38-39).

sponge – técnica manual de decoração, baseada na aplicação de pintura com auxílio de uma esponja, freqüentemente em toda a superfície da peça. Datação aproximada: final da década de 1840 a 1935 (TOCCHETTO, 2001: 28).

sprig style - é um estilo da técnica de pintura a mão livre, com motivos florais, diferenciado conforme o traço: caracteriza-se pela pintura de pequenos elementos florais, através de finas pinceladas, deixando grande parte da peça sem decoração. Datação aproximada: de 1830 a 1860 (TOCCHETTO, 2001: 26).

transfer printing – técnica decorativa caracterizada por impressão por transferência, constituindo um procedimento mecânico, não artesanal. O desenho é gravado em uma placa de metal, com incisões profundas; a tinta é espalhada nas incisões da placa aquecida; o excesso de tinta é limpo com espátula; a superfície é limpa com uma almofada. Cobre-se a placa com papel de seda umedecido e, após, durante uma prensagem normal, o desenho é transferido do papel à peça de cerâmica, que já sofrera uma primeira queima. Uma flanela e sabão de potássio eram esfregados sobre o papel, causando aderência do desenho à superfície. A peça era então colocada na água, para o deslocamento do papel de sede. Por fim, mergulhavam-na na solução para obtenção do esmalte, retornando ao forno, a fim de ser queimada novamente (TOCCHETTO, 2001: 29-30).

willow – padrão decorativo do *transfer printing*, inserido no estilo *chinoiserie*, predominando no tom azul, mas ocorrendo com freqüência em rosa e verde. Caracteriza-se pelas cenas orientais, associadas à decoração com padrões geométricos. Seu largo espectro cronológico de produção dificulta seu uso para datação do sítio (TOCCHETTO, 2001: 33).

zoólito – escultura lítica zoomorfa, característica da Pré-histórica brasileira. Suas formas são estereotipadas, apresentando cavidade, normalmente ventral, mas às vezes dorsal; sua utilização relacionava-se, provavelmente, a práticas religiosas animistas. Associa-se, por via de regra, aos *sambaquis* (PROUS, 1977).

IMAGENS**Fig. 1****Fig. 2A**



Fig. 2B



Fig. 3

**Fig. 4****Fig. 5****Fig. 6**



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

**Fig. 10****Fig. 11****Fig. 12**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *Clio - Série Arqueológica*. Recife: 1992, n. 08, p. 131-151.
- FRAZZI, Patrícia. *Conservación Preventiva para objetos Arqueológicos Históricos em Contextos Urbanos*. Buenos Aires: PRE PRINT. S/d.
- JULIANI, Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira. *Gestão Arqueológica em Metrôpoles: Uma Proposta para São Paulo*. Dissertação de Mestrado - USP. São Paulo: 1996.
- JULIANI, Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira. Multiculturalismo e Arqueologia da Cidade. In: *Revista do Departamento do Patrimônio Histórico*, Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de São Paulo: 1995, ano 2, n. 3, p. 88-91.
- LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. In: *Clio - Série Arqueológica*. Recife: 1998, n. 05, p. 87-99.
- LIMA, Tânia; FONSECA, Marta P. R.; SAMPAIO, Ana Cristina de O.; FENZL-NEPOMUCENO, Andréia; MARTINS, Antônio H. D. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. In: *Dédalo*, publicação avulsa. São Paulo: 1989, (1), p. 205-230.
- PEIXOTO, Luciana da Silva. *Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel*. Monografia de Especialização: UFPEL, 2004.
- PROUS, André. *Les Esculptures Zoomorphes du Sud Bresilien et de l'Uruguay*. Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud 5. França: Centre National de la Recherche Scientifique, 1977.
- RIBEIRO, Pedro A. Mentz & outros. *A Ocorrência de Zoólitos no Litoral Centro e Sul do Rio Grande do Sul, Brasil*. Rio Grande: FURG, 2002.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: SENATORE, Maria Ximena e ZARANKIN, Andrés (Orgs). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002. Colección Científica.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Arqueologia de Contrato em Meio Urbano no Brasil. Algumas Considerações*. Comunicação apresentada no Simpósio "A Arqueologia no Meio Empresarial". Goiânia: 2000 (pré-print).
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX*. Coleção Arqueologia, 5. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: O Caso do Solar Lopo Gonçalves. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UFPG, 1997, p.81-120.
- TOCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luis Claudio P.; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.
- TOCHETTO, Fernanda Bordin. *Uma Experiência em Arqueologia Urbana em Porto Alegre*. Comunicação apresentada em Buenos Aires em 07/03/97 (pré-print).
- V. 1, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

ZARANKIN, Andrés & outros. Arqueología de la ciudad de Buenos Aires. Informe de los trabajos realizados en el proyecto 'Casa Mínima', barrio de San Telmo. In: *PALIMPSESTO*. Buenos Aires. 1996, n. 5.

ZARANKIN, Andrés. Arqueología Urbana: Hacia el Desarrollo de una Nueva Especialidad. In: *Arqueología Histórica na América Latina*. Columbia, 1994.

Recebido em: 15/04/2004

Aprovado em: 19/07/2004

Publicado em: 24/09/2004

**RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA:
"AVENDANO JÚNIOR: A TRADIÇÃO DO CHORO EM
PELOTAS"**

Ac. Ana Paula Lima Silveira ⁸⁷

O projeto de pesquisa "**Avendano Júnior: A Tradição do Choro em Pelotas**" é desenvolvido sob a coordenação do Prof. Ms. Raul Costa d'Avila⁸⁸, do Conservatório de Música da Universidade Federal de Pelotas, que percebendo a dimensão interdisciplinar do mesmo, decide realizá-lo em parceria com o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ - UFPel). Trata-se de um projeto que envolve três áreas de conhecimento, Música, Antropologia e História, tendo como foco de análise central a figura do compositor e cavaquinista Joaquim Assumpção Avendano Júnior, bem como o Grupo Musical que o acompanha, o *Regional*.

O presente trabalho vem sendo desenvolvido desde fevereiro de 2003 e tem como principal objetivo (re)valorizar um cidadão - um compositor sem formação acadêmica - além do trabalho do grupo *Regional*, reiterando a importância do mesmo enquanto *patrimônio cultural vivo* da cidade de Pelotas, ao longo de quase cinquenta anos de trajetória musical. Desta forma, o projeto busca reconhecer e valorizar a importância da cultura não-acadêmica, mostrando e difundindo documentalmente os choros de autoria de Avendano Júnior.

Tendo como alvo "Avendano Júnior e o Regional", partimos de uma manifestação cultural específica, - a música -, para nos depararmos ainda com um tipo muito peculiar de identidade e sociabilidade, construídos e compartilhados tanto pelos membros do Regional, quanto pelo público freqüentador do bar, os quais se reúnem todas as noites de sextas e sábados no "Bar e Restaurante Liberdade". É neste ambiente em que a pesquisa é desenvolvida, observando-se, além da música, a rede de relações e regras próprias, calcadas na sociabilidade, na afetividade e, sobretudo, no gosto musical. Dentro desta perspectiva, a música funciona como um mecanismo capaz de reunir pessoas de distintos grupos sociais, servindo de

⁸⁷ Acadêmica do curso de Ciências Sociais, Instituto de Sociologia e Política, UFPel/RS, Brasil. Estagiária do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia -LEPAARQ/ UFPel, Brasil. Bolsista de extensão pelo presente projeto.

⁸⁸ Professor Adjunto do Departamento de Canto e Instrumento (DCI), Conservatório de Música, (UFPel/RS), Brasil.

importante recurso analítico a fim de refletirmos questões de identidade e sociabilidade.

METODOLOGIA

Para a coleta de dados da pesquisa foram realizadas observações participantes junto ao "Bar e Restaurante Liberdade", registradas em diário de campo, assim como entrevistas estruturadas com cada um dos integrantes do Regional (ao total 5), com os frequentadores mais assíduos do bar (ao total 10) e com o proprietário do estabelecimento. Fez-se o uso do gravador assim como do recurso fotográfico.

Além disto, foram selecionados 12 choros de Avendano Júnior (*Doce Balanço, Frustração, Liberdade, Oi..tenta, Era só o que "flautava"...*, *Frustração, Não me queira mal, Setenta, Viu como agrada ?, Vai-e-vem, Insinuante, Os Novos Chorões ...*), os quais estão em fase de edição final: registro gráfico das melodias, ritmos e harmonizações.

Pretende-se realizar ainda - até o primeiro semestre de 2005 - o registro sonoro das composições de Avendano, com o intuito de divulgação de um *cd* do grupo. Outro objetivo é a elaboração e publicação de um livro trazendo a história pessoal de Avendano, a trajetória musical do Regional - com imagens e material do grupo -, um relato antropológico acerca do ambiente do bar e o registro gráfico das partituras/composições de Avendano Júnior. Este livro será divulgado à comunidade em geral.

AVENDANO JÚNIOR: UM BREVE PERFIL

Joaquim Assumpção Avendano Júnior nasceu em Pelotas em 19 de novembro de 1939. Crescendo em um ambiente musical proporcionado por sua mãe, teve ainda o rádio — referência cultural de uma época — como grande incentivo para seu desenvolvimento musical. Aos 18 anos aprendeu a tocar o cavaquinho, após haver crescido ouvindo alguns de seus futuros companheiros de Regional, como Roberval Silva, Carlos Nogueira e Toinha, tocando e cantando em programas da Rádio Cultura.

A partir dos anos 70 passou a reunir-se semanalmente, com um grupo de 5 amigos apaixonados por música (Aloin Soares - violão de sete cordas; Toinha - cavaquinho centro; Ary do Pandeiro - pandeiro; Carlos Nogueira - surdo e Roberval Silva - cantor) para tocar informalmente em diversos pontos da cidade. Estes

encontros foram tornando-se cada vez mais constantes, motivadores e produtivos, e a partir de 1976 o grupo começa a tocar regularmente em um bar da cidade, cujo nome inicial era “Bar e Restaurante Salu”, passando-se mais tarde a chamar “Bar e Restaurante Liberdade”.

Alheio aos desenvolvimentos musicais contemporâneos, como por exemplo a Bossa Nova e o Rock, o grupo de músicos, mais conhecidos pelo nome de Regional⁸⁹ — inspirado nos Regionais dos anos 40 e 50 das Rádios Nacional, Mayrink da Veiga, entre outras — foi desenvolvendo seu repertório formado basicamente por sambas-canções, valsas e choros. Assim o grupo se manteve, não só cultuando uma grande época da nossa MPB como também, paralelamente, mantendo viva a tradição musical do choro na cidade de Pelotas, gênero musical que durante os anos 70 e 80 ficou desprestigiado pela grande maioria da população brasileira. Além disso, aos poucos, foi sendo incorporado no repertório do Regional choros de autoria do próprio Avendano Júnior, como *Assim Traduzi Você, Não me queira mal, Setenta, Frustração, Oi...tenta, Vai-e-vem, Liberdade, Viu como agrada?, Doce Balanço, Os Novos Chorões, Cachaça Mineira, Era só o que “flautava”*, entre outros, cujo talento como compositor foi reconhecido pelo célebre cavaquinista Waldyr Azevedo.

Seu antológico contato com o grande mestre do cavaquinho brasileiro, Waldyr Azevedo, iniciou por correspondência em setembro de 1971. “... *Eu escrevia pra ele, pra pedir explicações*” - afirmava Avendano. O telefone foi o passo seguinte, culminando — em abril de 1973 — com a ida de Avendano a Brasília, a convite de Waldyr, para passar algumas semanas em sua casa. Esse contato pessoal proporcionou, além de um grande laço de amizade entre os dois, a realização da gravação feita por Waldyr do choro de Avendano, intitulado *Assim traduzi Você*. Posteriormente, Avendano retorna a Brasília, a convite da família de Waldyr, para participar das celebrações do terceiro aniversário da morte de Waldyr, interpretando no Teatro Nacional, a pedido de Klecius Caldas, o choro *Minhas mãos, meu Cavaquinho*, de autoria do próprio Waldyr Azevedo. Até hoje Avendano guarda com carinho as lembranças destes momentos tão especiais em sua vida, além de um presente muito especial que recebeu da viúva de Waldyr: um dos cavaquinhos de Waldyr.

Músico formado pela escola da vida, Avendano Júnior sempre teve seu talento admirado por muitos, mesmo distante geograficamente do centro musical do

⁸⁹ Trata-se de um conjunto musical cujo repertório consta de músicas populares próprias de uma região, e cujos componentes usam, em geral, trajes típicos.
V. I, n.º 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

país. Sendo o choro um gênero musical originalmente carioca, surgido na segunda metade do século XIX e que, rapidamente, foi propagado para todo o Brasil, "Avendano Júnior e o Regional" podem ser incluídos, no estado do Rio Grande do Sul e, em particular na cidade de Pelotas, como autênticos representantes do processo de continuidade da difusão do choro. Esta consolidação e propagação pode ser confirmada através de novas gerações de chorões que vêm se formando a partir do referencial Avendano Júnior. Músicos como Paulinho do Badolim, atualmente residindo em Salvador / BA e o Regional "*Os Novos Chorões*".

Assim, consideramos bastante significativo à história da música popular em Pelotas - em particular à história do choro - mostrar a contribuição do povo gaúcho a um relevante gênero musical brasileiro, como também reconhecer, valorizar e difundir o talento de um compositor popular pelotense cujo legado pode ser considerado um dos mais significativos e expressivos à memória musical desta cidade.

RESULTADOS

Ao longo do processo de realização da pesquisa, percebemos o quanto nossos objetivos estão claramente se delineando. A presença e atuação do público no "Bar e Restaurante Liberdade" se tornou mais intensa. Pôde-se constatar, ainda, uma maior divulgação na mídia, seja dentro dos roteiros de cultura e lazer da cidade, seja em matérias publicadas sobre Avendano e o Regional – dentre as quais podemos destacar "*Avendano na Academia*" (Caderno Arte-Cultura-Estilo-Música-Turismo, Diário Popular, 27 de Junho de 2004), a apresentação do Regional, com toda a recriação do ambiente do "Bar e Restaurante Liberdade", no Theatro Sete de Abril, dentro do Projeto 277, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, bem como a *Homenagem de Instituição Emérita* ao Grupo Musical Avendano Júnior e Regional, feita pela Câmara Municipal de Pelotas. Além de tais observações, constata-se a presença de músicos e grupos musicais, vindos de outras cidades, muitas vezes especialmente para participar da "roda de choro" com Avendano e o Regional. Cabe ressaltar ainda que, neste contexto, Avendano Jr. tem se tornado mais conhecido também como compositor, fato que muitos, até então, desconheciam.

O UNIVERSO DO BAR LIBERDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

O universo do bar é permeado por laços de personalidade e símbolos de identidade bastante delineados. Dentro deste contexto, destaca-se a coexistência de *símbolos, tradições e rituais* (OSÓRIO, 2001) particulares ao microcosmo do bar. No que concerne aos **símbolos**, "estes funcionam como sinais diacríticos, ou seja, demarcadores de identidade capazes de conferirem marcas de distinção" (OLIVEN, 1992). Esses sinais poderiam se inserir no que Bourdieu denominou de "lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer" (1989: 113). Ao inventar símbolos e tradições, o grupo de músicos e o público classificam o que é, e o que não é, o universo do bar Liberdade. Simbolizando, tais pessoas estabelecem e solidificam fronteiras. Portanto, o bar é o espaço onde este grupo estabelece e consolida uma forma específica de interação social. As relações entre as pessoas se dão de um modo extremamente familiar, amigável e informal. O nível privado emerge no espaço público. Amigos trocam cumprimentos, abraços e beijos; falam e expõem publicamente sentimentos, emoções, afetos e prazer. Ou seja, as interações sociais neste lugar estão calcadas nos laços afetivos, laços que por sua vez estão intimamente vinculados à música, - à "*boa música*", maneira como eles próprios a definem.

Elementos como a bebida, o cigarro, a amizade, a dança, o sentimento e a noite, caracterizam os símbolos do grupo em análise. Esses elementos se tornam imprescindíveis na construção de uma das imagens do grupo: a **boemia**. Ao escolher objetos e transformá-los em símbolos, o grupo estabelece fronteiras, limites e identidade (OSÓRIO, 2001).

As tradições expõem regras, estilos e gostos, mantêm as mudanças sob certos limites, assim como indicam quem realmente integra este pequeno grupo social. Em outras palavras, é uma forma eficaz de manter a auto-imagem construída pelo grupo (OSÓRIO, 2001). Ou seja, quando um grupo enfatiza e inventa esses traços, fronteiras são criadas e mantidas. Neste caso, estabelecer um cotidiano no bar, "torna", de certa forma, alguém membro do grupo.

Em relação aos **rituais**, afirmamos que existe uma dinâmica que é repetida – mesmo que de forma diferente - em todas as noites de sextas e sábados no "Liberdade". Ou seja, consideramos ritual como "um fenômeno dotado de certos mecanismos recorrentes (no tempo e no espaço), além de conter um certo conjunto de significados" (GENNEP, 1978 : 11). Em todos os lugares existem certas ocasiões que podem ser reconhecidas enquanto situações rituais. No caso do bar em questão, tais repetições referem-se à organização e à preparação do espaço - cenário onde se V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

dará o ritual -, ao repertório musical e à demarcação de papéis - cada um exerce um determinado papel no ambiente. Este é o caso dos “*canjeiros*” e dos *dançarinos* - que extrapolam o papel de meros espectadores, transformando-se, assim, em protagonistas -, dos próprios *músicos*, do *proprietário do bar* - enquanto fiscalizador da ordem e mantenedor das regras de decoro -, dos *garçons*, além, obviamente, daqueles que se encontram apenas de “passagem”, - não considerados enquanto público assíduo do bar. Todas essas questões permitem-nos pensar o movimento das noites no “Liberdade” como uma dinâmica ritual.

Sendo assim, tentamos aqui expor, brevemente, a diversidade de elementos utilizados no processo de criação e manutenção de um grupo. Inventando tradições, rituais e símbolos, este pequeno grupo social urbano seleciona e (re)elabora objetos, momentos e situações. Cabe salientar que tais processos não são fixos, mas sim produzidos de forma ininterrupta, pois é somente através dessas invenções que o grupo define estilos, demarcando fronteiras e identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação é, em última instância, a forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfaçam seus interesses (SIMMEL, 1983). No “Bar e Restaurante Liberdade”, os interesses e impulsos que levam tais pessoas a se reunirem e formarem um agrupamento, liga-se principalmente à afinidade com a música – o choro – e ao sentimento de amizade que existe entre os membros do grupo Regional e seu público apreciador. Porém, o que se torna fundamental é que a sociabilidade só pode ser realizada entre pares, uma vez que cria um mundo “ideal”, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros (SIMMEL, 1983). É essencialmente através da música que, tanto o Regional quanto o público freqüentador do bar, identificam-se enquanto grupo. Neste contexto, ela “expressa, traduz e reivindica sentimentos, idéias e atitudes, constituindo-se em um elemento capaz de agregar pessoas” (OSÓRIO, 2001: 4).

Este ambiente, entretanto, só pôde ser construído e, posteriormente, compartilhado entre seus membros, a partir das figuras de Avendano Júnior e o Regional, os quais contribuíram não só para uma maior difusão da cultura do choro em Pelotas e Rio Grande do Sul, mas também para a organização - em torno de si próprios e do bar - de um microcosmo cultural bastante peculiar.

Diante do relato apresentado, reiterar o valor e o significado do trabalho desenvolvido pelo compositor Avendano Júnior e Regional é – além de uma forma de torná-lo mais conhecido como compositor – uma preciosa possibilidade de

integrar a academia com a não-academia, estabelecendo-se desta maneira uma relação de respeito e reciprocidade.

Assim, ao longo destes quase 50 anos de dedicação e trabalho junto ao Regional, Avendano continua produzindo suas composições de qualidade, sempre animado e motivado pela rede de relações que o permeia: os músicos que o acompanham, o bar, o público freqüentador do mesmo, os músicos que costumam dar "canjas", os amigos e a família. Choros como *Oi...tenta*, *Cachaça Mineira*, *Era só o que "flautava"...*, *Insinuante*, entre outros, comprovam este fato, uma vez que muitas destas composições tornaram-se homenagens aos amigos freqüentadores do "Bar e Restaurante Liberdade", aos músicos do Regional, aos que dão "canjas" e até mesmo à própria família. Para tais pessoas o "*Liberdade*" não é um bar como outro qualquer; o local é percebido como um ponto de encontro entre amigos e pessoas que gostam de música.

Deste modo, a rede de relações criada ao longo dos anos pelo Regional é a grande fonte de motivação e entusiasmo dos músicos. Ao mesmo tempo em que a rede gera sustentabilidade para o Regional - na medida em que o público que a compõe sempre vai ao "Liberdade" para ouvi-los -, a rede contribui para a inspiração e criatividade de Avendano, dando-lhe vida e reconhecimento, ainda que seja no microcosmo do "Liberdade", - um universo onde, sem dúvida, a **Música**, a **Antropologia** e a **História** se encontram com a responsabilidade de (re)valorizar a cultura popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Ed. da UnB, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e Estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. A identidade e a Representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- CAZES, Henrique. *Choro: do quintal ao municipal*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

Recebido em: 18/04/2004

Aprovado em: 21/07/2004

Publicado em: 24/09/2004